



Projetos de Urbanismo na Cidade de Torres Vedras

Tiago Alves Pereira

Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas
Sociais Contemporâneos

Novembro de 2023

Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor José Afonso Teixeira.

Resumo

A Revolução Industrial teve efeitos profundos em todos os aspetos da sociedade. Um destes efeitos foi um nível de expansão urbana que nunca tinha sido visto antes, impulsionado por múltiplos fatores. No entanto, isto nem sempre foi feito ao serviço dos cidadãos comuns, e os governos frequentemente tiveram de fazer escolhas difíceis acerca das suas prioridades.

Esta problemática afeta inclusive a forma como os espaços urbanos públicos são geridos, e consequentemente a experiência dos seus utilizadores. Surge aqui a prática da Requalificação Urbana, cujo objetivo é o de, através de diversas intervenções, responder às preocupações dos cidadãos e valorizar a cidade económica, cultural e socialmente. Estes projetos têm-se tornado cada vez mais comuns, incluindo em Portugal.

Assim, surgem as questões desta dissertação: Que fatores e desafios estão subjacentes às intervenções de Requalificação Urbana? Qual a extensão e importância deste tipo de ações em Torres Vedras? Qual o grau de satisfação da população de Torres Vedras com a sua cidade e com as ações de Requalificação Urbana de que usufrui? As intervenções da autarquia atenderam às preocupações e necessidades da população? São estas as principais questões a que se procura responder.

Através de uma revisão de literatura pretende-se enriquecer o conhecimento sobre que fatores dão mais qualidade aos espaços públicos (incluindo espaços verdes), o que serviu de base a um guião de entrevistas a técnicos da Câmara Municipal de Torres Vedras acerca dos esforços de Requalificação Urbana da cidade, e um conjunto de inquéritos direcionados à população da mesma, com o objetivo de captar as suas opiniões acerca de vários espaços públicos da cidade, que críticas têm acerca da mesma, e se se sentem adequadamente servidos pela sua autarquia no que toca à política urbana.

O trabalho realizado permitiu concluir que a população de Torres Vedras tem opiniões bastante positivas acerca da política urbana e, em particular das intervenções de requalificação da sua cidade, mas também surgem críticas a alguns aspetos menos bem conseguidos dos projetos realizados.

Palavras-chave: Espaço Público, Requalificação Urbana, Torres Vedras

Abstract

The Industrial Revolution had profound effects on all aspects of society. One of these effects was an unprecedented level of urban expansion, driven by multiple factors. However, this wasn't always done in the service of common citizens, and governments often had to make difficult choices about their priorities.

This issue even affects how public urban spaces are managed, and consequently, the experience of their users. This is where the practice of Urban Requalification comes into play, with the aim of addressing citizens' concerns and enhancing the city economically, culturally, and socially through various interventions. These projects have become increasingly common, including in Portugal.

Thus, the questions of this dissertation arise: What underlying factors and challenges are associated with Urban Requalification interventions? What is the extent and importance of these types of actions in Torres Vedras? What is the level of satisfaction of the population of Torres Vedras with their city and the Urban Redevelopment actions they benefit from? Have the municipality's interventions addressed the concerns and needs of the population? These are the main questions being sought to be answered.

Through a literature review, the goal is to enrich the knowledge about factors that enhance the quality of public spaces (including green spaces). This formed the basis for an interview script with professionals linked to the Torres Vedras Municipal Council about the efforts of Urban Requalification in the city. Additionally, a set of surveys targeted at the population of the city was conducted to capture their opinions on various public spaces, their criticisms of the city, and whether they feel adequately served by their government in terms of urban policy.

The work carried out led to the conclusion that the population of Torres Vedras holds generally positive opinions about the urban policy and particularly about the requalification interventions in their city. However, criticisms also arise regarding some less successful aspects of the projects.

Keywords: Public Space, Urban Requalification, Torres Vedras

Conteúdo

Resumo.....	3
Abstract	4
1. Introdução	10
1.1 Tema e âmbito da investigação	10
1.2 Objetivos e metodologia.....	11
1.3 Estrutura da dissertação.....	12
2. Espaço Público Urbano: Conceito e características	13
2.1 Definição de Espaço Público Urbano.....	13
2.2 A qualidade do Espaço Público Urbano.....	25
2.3 Os espaços verdes como Espaço Publico Urbano	29
3. Requalificação Urbana: Definição, Enquadramento e Evolução do conceito em Portugal	33
3.1 Definição de Requalificação Urbana.....	33
3.2 A Requalificação Urbana em Portugal e o Programa Polis.....	37
3.3 Exemplos de Requalificação Urbana em Portugal	43
Leiria	43
Bragança.....	44
Marinha Grande.....	45
Cacém.....	45
4.Estudo de caso: A requalificação urbana de espaços públicos em Torres Vedras	46
4.1. Breve caracterização da evolução da cidade.	46
4.2. A requalificação urbana de espaços públicos.....	53
4.2.1 Questões metodológicas.....	53
Técnica de recolha de dados: Inquérito por Questionário	53
Técnica de recolha de dados: entrevista semiestruturada.....	56
4.2.2 As áreas de estudo	58
Parque do Choupal	59
Centro Histórico	68
Parque da Várzea.....	73
Jardim da Graça.....	76
4.2.3 Os espaços públicos na perspetiva dos seus utilizadores	80
Caraterização dos participantes no inquérito.....	81
Parque do Choupal	83
Centro Histórico	86
Parque da Várzea.....	90
Jardim da Graça.....	93

Observações Gerais	97
5. Conclusão	108
Referências Bibliográficas	111
Referências da net	114
Anexo 1: Estrutura da Entrevista	116
Anexo 2: Estrutura do Inquérito	121

Índice de Figuras

Figura 1 Os critérios de qualidade de um espaço público.	26
Figura 2 Localização de Torres Vedras face a Lisboa	46
Figura 3 Estrutura Etária dos habitantes do Município de Torres Vedras, entre 1960-2021, decenal, percentagem.	48
Figura 4 Evolução da densidade populacional (hab/km ²) no município e na freguesia urbana de Torres Vedras, 1991-2021.....	50
Figura 5 Valor acrescentado bruto das empresas do município de Torres vedras, por setor (por milhares de euros)	53
Figura 6 Espaços Urbanos em estudo na cidade de Torres Vedras (2022)	59
Figura 7 Figura de Diário Imobiliário (2020) “Torres Vedras inaugura requalificação da Encosta do Choupal”	61
Figura 8 Caminhos de Terra do Parque do Choupal antes da requalificação.....	62
Figura 9 Rio Sizandro - Torres Vedras - Portugal.....	64
Figura 10 A estrada nacional adjacente ao parque do Choupal (Torres Vedras).	66
Figura 11 Câmara Municipal de Torres Vedras (2014). “Requalificação da zona do Choupal”	68
Figura 12 Feira de São Pedro no atual Parque da Várzea	74
Figura 13 Jardim da Graça (Torres Vedras).....	77
Figura 14 Género dos participantes do Inquérito	81
Figura 15 Faixas etárias dos participantes do Inquérito	82
Figura 16 Habilitações literárias dos participantes do inquérito.	82
Figura 17 Situação perante o trabalho dos participantes no inquérito.....	83
Figura 18 Avaliação de 1 a 5 dos participantes do inquérito acerca das ações de requalificação urbana no Parque do Choupal.	85
Figura 19 Adjetivos usados pelos participantes do inquérito para descrever o Parque do Choupal.	86
Figura 20 Avaliação de 1 a 5 dos participantes do inquérito acerca das ações de requalificação urbana no Centro Histórico.	89
Figura 21 Adjetivos usados pelos participantes do inquérito para descrever o Centro Histórico.	89
Figura 22 Avaliação dos 62 participantes do inquérito acerca das ações de requalificação urbana no Parque da Várzea e Rua António Leal de Ascensão.	93
Figura 23 Adjetivos usados pelos 62 participantes do inquérito para descrever o Parque Verde da Várzea e a Rua António Leal de Ascensão.....	93

Figura 24 Avaliação dos 62 participantes do inquérito acerca das ações de requalificação urbana no Jardim da Graça.....	96
Figura 25 Adjetivos usados pelos 62 participantes do inquérito para descrever o Jardim da Graça.	97
Figura 26 Opinião dos participantes do inquérito sobre a quantidade de espaços públicos em Torres Vedras.	98
Figura 27 Opinião dos participantes do inquérito sobre a qualidade dos espaços públicos de Torres Vedras.	98
Figura 28 Opinião dos participantes do inquérito sobre as iniciativas de requalificação urbana de Torres Vedras.	100
Figura 29 Questão sobre se as iniciativas de requalificação urbana de Torres Vedras contribuem para o bem-estar e satisfação dos participantes do inquérito. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021.....	100
Figura 30 Frequência da utilização dos espaços públicos de Torres Vedras pelos participantes do inquérito.	102
Figura 31 Avaliação de 1 a 5 dos espaços públicos de Torres Vedras pelos participantes do inquérito.	104
Figura 32 Adjetivos usados pelos participantes do inquérito para descrever vários espaços públicos de Torres Vedras.....	105
Figura 33 Avaliação de 1 a 5 de vários aspetos da cidade de Torres Vedras pelos participantes do inquérito.	108

Índice de Tabelas

Tabela 1 Caraterização de espaços públicos, de acordo com as suas caraterísticas 20

Tabela 2 Adaptado de Câmara Municipal de Torres Vedras (2022) “MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS: POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL, POR FREGUESIA, 1991-2021” 47

Tabela 3 Crescimento da população da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães entre os censos de 2011 e 2021, por grupos etários, em valores absolutos e em percentagem. 49

Tabela 4 Adaptado de FFMS (2014) “População residente segundo os Censos: total e por sexo” 49

Tabela 5 População residente no município de Torres Vedras segundo o nível de ensino, e o seu crescimento, entre os censos de 2011 e 2021. 51

1. Introdução

1.1 Tema e âmbito da investigação

Desde a Revolução Industrial que a expansão urbana tem sido imparável. Esta expansão tem sido motivada por uma variedade de fatores, e tem envolvido um grande número de entidades e interesses. No entanto, é nesta diversidade de fatores que nascem muitos dos problemas com o urbanismo moderno, na medida em que a trajetória da sociedade é puxada em múltiplas direções, e nem sempre em benefício dos cidadãos comuns.

Nas intervenções urbanas é fundamental ter uma consciência firme e contínua da condição da cidade e daquilo que é importante para os seus habitantes. Que ruas ou áreas necessitam ser requalificadas, o que deixa as pessoas insatisfeitas com a sua cidade, o que pode ser feito para dinamizar o espaço urbano são algumas das perguntas que devem estar na mente da governança local, e é aqui que entra a Requalificação Urbana, referindo-se a “recuperar o sentido de localização residencial das populações através de múltiplas ações e medidas, que vão da infraestrutura à valorização da imagem interna e externa, passando pela provisão dos adequados serviços e pela equidade no acesso ao emprego.” (Gaspar *et al.*, 1992, p. 5). Isto torna-se crucial para a dinâmica económica da cidade e para a felicidade e desenvolvimento de um sentimento de pertença da sua população. Torna-se, assim, importante verificar se os governos realmente estão ao serviço dos cidadãos no que toca à manutenção e desenvolvimento da cidade onde vivem, e se é realmente possível superar todas as barreiras para criar uma dimensão urbana que a população possa apreciar e que solidifique a identidade cultural de uma cidade.

O principal objetivo desta dissertação é o de descobrir se a população se sente servida pelo seu governo local, ao perceber o que os cidadãos procuram em projetos de requalificação urbana, e se creem que as suas necessidades estão a ser consideradas pela câmara municipal, ao tentar perceber, se estão satisfeitos com a sua cidade e com os projetos nela executados.

Na atualidade, como fruto da expansão urbana, qualquer projeto de transformação do território é sensível à influência de diferentes entidades, cada uma com a sua própria agenda, e os diversos processos burocráticos característicos a qualquer projeto desta escala. Isto pode resultar em intervenções ineficientes, que não incidem sobre os

verdadeiros problemas da cidade, ou pode até impedir a sua concretização, levando a uma estagnação do espaço público e à insatisfação dos cidadãos. Torna-se, então, importante perceber se a população está verdadeiramente satisfeita com as transformações que a sua cidade experimenta.

Para esta avaliação foi efetuado um estudo de caso em Torres Vedras. Esta investigação teve um foco principal em quatro áreas de Torres Vedras que recentemente usufruíram de projetos de requalificação notáveis: Parque do Choupal, Parque Verde da Várzea, Jardim da Graça e, por fim, o Centro Histórico de Torres Vedras. Estas áreas foram objeto de intervenções impulsionadas pela Câmara Municipal, cada uma com as suas particularidades, que as tornam explorações interessantes da capacidade de transformação de uma cidade, e da forma como a população reage à mesma.

1.2 Objetivos e metodologia

Os objetivos da presente dissertação são:

- Avaliar o estado da arte do tema de Requalificação Urbana.
- Conhecer os padrões de Requalificação Urbana utilizados em Portugal.
- Entender o envolvimento e influência da câmara municipal de Torres Vedras nas intervenções em estudo, designadamente na viabilização de projetos de Requalificação Urbana (Parque do Choupal, Parque Verde da Várzea, Jardim da Graça e Centro Histórico de Torres Vedras).
- Compreender o nível de satisfação da população de Torres Vedras com as intervenções urbanas na sua cidade, em particular, nas áreas referidas.

Esta dissertação apoia-se principalmente em três pilares metodológicos: uma revisão do estado da arte do tema da Requalificação Urbana, um inquérito por questionário e entrevistas a técnicos com posições relevantes no urbanismo de Torres Vedras.

Numa dissertação é sempre importante revisitar o estado da arte do tema em estudo. Este processo cobre uma variedade de tópicos, explorando os conceitos

relevantes, a teoria subjacente à requalificação urbana em espaços diferenciados e uma breve exploração da história da mesma em Portugal.

O inquérito por questionário, outro dos nossos pilares metodológicos, foi escolhido pela sua facilidade no que toca à obtenção de informação. Revelou-se útil para o propósito desta investigação, permitindo recolher as opiniões e sugestões de uma amostra de população residente na cidade de Torres Vedras no que toca ao estado e qualidade dos seus espaços públicos. Com estes inquéritos procurou-se obter uma ideia geral das opiniões da população da cidade em relação às ações da câmara municipal sob o espaço urbano e projetos recentes que tentaram melhorar várias áreas da cidade.

Por fim, as entrevistas foram direcionadas a um grupo de pessoas com responsabilidades técnicas na Câmara Municipal de Torres Vedras, especificamente em posições ligadas à manutenção e melhoria da condição urbana, mas com diferentes funções. O objetivo foi obter a sua perspetiva sobre as intervenções nas quatro áreas selecionadas como estudos de caso desta dissertação.

1.3 Estrutura da dissertação

Nesta dissertação identificam-se claramente duas partes: a primeira estabelece um quadro de referência teórico, através da revisão de literatura relevante; a segunda, discute a parte prática e empírica com base nas áreas selecionadas como estudos de caso em Torres Vedras.

Na primeira parte, estabelecem-se alguns conceitos básicos necessários para o entendimento desta investigação: a definição de Espaço Público, as suas características, a averiguação das qualidades que deve ter e a sua importância, com algum destaque aos espaços verdes (dada a importância que assumem entre os exemplos escolhidos em Torres Vedras); a definição de Requalificação Urbana e a sua importância para a cidade e exemplos de requalificação em Portugal. Recorreu-se a diversos autores reconhecidos nestas áreas de modo a caracterizar estes conceitos e explicar os seus aspetos mais técnicos.

Na segunda parte explora-se a parte prática desta dissertação, ao discutir várias observações e resultados reunidos durante o período de investigação. Cada uma das quatro áreas de estudo - Parque do Choupal, Parque Verde da Várzea, Jardim da Graça e

Centro Histórico de Torres Vedras - tem uma secção com uma breve exploração da sua história, dos seus problemas antes da requalificação, do processo de requalificação em si, e do sucesso destes projetos, com referência a literatura pertinente e entrevistas a pessoas com funções relevantes na administração urbana de Torres Vedras. Por fim, são apresentados e discutidos os resultados dos inquéritos realizados a uma amostra da população torriense sobre a utilização de espaços públicos urbanos. Conclui-se com a apresentação de propostas de requalificação urbana inspiradas nos inquéritos, entrevistas, e observações nossas, com o fim de melhorar a ação da Câmara Municipal e a experiência dos habitantes desta cidade.

2. Espaço Público Urbano: Conceito e características

2.1 Definição de Espaço Público Urbano

O conceito de espaço público urbano pode parecer nebuloso à primeira vista, ou então algo que não necessita de esclarecimento, na medida em que esta expressão, apela para o imaginário de jardins, parques, ruas, estradas, até talvez um mercado. Contudo, apesar de estas ideias poderem ser corretamente associadas ao conceito de espaço público urbano elas não conseguem descrevê-lo de forma concreta e adequada.

Definir o espaço público urbano é desafiante, apesar da sua constante presença e evocação na teoria urbana e em qualquer estudo que procure compreender o funcionamento ou a estrutura de uma cidade, devido à sua natureza mais basilar sendo mais facilmente retratada ao descrever aquilo que não é, na medida em que o espaço público pode ser considerado todo aquele que não é espaço privado ou semiprivado. Esta abrangência manifesta-se na forma como cada teoria ou indivíduo escolhe aplicar este conceito nos seus estudos ou observações, diluindo a sua aplicação consensual. É desta forma essencial estabelecer um entendimento do conceito de espaço público urbano no qual esta análise possa ser ancorada.

Entre as varias definições de espaço público, avança-se primeiro com a proposta por Borja e Muxí (2001: pp 33-24): “El espacio público es un concepto jurídico (pero no

únicamente): un espacio sometido a una regulación específica por parte de la administración pública, propietaria o que posee la facultad del dominio sobre el suelo y que garantiza la accesibilidad a todos y fija las condiciones de utilización y de instalación de actividades. (...) resulta de la separación formal (legal) entre la propiedad privada urbana (expresada en el catastro y vinculada generalmente al derecho a edificar) y la propiedad pública (o dominio público por subrogación normativa o por adquisición de derechos por medio de la cesión), que normalmente supone reservar este suelo libre de construcción (excepto equipamientos colectivos, infraestructuras de movilidad, actividades culturales y a veces comerciales, referentes simbólicos monumentales, etcétera).” Esta definição é valiosa pela sua descrição concisa e eficiente do espaço público ao nível legal e na perspectiva do ordenamento do território.

Esta definição refina a ideia prévia de “espaço não público” ao adicionar alguma especificidade ao conceito ancorada na dimensão jurídica. Contudo, esta proposta mantém alguma ambiguidade, na medida em que certos pontos do espaço público podem ver o seu acesso limitado à população. No entanto, algumas teorias consideram que esse espaço coletivo, acessível com certas restrições, pode ainda ser considerado espaço público (Coutrim, 2005).

A definição citada de Borja e Muxí é compreensiva ao nível legal. Não obstante, o espaço público não pode ser reduzido apenas à sua definição legal, sendo imperativo reconhecer a sua função como promotor da vida urbana e do bem-estar da população. Brandão (2008, p.18) avança uma definição que resume sucintamente esta faceta do espaço público: “É o espaço que é fundador da forma urbana, o espaço “entre edifícios” que configura o domínio da socialização e da vivência ‘comum’, como um bem coletivo da comunidade. (...) os espaços públicos devem ser sempre vistos como bens de utilização livre de acordo com um padrão de uso socialmente aceite. Que traduzem uma interação equilibrada entre o homem e o meio, ostentando uma singularidade que os homens reconhecem facilmente.”

Esta citação expõe de forma clara algumas noções subjacentes ao conceito de espaço público, nomeadamente a sua vertente sociocultural. Este espaço, caracterizado intrinsecamente pela sua acessibilidade generalizada (com poucas exceções) ao público, acaba por se tornar um lugar onde os cidadãos, de todo o espectro social, se juntam para

confraternizar e definir a cultura coletiva. Estes são espaços em que diversos grupos sociais, mesmo que tenham diferentes propósitos para lá estar (estudantes, trabalhadores, moradores, visitantes, transeuntes), podem encontrar-se, interagir, trocar palavras e ideias, conhecer-se, fomentar laços e reforçar a cultura local. O espaço público é essencial para criar e reforçar o sentido de identidade local.

A nova carta de Leipzig, adotada pela União Europeia em 2020, afirma que “High-quality, open, and safe public spaces function as vibrant urban places, allowing people to interact, exchange and integrate into society. Good urban planning and design should be reinforced to enable compact, socially, and economically mixed cities with well-developed infrastructure and a healthy environment and opportunities for identification contributing to the well-being of all.” (2020, p. 2) Esta citação reforça a importância do espaço público na integração da população, mas avança também a importância do planejamento urbano e das infraestruturas competentes para este fim. A qualidade da infraestrutura do espaço público e a variedade de opções que propõe são essenciais para motivar a sua frequência e, como tal, a interação social.

Evocando Jan Gehl (2010, pp. 19-23), podemos argumentar que a maioria dos contactos sociais que ocorrem regularmente no espaço público são feitos por convite. Inicialmente, e a um nível mais basilar, a circulação de pedestres era considerada de uma forma puramente utilitária, numa perspetiva de que as pessoas usavam as ruas para se deslocar para onde necessitavam. Desta forma, o planejamento do fluxo de pedestres era feito dentro de uma lógica de previsão de tráfego, ignorando as possibilidades que podiam ser oferecidas para além disso.

No entanto, especialmente nas cidades, este tráfego dá à população uma oportunidade para apanhar ar e comunicar entre si e, quando as condições dos espaços de fluxo populacional melhoram, verifica-se um aumento destes mesmos movimentos. À medida que as ruas aumentam de qualidade, as pessoas vêm-se mais inclinadas a passar por elas, as ciclovias são implementadas e melhoram as suas condições de usufruto, há um maior convite para os utilizadores de bicicletas as utilizarem, o que aumenta o fluxo e dá vida à cidade.

Esta vida é um indicador da saúde e qualidade de vida de uma sociedade, e informa parcialmente sobre o crescimento da mesma. Assim, à medida que uma cidade ganha esta

vida, acaba por se tornar multifacetada, gerando uma variedade de atividades, tanto necessárias (escola, emprego, etc.) como opcionais, viradas para o entretenimento. São estas que promovem um maior aproveitamento do espaço público, motivando as pessoas a passear e a aproveitar o tempo.

A razão pela qual Jan Gehl refere que o aproveitamento destes espaços é motivado por convites é precisamente pela forma como as atividades anteriormente mencionadas levam as pessoas a usufruir destes espaços, ao atraí-las com a promessa de recreação e relaxamento. Mesas de café, mobiliário urbano adequado, espaços verdes, criam um cenário convidativo, em que as pessoas são cativadas e incentivadas a permanecer, aproveitar o tempo, abrandar o ritmo, fazer uma pausa na sua rotina e aproveitar o espaço público. Para que estes convites sejam efetivos, têm também de ser assegurados outros fatores, como segurança, espaço pessoal e qualidade visual.

Quando bem aplicados, estes princípios de qualidade urbana funcionam como uma infusão de vida para a cidade, num ciclo de reforço social: um espaço público de qualidade convida as pessoas a ficar, e uma cidade viva e cheia de pessoas atrai mais investimento e atenção à qualidade. Uma cidade morta e desolada pouco usufrui destas condições. Das ideias avançadas por Jan Gehl é possível afirmar que o conceito de espaço público deve aparecer associado à ideia de bem coletivo; para tal, tem de ser assegurado um nível de qualidade infraestrutural, que incentive à apropriação pela população e possa haver progresso social, económico e ambiental. A cidade deve providenciar à população uma variedade de ferramentas e atividades que “lubrifiquem” o fluxo populacional e sejam apelativas à participação pública.

Ao criar estes espaços convidativos, enfatiza-se o papel do espaço público como um lugar de identidade, onde as diferentes camadas da sociedade convergem, fomentando a cultura e identidade social local. Como descrito em *Centro Aberto: Experiências na escala humana* (São Paulo, 2014: p.5): “A vida urbana depende das pessoas ativando o espaço público. Pedestres são uma parte fluida da cidade, dando vida aos espaços por um tempo determinado. Quanto mais tempo cada pessoa fica no espaço público, mais vida urbana é acumulada nestas áreas. Por isso, ofertar oportunidades para estar e conviver com outras pessoas torna-se muito importante para criar uma cidade mais acolhedora”.

Neste sentido, num espaço livre, o fluxo populacional acaba por refletir as políticas urbanas e sociais, e ser um indicador do empenho na qualidade da vida da população, pelo que deve ser dada prioridade a estes aspetos.

Todas as definições referidas até agora forneceram uma base para um entendimento do conceito de espaço público, legalmente e no sentido de planeamento do território, e enfatizaram a sua importância para a qualidade de vida da população e para a criação e manutenção de um sentido de comunidade e identidade coletiva; este acaba, assim, por ser um reflexo das políticas urbanas implementadas na cidade (ou da sua falta), sendo importante ter uma oferta variada de atividades de lazer que convidem ao seu usufruto pela população. No entanto, antes de reforçar ainda mais a importância destes espaços e de rever a sua história no contexto europeu, é importante solidificar a ideia base de espaço público a ser utilizada nesta dissertação, ao especificar que tipo de atividades ou espaços compõem, no seu todo, um espaço público.

Existem muitas teorias sobre o que constitui o espaço público, muitas delas tendo ideias semelhantes, mas categorizando ou dividindo os seus componentes de forma diferente. Uma das teorias, já discutidas nesta dissertação, é a de Jan Gehl (2013, pp 20-21), que divide as atividades do espaço público em:

1. Atividades necessárias: como o nome indica, estas, na sua generalidade, são de participação ou inclusão obrigatória para pelo menos uma parte da população, como empregos ou escolas. Gehl inclui também nestas atividades os serviços que são necessários para o funcionamento das estruturas económicas e sociais, ou atividades que parte da população se vê forçada a fazer, e que têm de ocorrer sob quaisquer circunstâncias, como esperar pelos transportes públicos, entrega de mercadorias, entre outras. Estas atividades são importantes na teoria de Gehl por forçarem as pessoas a sair de casa.
2. Atividades opcionais: atividades que, ao contrário das anteriores, não são obrigatórias ou necessárias, e a participação da população nestas é completamente facultativa. Estas atividades são mais focadas em recreação ou relaxamento. Geralmente são as atividades mais convidativas e populares para a população, e estão dependentes de fatores tão diversos, como a meteorologia, a qualidade da infraestrutura urbana, a segurança, a disponibilidade de espaço, entre outras. Estas

atividades incluem simples caminhadas ou passeios, usufruir do ar livre num jardim, ou passar tempo numa esplanada. Estas são as atividades que mais impulsionam o sentido de identidade social e a cultura urbana local.

Estas classificações são úteis, de fácil compreensão e transmitem eficientemente o propósito de cada uma destas atividades. No entanto, para efeitos de clarificação concetual serão exploradas outras teorias.

Outra ideia relevante é a de William H. Whyte. Na sua obra *The Social Life of Small Urban Spaces* (1980), o autor e um pequeno grupo de investigadores, procuraram catalogar a forma como os fluxos populacionais interagem com certos lugares ou atividades consideradas características para o espaço público. Procuram primeiro analisar a regularidade de encontros interpessoais acidentais, o comportamento das pessoas no espaço e quaisquer ajuntamentos na rua. Este estudo procura ver a forma como as pessoas usam as ruas e os espaços/atividades das mesmas, e para as quais a população gravita mais. Consideraram que um espaço público de qualidade deve estar dividido em espaços de trabalho e espaços de “não-trabalho”, e que a qualidade destes espaços está fortemente ligada à presença de árvores, água, sol, acesso a comida e lugares para sentar.

Um espaço realçado na obra são as praças, principalmente por serem convidativas para a atividade social. Estas são espaços onde as pessoas podem ir em grupos, encontrar-se ou conhecer-se. São locais ideais para encontros inesperados entre pessoas. Os parques são mencionados, tendo um apelo semelhante ao das praças, mas estando ainda mais dependentes de fatores como o sol e o vento. As ruas são referidas, em parte pela sua ligação às praças, mas também porque, se for uma rua movimentada, pode usufruir da sua própria movimentação social, pois à medida que as pessoas esperam por transportes, caminham para onde precisam de ir, ou usufruem de serviços, a população interage, conversa, e por esse meio reforça a sua identidade social e cultural.

São discutidos também os espaços interiores como alternativos às praças e aos parques. Estes podem ter uma variedade de atividades, como galerias, museus e mercados que podem estar mais protegidos de condições externas adversas, mas também não usufruem do bom tempo com a mesma facilidade e frequência. Por fim, são destacadas megaestruturas, descritas por Whyte como “*bold statements*”. Estes são grandes edifícios,

arranha céus, grandes centros. São, na sua generalidade, locais de extrema relevância para a economia social e a sua extensão é considerável.

Uma classificação alternativa é oferecida no documento “*Critérios de Avaliação de Projetos de Desenho de Espaço Público*”. Este documento foi elaborado por uma equipa do Centro Português de Design (s.d), com o objetivo de reunir informações que possam ser fornecidas às entidades responsáveis pelo financiamento ou gestão de espaços públicos, para que estas possam tomar decisões informadas em matéria de (re)qualificação ou produção destes mesmos espaços. Este projeto é focado na qualidade, procurando encorajar as entidades responsáveis a apostar em planos que enfatizem a variedade e qualidade de oferta nos espaços públicos. O documento menciona seis grandes grupos de espaços públicos:

1. Parques urbanos e jardins públicos. São áreas verdes, destinadas ao relaxamento e à recreação. Geralmente são compostos por uma variedade de espaços pedonais, de repouso, áreas infantis diversas, corpos aquáticos como linhas de água e lagos, quiosques, e até contacto com animais (como patos num lago ou pombais). Estes espaços podem também promover a integração de infraestruturas ou edifícios em espaços urbanos caracterizados pela sua verdura.

2. Avenidas e ruas. O seu principal propósito é facilitar a circulação das pessoas e de veículos. As avenidas, pelo seu perfil longitudinal e transversal mais amplo e muitas vezes incluindo espaços verdes, em adição a este propósito, são também adequadas para as pessoas passarem algum tempo a socializar ou em recreação.

3. Praças, largos e recintos. São espaços caracterizados pelas suas dimensões diversas e centralidade, sendo locais onde ruas e trajetos pedonais convergem. Os recintos usufruem de uma centralidade semelhante, mas divergem ao serem caracterizados pela sua dedicação a uma função específicas (como estacionamento), exceto quando recebem atividades temporárias.

4. Autoestradas, vias rápidas, vias-férreas e vias aéreas. Estes espaços estão ao serviço de infraestruturas que ligam pontos distantes. Estas destinam-se à circulação de veículos a motor, sem acesso a pedestres, de modo a suportar um fluxo de circulação incompatível com as vias urbanas. Os transportes públicos operam nestes espaços.

5. Parques de estacionamento. Espaços onde veículos motorizados podem ser deixados em repouso em plataformas subterrâneas, silos ou em fileiras em ruas.

6. Margens fluviais e marítimas. São faixas de terreno que limitem o leito das águas; estão disponíveis para usufruto público, permitindo à população desfrutar de paisagens fluviais ou usufruir do ar marítimo.

A caracterização avançada neste documento acaba por ter semelhanças com a proposta de Brandão, citada anteriormente. Brandão (2008, p. 19) divide o espaço público de acordo com seis características a que cada espaço pode ser associado, que podem ser agrupados em quinze tipos (Tabela 1).

A. Espaços - Traçado	Encontro, Circulação	Largos, Praças, Ruas, Avenidas
B. Espaços - Paisagem	Lazer, Natureza, Contemplação	Jardins, Parques, Miradouros, Panoramas
C. Espaços - Deslocação	Transporte, Estacionamento	Estações, Paragens, Vias-Férreas, Auto-estradas, "Parking"
D. Espaços - Memória	Saudade, Arqueologia	Cemitérios, Industrial, Agrícola, Serviços, Monumentos
E. Espaços Comerciais	Semi-interiores, Semi-extteriores	Mercados, Centros Comerciais, Quiosques
F. Espaços Gerados	Por Edifícios, Equipamentos ou sistemas	Galeria, Pátio, Espaços Desportivos, Religiosos, Sistemas de Iluminação, Comunicação...

Tabela 1 Caracterização de espaços públicos, de acordo com as suas características (Brandão, 2008)

Os tipos referidos correspondem aos objetivos de cada espaço no contexto da cidade e da sua utilização pela população. Cada característica apontada por Brandão apoia-se no propósito específico que esse espaço pode servir. Por exemplo, espaços cuja característica principal é o seu traçado, dividem-se em espaços cujo uso primário são encontros (largos e praças) ou circulação de pessoas (ruas e avenidas). Assim, a tipologia de Brandão

assemelha-se à apresentada em *Critérios de Avaliação de Projectos de Desenho de Espaço Público*, à exceção das margens fluviais e marítimas, que este omite.

Para além da tipologia que utiliza para classificar o espaço público, Brandão (2008, pp 21-22) propõe também uma variedade de elementos simbólicos, cujo significado acaba por compor um perfil identitário do espaço público, definidos pelas suas características e finalidade. Propõe, assim, a ideia de que cada cidade possui várias dimensões de identidade.

Brandão admite cinco dimensões identitárias do espaço público, cada uma podendo ser ligada a questões diferentes, como as funções do espaço ou a componente sensorial que este transmite aos seus utilizadores.

A **componente morfológica** lida com a forma e o traçado do espaço público, nomeadamente a maneira como este define a relação entre os seus vários componentes, como edifícios, ruas e praças, entre outros. No entanto, é importante observar que, com a influência da Carta de Atenas e a disponibilidade quase universal do automóvel, esta relação tem vindo a ser permanentemente alterada, acabando a rua por tornar-se uma “matriz” do espaço público.

A **componente visual e percetiva** tem principalmente a ver com a imagem mental que o utilizador tem da cidade, e da legibilidade e facilidade de orientação do tecido urbano. Esta componente prende-se não só com a facilidade de apreensão do tecido urbano, mas também com o sentido estético do espaço. Destacam-se neste sentido lugares que, através do seu apelo estético ou simbologia, se tornam icónicos, uma parte crucial da identidade do tecido urbano.

A **componente vivencial e funcional**, por sua vez lida com fatores relacionados com a qualidade do espaço público para os seus utentes, tanto no quotidiano como durante eventos sociais. Nesse sentido são importantes fatores como conforto, tranquilidade, privacidade, segurança, entre outros aspetos relevantes para assegurar uma boa experiência para os utentes. Para este efeito é necessário ter também em consideração a utilização do espaço durante o dia ou a noite, especialmente no que toca à iluminação e segurança durante o período noturno.

A **componente social e cultural** consiste na dinâmica que o espaço estabelece com os seus utilizadores, e na forma como estes interagem com ele. Para este fim, são relevantes as características formais do espaço, o traçado e a forma como este preenche as necessidades dos utilizadores, sejam estas psicológicas, de segurança, do sentido de pertença e de expressão social e estética. Todos estes são aspetos cruciais do processo de humanização e de construção de identidade social que o espaço público estimula, por meio da expressão de valores coletivos. A influência do espaço público nestes aspetos manifesta-se principalmente através da estética e de eventos coletivos.

Por fim temos a **componente económica e legal**, que consiste na capacidade de o espaço atrair pessoas para atividades económicas, de modo a manter os fluxos económicos. A parte legal desta faceta do espaço público implica a presença de certas condições, como elementos de gestão e processuais, condições que permitam o funcionamento viável do mercado (função de procura, meios de investimento), e a conservação das qualidades inerentes do espaço. Alguns projetos do espaço público de maior complexidade podem servir uma variedade de funções e atingir um maior número de objetivos. Brandão evoca, como exemplo, praças em Barcelona construídas após os anos 80, que servem como centralidades locais, desempenham diversas funções a nível económico e estão munidas de simbologia que reforça os valores comunitários e a identidade coletiva.

Assim, as componentes propostas por Brandão colocam uma grande importância na manutenção dos espaços públicos, tanto no sentido estético, como a nível infraestrutural, de modo a assegurar o seu bom funcionamento e uma boa experiência para os seus utilizadores. Desse modo é possível evocar de novo o documento “*Critérios de Avaliação de Projetos de Desenho de Espaço Público*” (pp. 9-18), que fornece uma lista de elementos, estruturas e sistemas considerados essenciais para a manutenção da qualidade do espaço público:

- Estruturas Viárias/Transportes. São estruturas (vias pedestres, vias para bicicletas, vias para automóveis e vias para transportes públicos) que permitem e facilitam a mobilidade dos seus utilizadores e o transporte de recursos. Durante o planeamento e construção destas estruturas deve haver atenção à diferenciação, qualidade e quantidade das vias para automóveis, bicicletas e peões, conforto e

funcionalidade, e inclusive a questões de acessibilidade a utentes de mobilidade reduzida e da segurança dos utilizadores. No entanto, devem também ser salvaguardados a qualidade da paisagem urbana e o controlo dos níveis de poluição (atmosférica e de ruído) resultantes dessas estruturas. As vias urbanas devem ser desenhadas atendendo à sua relação com as fachadas dos edifícios e o espaço de circulação, tanto dos utentes como dos veículos.

- **Sistemas de Comunicação Urbana.** Considerados essenciais para a compreensão do tecido urbano, cuja complexidade tem crescido com os tempos, estes servem a função de auxiliar a navegação dos espaços. Estes sistemas são constituídos por diversos elementos:
 - **Orientação:** têm a função de orientar o caminho a ser percorrido até ao destino (Ex: mapas ou planos).
 - **Informação:** informam o utilizador acerca do local, seja sobre o trânsito, o tempo, a temperatura, entre outros fatores.
 - **Direção:** instrumentos que guiam a circulação no espaço público. Estes geralmente assumem a forma de sistemas de sinalização.
 - **Identificação:** instrumentos de designação que confirmam ou estabelecem conhecimento de um destino, estrutura, edifício, obra de arte, ou até de uma atividade económica.
 - **Reguladores:** existem para exibir e advertir os utilizadores de normativas prescritas pelas autoridades ou proprietários do espaço. Referem-se a permissões ou proibições de atividades ou comportamentos, cujo objetivo principal é salvaguardar a segurança das pessoas (Ex: instrumentos de controle de tráfego, sinais para químicos perigosos ou maquinaria, anúncios legais, sinalética de estrada, entre outros).
 - **Ornamentais:** função primária de decorar ou embelezar o ambiente, ou de realçar alguns dos seus elementos, como bandeiras, placas ou sinais a informar sobre eventos locais.
 - **Especiais:** elementos que auxiliam a utilização do espaço para indivíduos com acessibilidade visual diminuída (como braile)
 - **Informação Comercial:** maioritariamente têm a função de publicitar produtos ou atividades económicas.

- Estruturas e Elementos de Iluminação, essenciais para garantir condições básicas de funcionamento independentes do horário solar, mas também para diminuir o nível de sinistralidade dos espaços, que geralmente se encontra e ligado à falta de visibilidade. Para tal, deve haver atenção às características formais e pontos de interesse específicos do espaço, de modo a planejar uma colocação eficiente dos equipamentos de iluminação (lâmpadas, projetores), e para que de dia assumam uma presença não obstrutiva.
- Estruturas e elementos naturais, como a flora e a fauna, que contribuem para a caracterização e identificação do espaço público e ajudam a regular o clima urbano. Estes elementos são importantes na fase inicial do desenho do espaço público, ao auxiliarem na sua configuração através das suas texturas e cores, e é, portanto, importante estabelecer um equilíbrio entre o espaço construído e os seus sistemas naturais. É também importante atender à sustentabilidade destes sistemas, por exemplo selecionando e implementando sistemas de rega eficientes.
- Equipamentos/Mobiliário Urbano. Têm a função primária de criar um ambiente “digno” no espaço público, ao proporcionar conforto, informação, segurança entre outras necessidades do cidadão. Estes equipamentos devem estar corretamente inseridos atendendo à envolvente, complementando a paisagem, e reforçando a identidade coletiva do espaço urbano através de simbologia, sem prejudicar a acessibilidade e navegação de utentes de mobilidade reduzida e sem obstruir a utilização do espaço pedonal. Estes elementos incluem floreiras, bancos, mesas, expositores, corrimões, toldos, abrigos, entre outros.
- Elementos Artísticos. Obras artísticas universalmente acessíveis criadas ou localizadas dentro do espaço público. Contribuem para definir o caráter e identidade do espaço em que se localizam estabelecendo uma “moral” e um sentimento de identidade coletiva. Geralmente são implementados através de um processo de cooperação com os artistas de modo a respeitar e fortalecer a identidade local sem comprometer a integridade do espaço em que se inserem.

Estes elementos incluem graffiti, desenhos em pavimento, esculturas, fotografia, ou até espetáculos temporários.

- Infraestruturas subterrâneas, que suportam o espaço público, ao providenciar necessidades ou serviços essenciais para o funcionamento do tecido urbano (sistemas elétricos, redes de água, redes de telecomunicação, sistemas de transportes subterrâneos, redes de drenagem pluvial, entre outros). Estes devem ser implementados atendendo à segurança dos cidadãos e de modo que não criem constrangimentos à utilização do espaço público.

Brandão enfatiza o papel dos espaços públicos ao proporcionarem aos cidadãos serviços importantes, uma identidade coletiva e um sentimento de conforto e bem-estar. Este é um princípio comum em teoria do espaço público, que informa muitas decisões neste setor. Tendo em mente estas ideias, compreende-se a importância e a necessidade de um espaço público bem concebido e desenhado.

2.2 A qualidade do Espaço Público Urbano

Considerando o tema, os objetivos e o estudo de caso (Torres Vedras) importa explorar o que define um “bom” espaço público e considerar alguns critérios de qualidade para ancorar esta análise. Este esforço de clarificação concetual é importante tanto para determinar a qualidade dos espaços públicos, como para decidir que espaços necessitam de esforços de requalificação, e para avaliar o nível de sucesso desses esforços (assim como a reação da população aos mesmos). A análise comparativa do “antes-durante-depois” destas intervenções é crucial para o estudo de requalificação urbana, e tem um peso relevante na componente prática desta dissertação.

Na secção anterior, para além de identificar os elementos que compõem o espaço público e discutir a sua utilidade, foi possível identificar algumas ideias sobre o que um espaço público deve ser, e o que deve proporcionar aos seus utilizadores e ao tecido urbano. Alguns aspetos que surgiram com frequência foram “conforto”, “segurança” e “funcionalidade”. Brandão (2008) e o documento “*Critérios de Avaliação de Projetos de Desenho de Espaço Público*”, evocados anteriormente, fazem referências constantes a estes conceitos, essenciais na definição de alguns critérios de qualidade do espaço público.

Uma obra que discute esta questão é *Cidade para Pessoas* (Gehl, 2013), onde o autor se socorre de diversos critérios que permitem qualificar o espaço público. Esses critérios são analisados ao longo da obra e resumidos num esquema (fig. 1), atendendo a três dimensões: proteção, conforto e prazer.

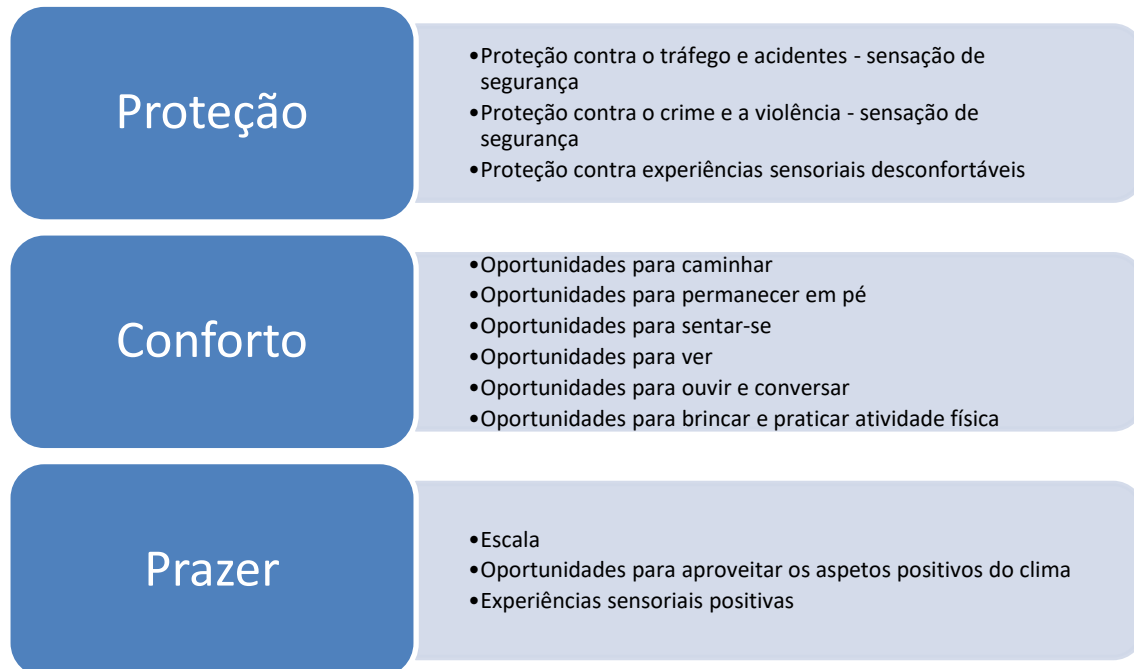


Figura 1 Os critérios de qualidade de um espaço público. Fonte: Gehl, 2013, p. 239

No que se refere à Proteção o autor considera:

Proteção contra o tráfego e acidentes. Gehl considera que à medida que os carros invadiram a cidade, o planeamento das ruas começou a concentrar-se na criação e manutenção das suas vias e na criação de estacionamento, o que resultou na perda de espaço e condições para a deslocação de pedestres e ciclistas, devido a fatores como frequentes interrupções na caminhada, dificuldade de cruzamento de ruas, ou a redução ou eliminação de ciclovias. Gehl sugere que é necessário ter em mente a dimensão humana no planeamento de ruas e soluções de tráfego, com especial atenção a crianças, idosos, e indivíduos de mobilidade reduzida (Gehl 2013, pp. 91-95).

Proteção contra o crime e a violência. Gehl considera crucial poder caminhar com segurança no espaço da cidade, sendo um pré-requisito para criar cidades

funcionais e convidativas, sendo o objetivo criar uma sociedade aberta em pessoas de todos os grupos socioeconômicos possam movimentar-se no mesmo espaço sem interrupções. Soluções de proteção individual (como grades a proteger uma casa) pouco ajudam em locais onde existe um sentimento geral de insegurança, sendo necessárias soluções mais abrangentes, ao nível comunitário e social. Este tipo de soluções inclui incentivar as pessoas a caminhar de modo a reforçar a sensação de “presença do outro” nas ruas, a construção de espaços agradáveis de transição, ruas desenhadas com um caráter distinto de modo a reforçar a ideia de localização dos utilizadores, esclarecer as divisões entre espaço público e privado, e boa iluminação exterior (Gehl 2013, pp. 97-104).

Proteção contra experiências sensoriais desconfortáveis. Este critério reforça a importância do clima como um importante fator na movimentação e utilização dos espaços públicos pelas pessoas. Especificamente, torna-se importante criar estratégias para proteger as pessoas de climas desagradáveis, como chuva, neve, frio ou calor em excesso, ou até poluição. Por exemplo, cidades conhecidas pelas suas altas temperaturas tendem planejar as suas ruas para que estas sejam mais sombreadas, oferecendo alguma proteção aos seus utilizadores, ou em parques, a existência de árvores cria sombra, o que ajuda a proteger contra o calor (Gehl 2013, pp. 168-175).

Em relação ao Conforto, destaca:

Oportunidades para caminhar: O ato de caminhar na cidade pode assumir várias formas: caminhar como forma de relaxamento, caminhar para alcançar um destino, caminhar como forma de exercício, o caminhar de um idoso, entre outras. Como tal, tem de haver respeito pela forma como os pedestres utilizam o espaço urbano, ao investir na qualidade do percurso e pensar a cidade de forma que não haja nada que esteja excessivamente longe ou seja difícil de alcançar a caminhar. Para tal, deve haver atenção à forma como pontos de interesse são distribuídos pela cidade, as vias pedestres devem ser espaçosas e não ter obstáculos como postes no meio da calçada, e questões de

acessibilidade devem ter tidas em conta, através de equipamentos como rampas (Gehl 2013, pp. 119-133).

Oportunidades para permanecer em pé: O número de pessoas em pé, sem caminhar, numa rua, pode ser representativo da qualidade de uma cidade, na medida em que ilustra o conforto do espaço ou a qualidade de pontos de interesse. Demonstra também a qualidade de espaços de transição em que um indivíduo pode ficar parado discretamente sem incomodar os demais pedestres (Gehl 2013, pp. 134-141).

Oportunidades para sentar-se: É normal que os utilizadores do espaço público necessitem de um breve repouso, e para isto são importantes locais de assento com um bom microclima, visibilidade, baixo ruído e baixa poluição (Gehl 2013, pp. 141-146).

Oportunidades para ver: Contatos visuais passivos são uma forma importante de comunicação entre as pessoas e para absorver o espaço em seu redor. Para tal, é importante que a cidade seja desenhada de modo a ter linhas de visão claras e ininterruptas, de modo que os utilizadores possam absorver as vistas interessantes da cidade. Deve, no entanto, haver um cuidado para preservar a privacidade dos indivíduos no interior de edifícios (Gehl 2013, pp. 148-150).

Oportunidades para ouvir e conversar: O espaço urbano tem uma função importante como veículo de interação humana, e para tal, comunicação verbal deve ser facilitada, algo que requer um controlo dos níveis de ruído da cidade, e uma disponibilização de paisagens ou mobiliário urbano interessante que possam fornecer temas de conversa aos seus utilizadores (Gehl 2013, pp. 151-157).

Oportunidades para brincar e praticar atividade física: O espaço urbano deve ser convidativo para a prática de exercício físico ou brincadeira, tanto como forma de expressão pessoal como para a promoção de uma vida saudável para os seus utilizadores. Para tal, é importante providenciar uma variedade de

equipamentos como pistas de caminhada e de ciclismo, parques, ou academias desportivas, para motivar os cidadãos a exercitarem-se em qualquer altura do ano (Gehl 2013, pp. 158-161).

Por fim, no que toca ao prazer, Gehl destaca:

Escala: As dimensões de qualquer espaço urbano devem ser bem pensadas, de modo a serem facilmente absorvidas e serem logicas para os sentidos humanos. Espaços demasiado grandes sem zonas de transição podem causar um sentimento de indiferença ou até frieza nos seus utilizadores. Isto pode ser atenuado através da escala dos prédios do espaço em questão, ou através de bancas ou toldos de cafés, que trazem alguma intimidade a um espaço que poderia ser demasiado grande (Gehl 2013, pp. 162-167).

Oportunidades para aproveitar os aspetos positivos do clima: Devido à importância das condições meteorológicas para o bom aproveitamento do espaço público. Isto é algo que não pode ser completamente controlado, mas é importante que a cidade se adapte ao seu clima através da construção dos espaços, como por exemplo ao criar ruas sombreadas e estruturas de paredes grossas para reduzir o impacto do calor, ou a construção de prédios largos e a utilização de árvores e arbustos para proteger os utilizadores do vento (Gehl 2013, pp. 168-175).

Experiências sensoriais positivos: É importante que um espaço público seja construído de modo a projetar as maiores qualidades do local onde se insere. Devem ser realçados elementos como a paisagem, superfícies aquáticas ou espaços verdes quando possível, ruas devem ser projetadas para providenciar experiências visuais interessantes, e devem ser promovidos eventos que celebrem as artes visuais e musicais (Gehl 2013, pp. 176-181).

2.3 Os espaços verdes como Espaço Publico Urbano

Os espaços verdes podem ser incluídos na análise dos espaços públicos; no entanto, devido às suas características únicas em comparação com outros espaços públicos

e à considerável presença de espaços verdes no estudo de caso desta dissertação, é importante destacar este tipo de espaço e discutir as suas qualidades únicas.

Para o efeito desta dissertação, é importante estabelecer a definição de “Espaço Verde”. Uma das definições mais concisas é fornecida num relatório da Organização Mundial de Saúde (2016). Nesse relatório são considerados espaços verdes quaisquer espaços urbanos cobertos por qualquer tipo de vegetação, o que inclui:

- Espaços verdes pequenos como árvores ou vegetação numa rua ou estrada;
- Espaços verdes de grande escala que fornecem funções recreativas ou sociais, como parques ou caminhos verdes;
- Espaços verdes não disponíveis para uso público, como vegetação em espaços privados. (Esta categoria não é relevante para o presente trabalho, embora se possa considerar que, mesmo nestes casos, há benefícios para a população da cidade).

Esta definição é útil para ancorar a discussão e introduz o conceito de diferentes tipologias de espaços com papéis diferentes no espaço urbano. Dependendo das suas características, dimensões e equipamentos, cada espaço verde terá a sua própria “personalidade”. Como tal, os espaços verdes podem ser de diferentes tipos como na proposta apresentada por Silva e Nogueira (2014):

- Grandes espaços verdes: Os pulmões da cidade, espaços de grandes dimensões com uma variedade de serviços e equipamentos visitados por elevado número de pessoas;
- Corredores verdes: Espaços próximos de núcleos urbanos que ligam elementos paisagísticos;
- Parques florestais: Espaços com uma alta quantidade de espécies de vegetação nativas da zona, onde se podem encontrar circuitos desportivos;
- Parques urbanos: Zonas verdes desenhadas para permitir uma grande variedade de atividades para qualquer faixa etária e parcialmente isoladas de ruídos exteriores devido à sua vegetação;
- Parques e jardins históricos: Zonas que exibem e reforçam o contexto histórico da região onde se inserem;
- Pequenos espaços verdes: Zonas verdes adaptadas a um uso diário, geralmente próximas a vias de circulação;

- Praças arborizadas: Zonas de passeio de pequenas dimensões em contacto com a natureza;
- Pátios ajardinados: Zonas verdes adjacentes ou no centro de um edifício, proporcionando oportunidades de convívio, e nutrindo um sentimento de bem-estar e sossego.

No entanto, apesar das suas diferenças, os espaços verdes têm um propósito unificado perante a população, que é o de proporcionar um sentimento de bem-estar e harmonia, servir como locais de lazer, e oferecer à população oportunidades de estar em contacto com a natureza e de usufruir dos benefícios para a saúde proporcionados por este contacto.

Gobbi (1997) explora este tópico no seu estudo, estabelecendo uma relação sólida entre a presença de zonas verdes e a taxa de mortalidade da área onde estas se inserem. Especificamente, a presença de espaços verdes parece diminuir a taxa de mortalidade por causas cardiovasculares em indivíduos de idade adulta; no entanto, na generalidade, simplesmente frequentar estes espaços com alguma regularidade pode refletir-se favoravelmente no nível de *stress* e frequência cardíaca, e parece também reduzir os níveis de colesterol e os índices de diabetes tipo 2.

Os benefícios dos espaços verdes urbanos não são limitados à saúde física, tendo também um impacto notável na saúde mental daqueles que os frequentam. Segundo Gigante (2021), o usufruto de espaços verdes urbanos parece estar ligado a uma redução dos níveis de depressão, ansiedade e fadiga, e que estes espaços são benéficos para o tratamento de condições psicológicas em pessoas de todas as idades.

Esta ligação entre espaços verdes parece ser tão forte que no estudo *An ecological study investigating the association between access to urban green space and mental health* (Nutsford et al, 2013) se conseguiu estabelecer uma relação entre a distância a espaços verdes e os níveis de ansiedade, sendo uma menor distância indicativa de uma menor quantidade de indivíduos a recorrer a tratamento ou terapia para a ansiedade.

As zonas verdes também afetam positivamente a saúde mental dos seus utilizadores ao melhorar a sua qualidade de vida. Segundo um estudo recente (Tillmann *et al.* 2018), o usufruto frequente dos espaços verdes parece, frequentemente, resultar num efeito benéfico nas crianças e nos jovens que se manifesta numa redução do *stress*,

hiperatividade e déficit de atenção, e numa maior resistência a sensações de mal estar mental e emocional.

Os espaços verdes são úteis até no tratamento de doenças mentais ou físicas. Ulrich (2002) afirma ter observado que simplesmente ter uma janela num quarto de hospital com vista para um jardim reduz drasticamente o nível de *stress* do paciente e promove uma recuperação mais confortável de intervenções clínicas, reduzindo o consumo de medicação para a dor e promovendo estadias hospitalares mais curtas. Ulrich afirma que a presença de zonas verdes na proximidade ao hospital aumenta a satisfação do paciente e da sua família, e muitas vezes resulta num tratamento de maior qualidade.

Gigante (2021) sugere certas características inerentes aos espaços verdes que podem explicar algumas das razões pelas quais transmitem sentimentos de bem-estar e harmonia, nomeadamente o apego e a identificação do lugar. O apego é descrito como um vínculo, uma ligação emocional naturalmente forjada entre o indivíduo e um lugar que lhe seja importante por motivos sentimentais, e é esta ligação que é uma fonte de benefícios psicológicos, baseados em sentimentos de familiaridade e pertença, que fortalecem a autoestima e bom humor naqueles que usufruem destes espaços com regularidade.

A identificação do lugar, por outro lado, refere-se à forma como a pessoa se insere no espaço que habita e utiliza. Quando uma pessoa reside ou utiliza com frequência um local, começa a criar um sentimento de pertença e a absorver os seus valores e simbologia, tornando-os parte da sua identidade. Isto fomenta uma sensação de adequação e inserção local e social, fortalecimento de autoestima e oferece ao indivíduo alguma perspetiva de continuidade.

Esta ideia proposta por Gigante, de que os espaços verdes influenciam o indivíduo e o levam a absorver certos valores, é consistente com afirmações semelhantes sobre espaços públicos urbanos em geral, e sobre a forma como estes influenciam a identidade do indivíduo e criam laços de pertença e motivam inclusão social, como afirmado anteriormente por Brandão (2008), o que enfatiza a importância dos espaços verdes para o meio urbano, complementando os seus principais propósitos e oferecendo algo que não se pode encontrar no resto do tecido urbano.

3. Requalificação Urbana: Definição, Enquadramento e Evolução do conceito em Portugal

3.1 Definição de Requalificação Urbana

À medida que a civilização evolui e o espaço urbano cresce, o consumo de recursos aumenta, podendo ocorrer processos de gradual degradação conducentes a um decréscimo da qualidade de vida da população e a uma alteração negativa da imagem da cidade. Torna-se assim necessário, por parte das entidades responsáveis, efetuar operações no tecido urbano que promovam um processo de reinvenção da cidade ou dos espaços mais afetados por essa degradação.

Estas operações devem promover uma melhor qualidade de vida aos utentes destes espaços, assim como ter uma atenção especial à reinvenção da sua imagem, visto que a imagem da cidade é de extrema importância para a identidade social e cultural da comunidade.

No entanto, este processo não deve ser encarado como um acontecimento pontual e estático, em que se dá um “acabamento” ao quadro urbano. Mons (1998, p. 83) argumenta que uma cidade se encontra em estado de “acabamento contínuo”, estando constantemente a ser objeto de adições, crescimento ou correções. Assim, segundo este autor, os processos de requalificação inserem-se neste ciclo de constantes *addendums* a uma peça de arte que nunca será verdadeiramente terminada, e devem ser tratados como tal pelas entidades responsáveis.

O termo Requalificação Urbana é relativamente recente em Portugal, tendo uma das suas primeiras referências notáveis na apresentação do VALIS – Valorização de Lisboa (Gaspar *et al.* 1992, p.5), numa tentativa de definir o conceito e a sua importância para a manutenção de Lisboa: “(...) recuperar o sentido da localização residencial das populações, através de múltiplas ações e medidas, que vão da infraestruturação à valorização da imagem interna e externa, passando pela provisão dos adequados serviços e pela equidade no acesso ao emprego. Todos os caminhos, da nova rua ou da nova aldeia deverão levar à Metrópole, sem traumas de regresso(s). A estratégia deve levar a ações que permitam descobrir e qualificar a alma dos lugares, pela nossa memória,

pela vivência, pelo património – o que se herdou e importa valorizar, como também o que se deve construir no espírito do tempo.” (*apud* Moreira, 2007, p. 118).

A Requalificação Urbana é assim avançada, no contexto do projeto VALIS, numa perspetiva muito abrangente, como um processo que visa melhorar a imagem da cidade e a qualidade de vida da população, não só através da manutenção e valorização dos serviços da cidade e da oferta económica e de emprego, como também promover uma interconectividade dentro e fora da cidade.

O propósito da Requalificação urbana como um mecanismo de manutenção da qualidade de vida da população parece ser consensual. Em *Requalificação Urbana ou Reconversão Urbanística?* afirma-se que a “requalificação urbana é um processo social e político de intervenção no território que visa essencialmente (re)criar qualidade de vida urbana, através de uma maior equidade nas formas de produção (urbana), de um acentuado equilíbrio no uso e ocupação dos espaços e na própria capacidade criativa e de inovação dos agentes envolvidos nesses processos”(Gato, Ferreira, e Lucas, 1999, p. 208).

Assim, a Requalificação Urbana é um processo cíclico, permanente, cuja finalidade é a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e de todos aqueles que usufruem da cidade, independentemente da forma como o fazem. Para este efeito, o conceito de requalificação não fica limitado ao espaço físico da cidade. Assim, as cidades devem apostar também na sua saúde económica e em prestar à população uma variedade de opções e oportunidades nas áreas do lazer e da cultura.

Uma das formas mais efetivas para aumentar a qualidade de vida da população e manter a cidade atraente e rentável é assegurar que a população tem acesso a uma variedade de oportunidades rentáveis, algo alcançado primariamente através do impulso e incentivo de uma diversidade de atividades (comércio e serviços), de modo a ganhar centralidade e levar a população a tornar o espaço público da cidade parte da sua rotina diária. Estas questões estão ligadas à conectividade, na medida em que esta viabiliza a possibilidade de pessoas que não residem na cidade aí trabalharem ou estudarem, ou simplesmente deslocarem-se para utilizar o seu espaço público para fins de lazer.

Para além dos benefícios económicos, a requalificação de um espaço público tem também um papel de manutenção e valorização do património social e cultural. Isto manifesta-se através de projetos que procuram revitalizar os centros e outros espaços culturais e históricos. Estes projetos têm importância na medida em que esses espaços são representativos de uma identidade e história coletiva, partilhados pela população dos territórios em que se localizam.

A preservação e manutenção desses espaços permite manter um conjunto de características do espaço público para benefício daqueles que dele usufruem. A intervenção nestes espaços é também uma valorização dessa mesma identidade. Como argumentado em *Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades* (Portas, et. al. 2003), estas políticas têm ocupado um papel central, e através de ações como revitalizações de centros históricos, usufruindo de cada vez mais legitimação social e de uma opinião social positiva. Assim, as políticas de requalificação urbana surgem como um processo de manutenção e valorização de uma identidade e história coletiva através da preservação de elementos simbólicos do legado histórico e cultural do local, reforçando, desta forma, a importância dos eventos que levaram ao presente estado social, e reforçando as ideologias populares, assim como legitimando a ideia de um espaço geográfico limitado a que a população se sente ligada, e com o qual estabeleceu um sentimento de pertença.

Os projetos de requalificação urbana surgem também como processos de reorganização do espaço físico da cidade, visando tornar o tecido urbano mais coerente e coeso e facilitar a sua apropriação pela população.

Esta reorganização constitui também uma oportunidade para adicionar ou revitalizar zonas verdes e reavaliar infraestruturas básicas, melhorando o nível de vida das pessoas. “A actual dinâmica de revitalização física, social e económica dos cascos antigos /centros históricos, perfila-se também como questão essencial na preservação da identidade e imagem de cada uma destas cidades, porquanto eleva as suas condições de vivência quotidiana, mantém e reutiliza um património e um espólio que marcam um percurso na história e criam fortes condições de atratividade turística que são essenciais ao desenvolvimento local.” (Domingues, 2006, p. 23-24)

Ao longo desta reflexão tem sido destacado o papel do processo de requalificação para a manutenção de uma identidade social e cultural, e a importância destes fatores, conduzindo-nos ao conceito da Imagem da Cidade, uma ideia “forte” com enorme importância em estudos urbanos e sociológicos. Este conceito remete, resumidamente, para as representações simbólicas e físicas emitidas pelo conjunto de símbolos históricos e culturais, assim como por aqueles associados aos comportamentos de atores individuais ou coletivos, numa forma que acaba por delimitar o espaço de uma cidade. Isto ocorre porque, todos estes símbolos, todos estes comportamentos, ideias e convicções, estão carregados de sentido, de significado, cujas especificidades identificam a história e cultura da população e do local onde se encontram (Castells e Cardoso, 2006).

O conceito de Imagem da Cidade, cuja importância para a Requalificação Urbana não pode ser diminuída, foi explorado na obra *A Imagem da Cidade* de Kevin Lynch (2011), onde disserta sobre a forma como a cidade, na sua organização ou aspetos visuais, acaba por influenciar o modo como é vista pelos seus habitantes e ter um efeito na sua identidade.

Lynch sugere um conjunto de ideias que levam à criação da imagem endoprojetada da cidade (ou seja, a imagem que esta pretende passar aos que nela vivem ou a usam). Um dos conceitos principais para compreender esta ideia é o da legibilidade, explicado como a “Facilidade com que cada uma das partes [da cidade] pode ser reconhecida e organizada em um padrão coerente” (Lynch, 2011, p.2). Uma boa legibilidade facilita o processo de reconhecimento e habituação, e providencia aos utentes da cidade um sentimento de segurança que eles necessitam para ter um usufruto mais intenso do espaço urbano e reduzir o risco de sentimentos de angústia e desorientação.

Para definir este conceito, Lynch enumera três componentes: estrutura, identidade e significado. O indivíduo deve ser capaz de identificar diferentes objetos, componentes ou pontos de interesse na cidade (identidade), estes devem ter uma relação sensível com o espaço em que se inserem, uma relação de padronização e que ajude à localização (estrutura), e esses objetos devem ter algum significado, prático ou emocional para o indivíduo, que lhe confere um papel dentro da ampla estrutura do espaço público (significado).

Um dos conceitos mais importantes desta obra, e dos mais importantes para o objetivo desta dissertação, é o da imageabilidade, definido como “Qualidade de um objeto físico que lhe dá uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador. Refere-se à forma, cor ou arranjo que facilitam a formação de imagens mentais do ambiente fortemente identificadas, poderosamente estruturadas e altamente úteis” (Lynch, 2011, p. 9). Este conceito está intimamente relacionado ao de legibilidade, pois uma maior imageabilidade ajuda a construir uma visão clara e estruturada da cidade, passando uma imagem de si mesma como memorável, convidativa e distinta, ajudando na formação da sua identidade e ficando marcada nos seus utentes (Lynch, 2011, p. 10).

Segundo Lynch, os elementos das cidades que mais afetam a sua imagem e a sua utilização por parte da população são os caminhos (cruciais para a formação de uma imagem estrutural da cidade pelas pessoas que os usam), os limites (quebras na continuidade do espaço), os bairros (relativamente homogêneos com base num conjunto de elementos unificados: símbolos, atividades, formas, texturas, materiais, topografia, ...); pontos nodais (estações de transportes, centros comerciais, escolas ou praças estratégicos na definição das experiências individuais de utilização da cidade) e marcos (elementos visuais singulares -torres, edifícios, monumentos, esculturas,... que funcionam como pontos de referência ou orientação). Os elementos identificados por Lynch correspondem aos principais componentes de uma cidade sujeitos a processos de Requalificação Urbana, realçando a importância destes para a formação da imagem da cidade, e a necessidade de efetuar projetos de manutenção constantes, de modo a impedir que a imagem da cidade, e consequentemente, a imagem que os habitantes têm da mesma e a sua identidade coletiva sejam negativamente afetados.

3.2 A Requalificação Urbana em Portugal e o Programa Polis

Antes de passar para a discussão dos estudos de caso e dos dados e das conclusões que deles podemos extrair, é importante fazer uma referência ao modo como Portugal tem encarado o(s) processo(s) de requalificação urbana, e como tem implementado este tipo de processos em diferentes cidades.

A requalificação urbana, e processos semelhantes, têm sido uma prioridade em muitas das cidades portuguesas nos últimos anos, em particular desde o início do século XXI. Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, aumentar a

atratividade para visitantes e investidores, e promover a sustentabilidade ambiental, as cidades portuguesas realizaram, e continuam a realizar, uma série de esforços para melhorar as infraestruturas, restaurar áreas históricas, requalificar espaços públicos e revitalizar áreas deixadas ao abandono.

Entre estes esforços de requalificação urbana em Portugal, destacam-se a criação de novos espaços verdes, a construção de ciclovias e outras infraestruturas de mobilidade sustentável, a restauração de edifícios históricos e um foco no aumento de quantidade e qualidade das habitações, incluindo as habitações sociais. Esses esforços têm sido realizados em diferentes cidades do país, incluindo Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Faro e, o foco desta dissertação, Torres Vedras, entre outras.

Estas abordagens têm uma variedade de objetivos, sendo um dos principais o estímulo da coesão social e da identidade coletiva, o que se pode ver na valorização do património cultural e natural. Isto vai de mão dada com políticas que visam combater a segregação social e promover a diversidade na comunidade, através de habitações acessíveis e um esforço para manter áreas habitacionais bem tratadas e conectadas ao resto da cidade.

Além disso, a requalificação urbana em Portugal tem sido impulsionada por uma preocupação crescente com a sustentabilidade ambiental que se pode verificar em muitos países desenvolvidos atualmente. Esforços como a promoção de transportes públicos eficientes, a criação de ciclovias, a implementação de práticas de eficiência energética e o aumento da quantidade e qualidade de espaços verdes têm o objetivo de reduzir a emissão de carbono, melhorar a qualidade do ar, promover a mobilidade sustentável e proporcionar uma melhor qualidade de vida para os habitantes.

No entanto, este foco no cuidado urbano é relativamente recente em Portugal. Ainda nos anos 60, sob o domínio do Estado Novo, a teoria subjacente à política urbana estava pouco desenvolvida, ganhando apenas alguma presença com o III Plano do Fomento (1968-1973), que incluiu uma secção detalhando planos para a política regional para os anos seguintes. Estes planos procuravam unificar a textura social do país, ao formar um equilíbrio entre o território continental e as ilhas da Madeira e dos Açores, através da criação de equipamentos económicos e sociais cujo objetivo era formar tecido conetor entre as cidades.

Este objetivo alterou-se nos anos 70, com a rutura política, económica e social em 1974. O artigo *40 Anos de Reconfigurações Territoriais n(d)o Portugal Democrático (1974-2014)* (Pereira, 2016) discute muitos dos efeitos que esta crise teve na política urbana. A chegada de cerca de meio milhão de pessoas das ex-colónias portuguesas e o regresso de imigrantes levou a um agravamento dos problemas de falta de habitação e de desordenamento das cidades, levando também ao crescimento das mesmas sem grande orientação, devido à tentativa de promotores privados para responder ao aumento de necessidade de habitação. O governo procurou atenuar esta problemática através do *Regime de Apoio à Aquisição de Habitação Própria e Permanente* em 1976 de modo a estimular o mercado e auxiliar famílias de classe média a adquirirem habitação. No entanto, a construção ilegal em bairros clandestinos e o abandono das áreas rurais continua, sem sinais de abrandamento, mesmo com uma tentativa do governo de proporcionar infraestruturas básicas à população rural. A nível local, a falta de recursos limita o que pode ser feito para responder às necessidades da população, levando à lentidão da construção de equipamentos de saúde e educação (em comparação com a procura em rápido crescimento), e forçando o governo a ter de fazer escolhas em relação ao que priorizar (neste caso a instalação de redes de água e saneamento) em comparação com o resto. A crise económica levou também a, entre outros fatores como a instabilidade política após o 25 de Abril de 1974, que a base de produção fosse afetada, notavelmente com grandes encerramentos de unidades industriais. Só o turismo balnear parece ter continuado o seu crescimento sem grandes impedimentos.

Nas décadas seguintes a crescente tendência da Globalização começou a afetar a política urbana e a forma como as cidades funcionavam e interagiam entre si. As linhas entre o urbano e o rural esbateram-se após a adesão de Portugal à União Europeia (1986), na medida que os equipamentos financeiros e sociais providenciados pela mesma foram canalizados para as cidades, levando a que se tornassem os centros à volta do qual o país gira em termos económicos e sociais, em essência forçando populações rurais a integrarem-se na sua dinâmica, tornando-se dependentes delas e levando a um processo de abandono destas áreas em favor do espaço urbano, cujos resultados se podem verificar hoje, na frequentemente lamentada condição de abandono de muitas das áreas rurais do interior do país.

Só nos anos 90 é que as novas problemáticas urbanas começaram a ser abordadas com mais atenção, tanto em Portugal como ao nível europeu, levando à criação de planos

para combater as questões anteriormente mencionadas, assim como à luta contra o desemprego e falta de habitação.

As tendências criadas após a adesão de Portugal à União Europeia definiram a política urbana portuguesa do século XXI, e continuam a fazê-lo ainda hoje. Notavelmente, a influência europeia manifestou-se através do programa Polis (2000-2006) e da política de cidades do Polis XXI (2007-2013). Estes esforços marcaram várias cidades de Portugal, entre elas Torres Vedras. A intervenção do Polis foi bastante relevante nos estudos de caso que serão discutidos posteriormente. Esta iniciativa foi das mais abrangentes e importantes para a Requalificação Urbana em Portugal no século XXI.

A origem do programa Polis remete para o projeto de requalificação urbana Expo 98, hoje conhecido como Parque das Nações. Este projeto começou a ser planeado ainda em 1987 em prol da celebração dos 500 anos dos descobrimentos realizados por portugueses, que ocorreria em 1998, o que conferiu uma importância elevada a este projeto (Teles, 2016).

Para celebrar uma data tão importante para o país, o projeto procurou incidir em três vertentes principais: a vertente da investigação e do conhecimento, outra de carácter mais lúdico, e outra ainda de dimensão urbana (Velez, 2008). Para tal, foi constituído um grupo de trabalho multidisciplinar para desenvolver um plano ambicioso e abrangente.

A zona oriental de Lisboa acabou por ser escolhida como o local de intervenção, devido ao seu, na altura, estado de desqualificação. “A decisão de localização da Expo na Zona Oriental, área industrial atingida por um processo de deslocalização das grandes unidades industriais, criou condições para uma reconversão controlada, na forma e no tempo, de uma vasta área em degradação acelerada e com fortes impactos ambientais negativos sobre a Cidade e o Rio” (Soares, 1998, p.24, *apud* Teles *et al.*, 2016). Assim, este projeto foi também visto como uma oportunidade para requalificar e estabelecer uma identidade concreta e positiva para uma zona da cidade que necessitava de resgate.

O grupo de trabalho envolvido no projeto Expo 98 levou a uma requalificação da área que não se limitou a melhorar a estética do local, incidindo numa variedade de paradigmas. *Expo 98: história de um território reinventado* (Velez, 2008) discute as formas como este grupo de trabalho escolheu intervir na área relevante. Armazéns e contentores foram removidos, habitantes de um bairro precário local foram realojados,

foram removidos armazenamentos de combustível, o solo à volta de instalações petrolíferas foi descontaminado e o rio Trancão (na altura considerado o rio mais poluído da Europa) foi limpo. Tudo isto constituiu um esforço intensivo de recuperação ambiental de extrema importância. Foram também contratados arquitetos de renome como Peter Chermayeff e Siza Vieira para criar espaços como o Pavilhão dos Oceanos e um pavilhão multiusos, algo há muito desejado.

O projeto Expo 98 acabou também por levar à criação da Estação do Oriente, “...a primeira grande Plataforma Intermodal de Passageiros à escala metropolitana” (Pinto, 1998, p.11), cujo objetivo era o de dinamizar os fluxos de deslocação das populações e garantir a integração da área requalificada em questão com o resto da cidade. Esta estação foi criada também com o intuito de contrariar a ideia de que uma linha de comboio seria um fator que exacerbava a separação entre a cidade e o rio e, para tal, o facto de esta ligar a zona da Expo '98, intrinsecamente ligada ao rio no qual se posiciona, e o resto de Lisboa (Sat e Trigueiros, 1998).

Adicionalmente, este projeto produziu também novos espaços verdes. Um exemplo disto é o Parque Urbano do Tejo e do Trancão, cuja área foi pensada por George Hargraves e João Nunes (Teles, 2016), trazendo uma nova vida a uma área previamente desqualificada e dominada por estruturas industriais abandonadas. Este esforço procurou a criação de uma paisagem com textura, tridimensional, através da presença de assimetria entre o seu relevo nas partes norte e sul do parque, algo acentuado pelas plantações que o cobrem. Este parque foi desenhado para ter um sistema de caminhos robusto, que funcionam como corredores visuais, quase como trajetos modelados para criar uma experiência para o utilizador (PROAP).

Assim, podemos ver como o projeto Expo 98 serviu como a génese de uma nova forma de encarar o urbanismo em Portugal. Vários aspetos deste projeto vieram a definir futuros esforços de requalificação, tanto na formação de um grupo de trabalho multidisciplinar com a finalidade de intervir numa variedade de paradigmas no espaço de trabalho: sustentabilidade ambiental, disponibilidade e eficiência de infraestruturas essenciais, acessibilidade, e o fortalecimento de uma identidade cultural através da variedade de estruturas e obras inauguradas em honra da celebração de um evento histórico do país. O sucesso da Expo 98 foi reconhecido imediatamente, inclusive pelo governo português. Uma resolução do conselho de ministros, após a conclusão do projeto

discutido, afirma o seguinte: “Uma nova visão estratégica do ambiente e do ordenamento constitui uma das prioridades políticas da acção do Governo. Justifica-se, assim, inteiramente, a adopção de medidas excepcionais em matéria de requalificação urbana e de valorização ambiental das cidades portuguesas.”, seguido de “Essas medidas têm como elemento essencial a criação do Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades, que, com base nas disponibilidades financeiras do III Quadro Comunitário de Apoio, se propõe desempenhar um papel mobilizador e potenciador de iniciativas que visem a qualificação urbanística e ambiental das cidades. “. O programa Pólis nasce, assim, numa tentativa de preservar o espírito da Expo 98 e da sua abordagem inovadora.

Desde a sua formalização, o programa Polis tem sido um importante impulsionador da requalificação e valorização do espaço urbano em Portugal. Este programa abrangente tem levado, com sucesso, à revitalização de áreas urbanas, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos numa variedade de formas, e promovido a sustentabilidade ambiental através de intervenções metódicas e multifacetadas em várias cidades do país.

Continuando a abordagem multidisciplinar e diversa que este herdou da sua génese no projeto Expo 98, o programa Polis impulsiona a requalificação de áreas urbanas degradadas, com um foco na valorização do património cultural e natural, na criação de espaços públicos acessíveis, convidativos e funcionais, e na promoção da mobilidade sustentável. O programa também visa fortalecer a coesão social e cultural, e um sentimento de identidade coletiva. Todos estes esforços têm também o efeito e a intenção de estimular a atividade económica das áreas relevantes ao incentivar o uso dos espaços públicos urbanos e dos seus serviços e de dinamizar os movimentos da população, de modo a facilitar a acessibilidade destes espaços.

Após duas décadas de atividade, o programa Polis tem produzido resultados significativos em várias cidades portuguesas, transformando espaços urbanos em locais convidativos, seguros e cheios de vida. Através de esforços como a recuperação de edifícios e marcos históricos, a requalificação de áreas próximas a rios e ribeiras, a criação e manutenção de zonas verdes, a construção de ciclovias e a implementação de soluções e infraestruturas de transporte eficientes e sustentáveis, o programa Polis tem contribuído

para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para a valorização do espaço urbano e do património cultural.

Através de parcerias entre entidades públicas e privadas, esse programa tem desempenhado um papel fundamental na transformação e revitalização de várias cidades portuguesas, dinamizando-as social e economicamente, tornando-as ambientalmente mais sustentáveis, e melhorando imenso a condição de que habitantes e visitantes das mesmas podem usufruir.

Dada a importância do programa Polis para a temática desta dissertação, o seu sucesso a nível nacional, e os seus efeitos em alguns dos projetos urbanísticos de Torres Vedras, é relevante explorar um pequeno número de intervenções impulsionadas pelo Polis em Portugal. Esta breve revisão da história deste programa é útil para estabelecer uma base de comparação com os esforços de requalificação em Torres Vedras.

3.3 Exemplos de Requalificação Urbana em Portugal

Leiria

A intervenção do programa Polis em Leiria abrangeu várias áreas da cidade, em quatro planos de pormenor. Esta secção será baseada no artigo *Requalificação urbana: o exemplo da intervenção Polis em Leiria* (Silva, 2011).

No Plano de Pormenor 1: S. Romão/Olhalvas, a área entre as Pontes de São Romão e dos Caniços foi requalificada, com destaque para a criação de um percurso ciclo-pedonal, requalificação das margens do rio Lis, criação de espaços verdes e um parque radical. No entanto, foram identificadas queixas sobre a pavimentação das ciclovias, falta de manutenção dos espaços verdes e a necessidade de instalações sanitárias nas pontes.

No Plano de Pormenor 2: St. ° Agostinho, a área entre as Pontes dos Caniços e Engº. Afonso Zúquete foi requalificada com ênfase em espaços verdes e a criação de um museu em uma das margens do rio Lis. Os utilizadores mostraram satisfação com as intervenções, mas destacaram problemas relacionados com a falta de infraestrutura sanitária, escoamento nas pontes e mobiliário urbano insuficiente.

No Plano de Pormenor 3: Leiria Centro, a área entre a Ponte Eng^o. Afonso Zúquete e a Almoinha Grande passou por melhorias similares, incluindo espaços verdes, pavimentação, mobiliário urbano e uma requalificação do "rossio" da cidade. Os utilizadores elogiaram a beleza e a qualidade dos espaços de lazer, mas levantaram preocupações de segurança e problemas de tráfego.

No Plano de Pormenor 4: Centro Histórico, a requalificação teve como objetivo fortalecer a ligação da população com o castelo e o património histórico da cidade. Foram realizadas melhorias na acessibilidade ao castelo, houve uma instalação de mobiliário urbano e iluminação pública, e um antigo Regimento de Artilharia foi transformado no Museu da Imagem em Movimento. Surgiram opiniões variadas, com elogios à beleza e conforto, mas críticas à falta de limpeza das ruas, preocupações de segurança e falta de manutenção dos espaços verdes.

Bragança

O Programa Polis em Bragança abrangeu uma área significativa da cidade, incluindo as margens do Rio Fervença e a Zona Histórica, totalizando 45 hectares (Nascimento, 2008). As intervenções no Rio Fervença procuraram melhorar a sustentabilidade ambiental e tornar os espaços adjacentes mais atraentes. Isto incluiu a criação de um Corredor Verde com zonas verdes e de lazer, criando um trajeto pedonal que liga o rio ao restante da cidade, proporcionando uma experiência próxima à natureza. Além disso, houve uma requalificação das encostas ao longo do rio e o desvio dos despejos de esgoto para o coletor geral.

No Centro Histórico, o programa visou melhorar o espaço público. Foram criados dois estacionamento, um subterrâneo com 200 lugares sob uma praça pedonal animada e outro externo para evitar congestionamentos dentro da zona histórica. A encosta do Castelo foi requalificada com iluminação e percursos pedonais, e a zona verde também foi revitalizada. Outras melhorias incluíram a criação de um Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental, a recuperação de uma antiga Central Hidroelétrica e a requalificação de uma zona importante para a indústria da seda da cidade.

Essas intervenções no âmbito do Programa Polis trouxeram melhorias significativas para Bragança, abordando questões ambientais e de infraestrutura, além de melhorar a qualidade de vida e a experiência dos cidadãos em relação à cidade.

Marinha Grande

O Programa Polis foi implementado na Marinha Grande na sua segunda fase, com foco na requalificação ambiental. O plano abrangeu diversas áreas da cidade. No bairro de Casal da Malta, foi instalada uma sede da Polícia de Segurança Pública e requalificada uma linha de água para melhorar a imagem do local. O Parque Mártires do Colonialismo teve a Ribeira das Bernardas recuperada e recebeu equipamentos de lazer e desporto. O Parque Urbano da Cerca foi criado, proporcionando uma experiência de qualidade para pedestres e ciclistas. No centro da cidade, houve melhorias nas vias pedonais, mas a presença constante de automóveis levou à imposição de obstáculos e limites de velocidade para a segurança dos pedestres. Algumas propostas do projeto não foram concluídas devido a questões orçamentais, incluindo um espaço de estacionamento subterrâneo e a reconversão da antiga Fábrica da Resinagem. O projeto foi bem recebido, mas permanece incompleto. (Almeida, 2008).

Cacém

O Programa Polis no Cacém, em Sintra, foi uma intervenção multidisciplinar com foco em diversos eixos. Um dos principais objetivos foi a requalificação ambiental da Ribeira das Jardas, convertendo-a num Parque Linear com passeios e pontes que ligavam a área verde à cidade, incentivando o seu uso pela população. O Parque Urbano da Bela Vista também foi melhorado e ampliado, trazendo segurança aos pedestres e ciclistas. A circulação na cidade foi aprimorada com a construção de um "anel circular" e intervenções em ruas e vias rodoviárias.

Os espaços públicos de Cacém também foram alvo de melhorias, incluindo iluminação, pavimentos e obstáculos para desencorajar o estacionamento. A interface ferroviária também foi requalificada para promover a mobilidade. No entanto, o processo de realojamento dos habitantes de edifícios que seriam requalificados interrompeu os esforços de requalificação do edificado. Além disso, a construção de um novo túnel foi temporariamente parada, com a promessa de conclusão futura (Almeida, 2008).

4. Estudo de caso: A requalificação urbana de espaços públicos em Torres Vedras

4.1. Breve caracterização da evolução da cidade.

Torres Vedras é uma pequena cidade situada na região Centro na sub-região Oeste (em termos de NUTS III) de Portugal. Está localizada a cerca de 50 km a norte de Lisboa (fig. 2), capital do país, e possui uma posição estratégica entre a costa atlântica e a região interior de Portugal. A cidade em si está inserida no Município de Torres Vedras e na Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães.

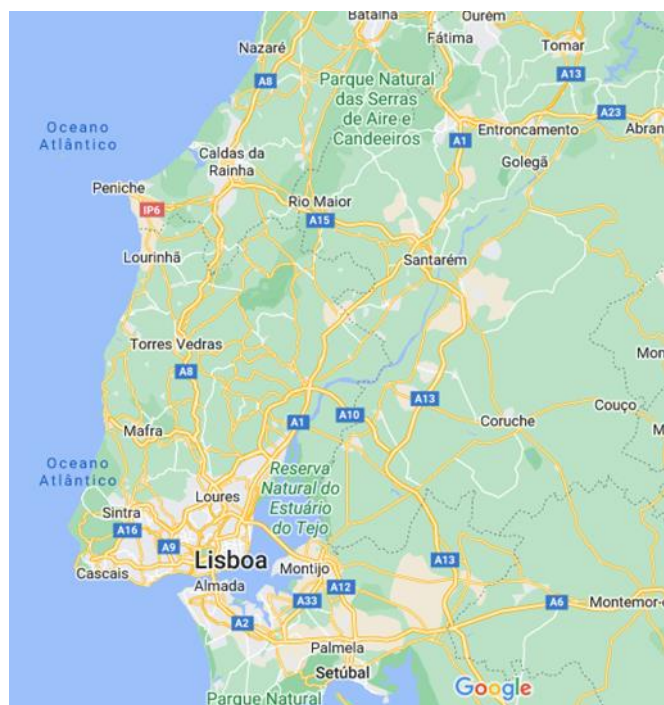


Figura 2 Localização de Torres Vedras face a Lisboa (Google, (s.d) “Google Maps”, acedido a 3 de julho de 2023, <https://www.google.com/maps>)

A sua posição na Região Oeste e proximidade geográfica a Lisboa confere a Torres Vedras uma vantagem considerável, ao deixá-la numa posição privilegiada para estabelecer uma forte ligação económica com a capital do país através da presença de eixos viários que permitem uma ligação eficiente a Lisboa que possibilita movimentos pendulares por parte da população. Isto foi possibilitado pela criação da Autoestrada do

Oeste (A8), e a sua chegada a Torres Vedras em 1996, fortalecendo e agilizando a ligação da cidade não só com Lisboa, mas com o resto do país.

Torres Vedras destaca-se também pela sua proximidade ao Oceano Atlântico, pela sua ligação a Santa Cruz. Isto dota a cidade com uma valiosa proximidade a várias praias, fortalecendo a sua mencionada capacidade de atrair turistas. Estes fatores, em conjunto com a sua infraestrutura e qualidade de vida, explicam a capacidade para atrair e reter população, que tem aumentado ao longo das décadas.

Segundo os resultados dos censos populacionais do Instituto Nacional de Estatística (INE), Torres Vedras tinha uma população de 27 781 habitantes (Tabela 2), em comparação com os 25 717 registados nos censos de 2011 (valores correspondentes à(s) freguesia(s) urbanas de Santa Maria, São Pedro e Matacães). Ao longo das últimas décadas, tanto o município como a cidade experimentaram um crescimento populacional, mais acentuado a partir da década de 1990 (Fig. 3), resultado de uma combinação de fatores como a qualidade de vida, a melhoria na acessibilidade a Lisboa com a abertura da A8 até Torres Vedras em 1996 e o desenvolvimento económico da região.

FREGUESIA	POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL							
	1991		2001		2011		2021	
	N.º Hab.	% no Total do Município	N.º Hab.	% no Total do Município	N.º Hab.	% no Total do Município	N.º Hab.	% no Total do Município
Santa Maria, São Pedro e Matacães	21 211	31,6	23 831	33,0	25 717	32,4	27 781	33,4
FREGUESIA	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL							
	1991-2001		2001-2011		2011-2021		1991-2021	
	N.º Hab.	%	N.º Hab.	%	N.º Hab.	%	N.º Hab.	%
Santa Maria, São Pedro e Matacães	2 620	12,4	1 886	7,9	2 064	8,0	6 570	31,0

Tabela 2 Adaptado de CM Torres Vedras (2022) Município de Torres Vedras: População Residente Total, por Freguesia, 1991-2021 <https://www.cm-tvedras.pt/assets/upload/paginas/2022/06/21/2-pop-res-total-por-freg-1991-2021-quadro/2-pop-res-total-por-freg-1991-2021-quadro.pdf>

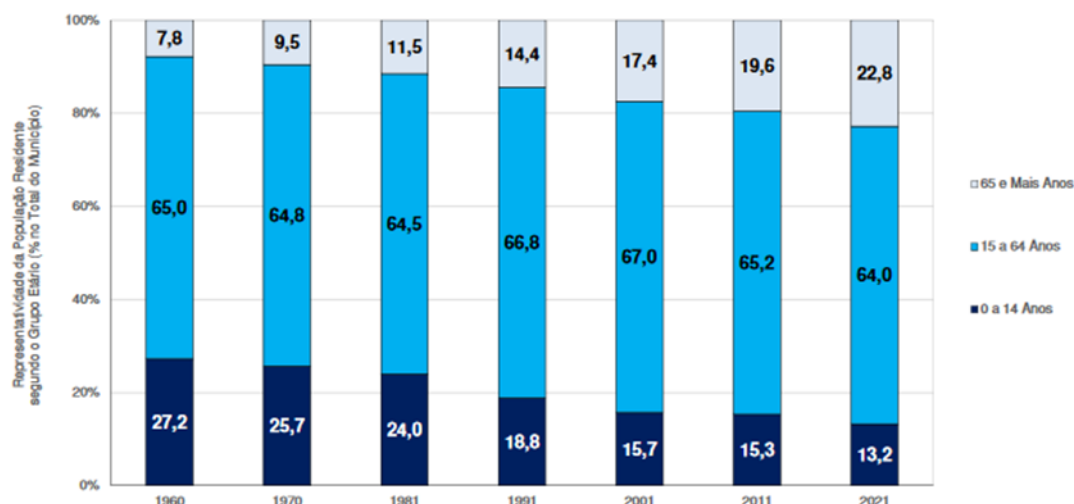


Figura 3 Estrutura Etária dos habitantes do Município de Torres Vedras, entre 1960-2021, decenal, percentagem. (In CM Torres Vedras, (2022) Município de Torres Vedras: população residente segundo o grupo etário, 1960-2021), <https://www.cm-tvedras.pt/assets/upload/paginas/2022/06/21/9-pop-res-seg-grup-etar-mun-1960-2021-quadrografico/9-pop-res-seg-grup-etar-mun-1960-2021-quadrografico.pdf>

Ainda de acordo com os censos populacionais de 2021, o município de Torres Vedras registou um crescimento populacional para os 83 072 habitantes, em comparação com os 76 465 de 2011 (Tabela 3).

Também através do INE podemos observar a estrutura etária do município de Torres Vedras entre 1960 e 2021, a cada dez anos (Tabela 4). Pode ser observada uma gradual queda da população em idade ativa, e uma queda bastante mais pronunciada da população de entre 0 e 14 anos, em conjunto com uma subida da população com mais de 65 anos. O mesmo se pode verificar na freguesia de São Pedro, Santa Maria e Matações (cidade de Torres Vedras), onde a população de 65+ anos aumentou de 4 873 em 2011 para 6 074 em 2021, um aumento de 24.6%, em comparação com a população de 0-14 anos, que sofreu uma quebra de 4.9%, e da população de 15 a 64 anos, que viu apenas um aumento modesto de 6.3%. A nível municipal, estas tendências podem ser vistas claramente através de um índice de envelhecimento, que tem vindo continuamente a aumentar em cada censo populacional (Tabela 4).

MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS: POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO, POR FREGUESIA, 2011-2021								
FREGUESIA	POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO (N.º Hab.)							
	Total		0 a 14 Anos		15 a 64 Anos		65 e Mais Anos	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Santa Maria, São Pedro e Matações	25 717	27 781	4 001	3 803	16 843	17 904	4 873	6 074
FREGUESIA	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO, 2011-2021							
	Total		0 a 14 Anos		15 a 64 Anos		65 e Mais Anos	
	N.º Hab.	%	N.º Hab.	%	N.º Hab.	%	N.º Hab.	%
Santa Maria, São Pedro e Matações	2 064	8,0	-198	-4,9	1 061	6,3	1 201	24,6

Tabela 3 Crescimento da população da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matações entre os censos de 2011 e 2021, por grupos etários, em valores absolutos e em percentagem. (Adap.de CM Torres Vedras (2022) Município de Torres Vedras: população residente total, por freguesia, 1991-2021 <https://www.cm-tvedras.pt/assets/upload/paginas/2022/06/21/2-pop-res-total-por-freg-1991-2021-quadro/2-pop-res-total-por-freg-1991-2021-quadro.pdf>)

	1960	1981	1991	2001	2011	2021
Concelho de Torres Vedras	28,7	48,1	76,6	111,1	128,0	172,1

Tabela 4 Adaptado de FFMS (2014) População residente segundo os Censos: total e por sexo- Acedido a 3 de abril de 2023.

<https://www.pordata.pt/municipios/populacao+residente+segundo+os+censos+total+e+por+sexo-17>.

As densidades populacionais no município e na cidade de Torres Vedras têm vindo a aumentar (fig. 4). A freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matações, que integra a cidade de Torres Vedras, tem a maior densidade no município e o maior aumento entre 2011 e 2021.

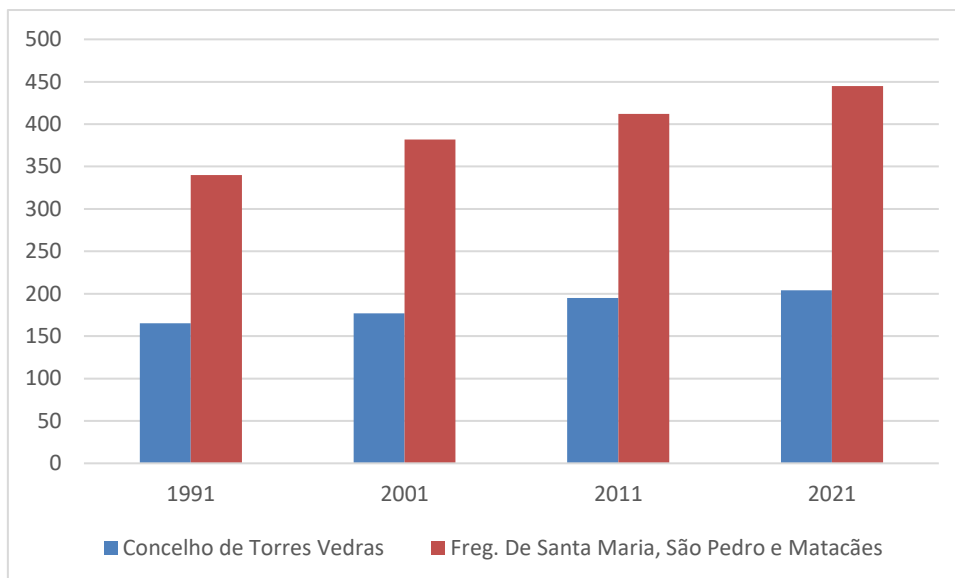


Figura 4 Evolução da densidade populacional (hab/km²) no município e na freguesia urbana de Torres Vedras, 1991-2021. (Adaptado de CM Torres Vedras (2022). Município de Torres Vedras: densidade populacional, por freguesia, 1991-2021 <https://www.cm-tvedras.pt/assets/upload/paginas/2022/06/21/6-dens-pop-por-freg-1991-2021-quadro/6-dens-pop-por-freg-1991-2021-quadro.pdf> e de CM de Torres Vedras (2022). Município de Torres Vedras: densidade populacional, 1960-2021 <https://www.cm-tvedras.pt/assets/upload/paginas/2022/06/21/5-dens-pop-mun-1960-2021-quadrografico/5-dens-pop-mun-1960-2021-quadrografico.pdf>)

De acordo com os dados dos censos, a população de Torres Vedras tem uma educação progressivamente mais elevada em 2021 em comparação com 2011, com uma subida considerável da população no ensino superior, e mais notavelmente, uma queda da população sem qualquer nível de ensino (Tabela 5). É também importante observar a queda de população com o ensino básico, algo que reforça a tendência anteriormente mencionada, e demonstra que é cada vez menos comum os estudantes abandonarem a educação com apenas o ensino básico completo.

MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS: POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO, POR FREGUESIA, 2011-2021								
FREGUESIA	POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO (N.º Hab.)							
	Nenhum Nível de Ensino		Ensino Básico - 1.º, 2.º e 3.º Ciclos		Ensino Secundário e Pós Secundário		Ensino Superior	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
A dos Cunhados e Maceira	2 090	1 654	5 978	5 835	1 448	2 569	875	1 510
Campelos e Outeiro da Cabeça	878	621	2 174	2 125	435	744	180	306
Carvoeira e Carmões	573	269	1 433	1 227	237	452	171	252
Dois Portos e Runa	768	366	1 819	1 606	332	499	209	316
Freiria	524	398	1 534	1 357	292	477	111	204
Maxial e Monte Redondo	872	455	2 243	1 964	292	588	139	215
Ponte do Rol	448	379	1 422	1 270	356	573	218	325
Ramalhal	704	532	2 079	1 948	448	752	241	399
Santa Maria, São Pedro e Matacães	4 404	3 533	13 412	12 085	4 102	6 593	3 799	5 570
São Pedro da Cadeira	1 142	720	3 078	2 844	592	1 153	265	500
Silveira	1 655	1 274	4 798	4 444	1 275	2 141	802	1 474
Turcifal	693	474	1 903	1 764	410	706	336	647
Ventosa	1 138	730	3 278	2 865	579	911	281	460
Município	15 889	11 405	45 151	41 334	10 798	18 158	7 627	12 178
FREGUESIA	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO, 2011-2021							
	Nenhum Nível de Ensino		Ensino Básico - 1.º, 2.º e 3.º Ciclos		Ensino Secundário e Pós Secundário		Ensino Superior	
	N.º Hab.	%	N.º Hab.	%	N.º Hab.	%	N.º Hab.	%
A dos Cunhados e Maceira	-436	-20,9	-143	-2,4	1 121	77,4	635	72,6
Campelos e Outeiro da Cabeça	-257	-29,3	-49	-2,3	309	71,0	126	70,0
Carvoeira e Carmões	-304	-53,1	-206	-14,4	215	90,7	81	47,4
Dois Portos e Runa	-402	-52,3	-213	-11,7	167	50,3	107	51,2
Freiria	-126	-24,0	-177	-11,5	185	63,4	93	83,8
Maxial e Monte Redondo	-417	-47,8	-279	-12,4	296	101,4	76	54,7
Ponte do Rol	-69	-15,4	-152	-10,7	217	61,0	107	49,1
Ramalhal	-172	-24,4	-131	-6,3	304	67,9	158	65,6
Santa Maria, São Pedro e Matacães	-871	-19,8	-1 327	-9,9	2 491	60,7	1 771	46,6
São Pedro da Cadeira	-422	-37,0	-234	-7,6	561	94,8	235	88,7
Silveira	-381	-23,0	-354	-7,4	866	67,9	672	83,8
Turcifal	-219	-31,6	-139	-7,3	296	72,2	311	92,6
Ventosa	-408	-35,9	-413	-12,6	332	57,3	179	63,7
Município	-4 484	-28,2	-3 817	-8,5	7 360	68,2	4 551	59,7

Tabela 5 População residente no município de Torres Vedras segundo o nível de ensino, e o seu crescimento, entre os censos de 2011 e 2021. (Tabela de CM de Torres Vedras (2022). Município de Torres Vedras: População Residente segundo o Nível de Ensino, por Freguesia, 2011-2021, <https://www.cm-tvedras.pt/assets/upload/paginas/2022/06/21/24-pop-res-seg-niv-ens-por-freg-2011-2021-quadro/24-pop-res-seg-niv-ens-por-freg-2011-2021-quadro.pdf>)

Economicamente, Torres Vedras tem um perfil bastante diversificado, com um enfoque nos setores do turismo, agrícola, industrial e de comércio e serviços. A Agência Investir Torres Vedras providencia uma variedade de dados úteis que nos permite caracterizar a atividade económica do município.

De acordo com a Investir Torres Vedras, o município apresenta uma taxa de atividade de aproximadamente 50%, e alberga 10 854 sedes de empresas de várias dimensões. De acordo com o INE, em 2021, o Valor Acrescentado Bruto das empresas não-financeiras correspondeu a cerca de 768 milhões de euros.

No que toca ao setor agrícola, o concelho de Torres Vedras é o líder nacional de produções vinícolas e hortícolas sob estufa, com 160 milhões de euros em exportações de

produtos agrícolas, animais e agroalimentares em 2017. Este tipo de fatores tem levado a um crescimento superior a 80% de empresas do setor primário na última década.

O setor da indústria, por outro lado, pode ser descrito como um setor em crescimento, com uma menção especial às indústrias agroalimentares, de produção de máquinas e eletrodomésticos, de distribuição e transporte, de metalurgia e metalomecânica, e de cerâmica para a construção civil, como aquelas em maior ascensão no concelho. A indústria corresponde a aproximadamente 35% do volume de negócios das empresas de Torres Vedras.

O setor de comércio e serviços destaca-se como o mais ativo a nível local, contendo 60% das empresas do concelho, com um volume de negócios de quase 1200 milhões de euros, sendo isto aproximadamente 50% do total entre todos os setores (<https://www.investir-tvedras.pt/torres-vedras>).

O setor turístico destaca-se como aquele que tem usufruído de um maior nível de investimento. Devido a fatores mencionados no início desta secção, Torres Vedras tem-se tornado um local apelativo tanto para turismo como para imigração mais permanente (o que pode estar associado com a escassez de mão de obra em alguns setores, designadamente no agroalimentar) (Fig. 5).

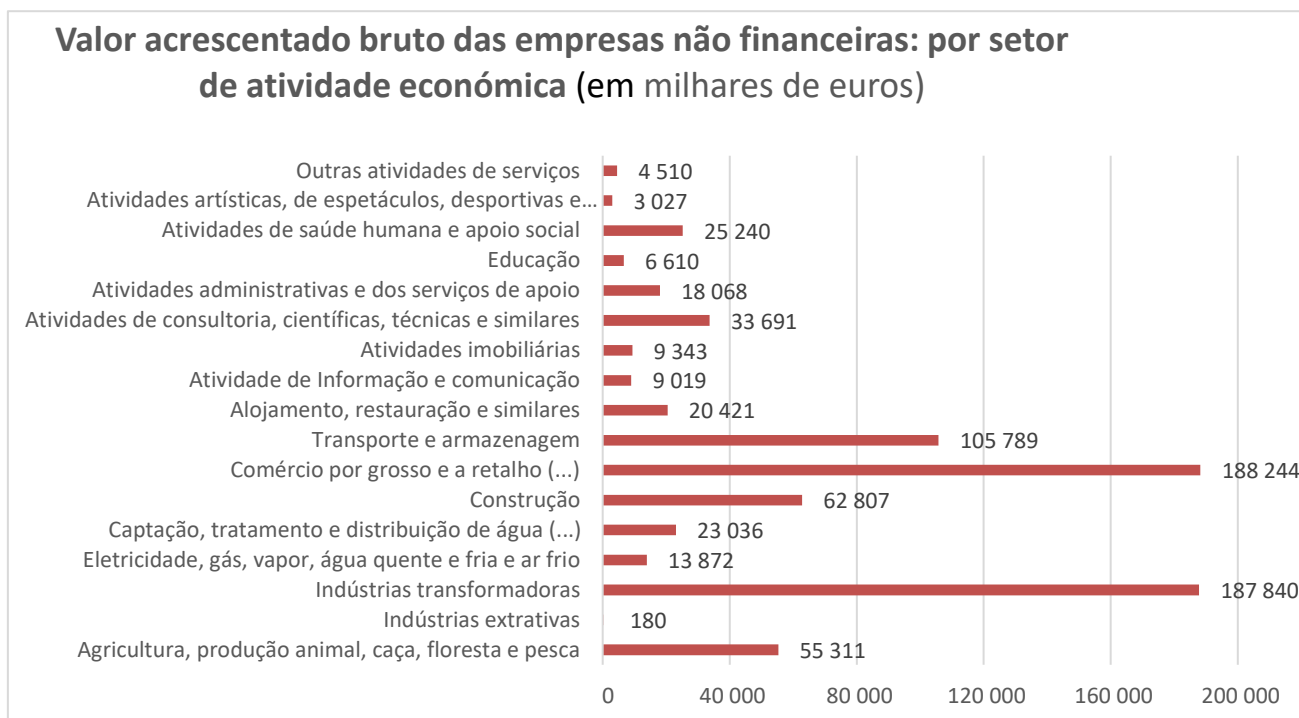


Figura 5 Valor acrescentado bruto das empresas do município de Torres vedras, por setor (por milhares de euros) Adaptado de FFMS (2014) Valor acrescentado bruto das empresas: total e por setor de atividade económica. Acedido a 3 de abril de 2023.

[https://www.pordata.pt/portugal/valor+acrescentado+bruto+das+empresas+total+e+por+setor+de+atividade+eco](https://www.pordata.pt/portugal/valor+acrescentado+bruto+das+empresas+total+e+por+setor+de+atividade+economica-2915)
nomica-2915

O crescimento demográfico e o desempenho económico de Torres Vedras, em grande medida justificado pela diminuição da sua distância relativa a Lisboa com a abertura da A8 nos meados dos anos 1990, justificam intervenções na cidade para modernizar e adequar os espaços públicos a essa nova condição.

4.2. A requalificação urbana de espaços públicos

4.2.1 Questões metodológicas

Técnica de recolha de dados: Inquérito por Questionário

Nesta secção, atendendo aos objetivos da dissertação e da problemática em causa, optou-se por uma metodologia mista (qualitativa e quantitativa), através de inquéritos por questionário, estruturados, realizados a habitantes da cidade de Torres Vedras, e de entrevistas semiestruturadas realizadas a técnicos ligados à manutenção dos espaços

públicos ou ao planeamento urbano da Câmara Municipal de Torres Vedras, designadamente pessoas envolvidas em processos de requalificação urbana.

Um dos principais instrumentos de recolha de dados desta dissertação, o inquérito por questionário, foi escolhido pela sua facilidade no que toca à obtenção de informação. Este método é muito utilizado em Ciências Sociais, por permitir, de forma compacta e eficaz, recolher informação sobre opiniões, valores ou hábitos de um grupo ou população, o que é um dos objetivos desta dissertação. Como discutido em Quivy, R., & Campenhoudt L. (1998, pp: 188-190), este instrumento tem como principal vantagem a sua capacidade de quantificar uma multiplicidade de dados, e de permitir o uso dos mesmos para estabelecer análises de correlação, o que, em conjunto com o seu anonimato e fácil administração, facilita a coleção de respostas de um grande número de pessoas numa área geográfica ampla. Isto revelou-se útil para o propósito desta investigação, permitindo recolher as opiniões e sugestões de uma amostra de população residente na cidade de Torres Vedras no que toca ao estado e qualidade dos seus espaços públicos, que serão usadas para análises comparativas.

O questionário segue a estrutura discutida em Borg e Gall (2002), na medida em que, como ferramenta de análise quantitativa de dados, tem uma estrutura padronizada, tanto no texto como na ordem das questões. Este questionário inclui uma breve introdução, na qual se explicam os objetivos do estudo, o seu propósito mais geral, e se informam os inquiridos acerca da confidencialidade dos dados recolhidos (Anexo 2).

O questionário é constituído por dezassete questões (duas delas condicionadas a respostas anteriores) e encontra-se dividido em três partes. A primeira destina-se a uma recolha de dados que permitam a caracterização dos inquiridos, através de dados pessoais, profissionais e em que parte da cidade de Torres Vedras vivem. A segunda parte reúne as opiniões dos inquiridos sobre os espaços públicos (incluindo espaços verdes) da cidade. Por fim, a terceira parte recolhe opiniões sobre a intervenção da câmara municipal em diversas áreas da cidade, a frequência com que os inquiridos visitam certas partes da cidade e como as descrevem; inclui ainda duas questões de resposta curta na qual os inquiridos podem manifestar as suas opiniões acerca de aspetos e áreas da cidade que pensam estar a ser negligenciados pela câmara municipal.

Várias questões neste inquérito usam uma escala de Likert, em que aos inquiridos é pedido para avaliarem algo de um a cinco, ou manifestar a sua opinião através de escalas como Muito Positivo, Positivo, Razoável, Negativo ou Muito Negativo.

Houve um esforço para garantir que os dados recolhidos pelo questionário fossem dignos de confiança, através da formulação clara das questões, tornando a sua interpretação inequívoca e uma escolha adequada da amostra, exclusiva a habitantes da cidade de Torres Vedras ou das suas imediações. Este inquérito utilizou uma amostra de conveniência para recolher dados dos participantes, sendo este um método de seleção de participantes que envolve a escolha de indivíduos que estão prontamente disponíveis e acessíveis para participar, em vez de seguir um processo de seleção aleatória. Assim, os participantes foram escolhidos com base na sua disponibilidade e conveniência.

No caso deste inquérito sobre a requalificação urbana em Torres Vedras, a amostra de conveniência foi recolhida através de diferentes métodos, incluindo a distribuição de questionários em locais públicos, a abordagem de trabalhadores em serviços públicos, abordagem de pessoas nas suas residências e a distribuição por plataformas online. Assim, é importante ressaltar que esta amostra pode apresentar algumas limitações, nomeadamente que os participantes podem não representar adequadamente a população geral de Torres Vedras, o que pode resultar numa falta de diversidade de perspetivas e opiniões. Além disso, a amostra pode estar sujeita a enviesamento, pois os participantes que optam por se envolver no inquérito podem ter características específicas que os diferenciam da restante população. Portanto, é fundamental reconhecer as limitações destes resultados e interpretá-los com cautela, considerando que eles podem refletir as opiniões de uma parte específica da população de Torres Vedras, mas podem não ser generalizáveis para a população como um todo.

Apesar destas limitações, houve uma tentativa de manter a amostra equilibrada. Procurou manter-se uma paridade entre participantes do género masculino e feminino, e foram abordadas pessoas em diversas áreas da cidade e diferentes partes do dia, de modo a reunir indivíduos com uma variedade de características, vivências e locais de habitação.

Para este fim, foi dedicado pelo menos um dia a cada uma das principais áreas em estudo, com o objetivo de realizar observações diretas e recolher informações sobre os utilizadores de cada espaço em diferentes momentos do dia. Durante esses períodos,

foram feitas observações sobre características demográficas dos utilizadores, e sobre alguns dos seus comportamentos.

Além das observações e dos inquéritos, houve também curtas abordagens verbais a alguns utilizadores. Estas proporcionaram a oportunidade de obter *insights* adicionais e informações mais qualitativas sobre a perceção e experiência dos utilizadores em relação às áreas estudadas. Ao combinar as observações diretas e as abordagens verbais, foi possível obter uma visão mais completa do comportamento e das opiniões dos utilizadores em relação às áreas estudadas.

É importante ressaltar que esta metodologia apenas permite obter informações contextualizadas e em tempo real sobre o uso e opiniões dos espaços urbanos estudados, sendo fundamental ter em mente que os resultados obtidos são específicos para os dias e locais em que o estudo foi realizado, e podem não ser generalizáveis para outras situações ou momentos diferentes.

Para complementar os inquéritos, e refinar as informações obtidas sobre as quatro áreas em estudo (Parque do Choupal, Centro Histórico, Parque da Várzea e Jardim da Graça) foi efetuado algum trabalho de campo, de modo a obter impressões mais detalhadas e variadas sobre estes, e recolher críticas mais específicas sobre os espaços em estudo. Isto funciona como um suplemento à informação obtida por meio do inquérito, para facilitar uma discussão mais aprofundada sobre os quatro espaços mencionados.

Técnica de recolha de dados: entrevista semiestruturada

Para além do inquérito por questionário, foram também realizadas entrevistas dirigidas a pessoas relacionadas com a requalificação ou manutenção de algumas áreas específicas da cidade de Torres Vedras.

Na formulação da entrevista foram tomados em consideração os vários modelos de entrevista e a literatura sobre os mesmos. Uma das primeiras obras consultadas sobre o tema foi Foddy (1996), que discute a distinção entre as versões abertas e fechadas de uma entrevista, e de que forma estas divergem, inclusive quanto à conceção das perguntas. No entanto, não há aí nenhuma afirmação sobre qual dos formatos pode conduzir a melhores resultados cabendo ao investigador, atendendo ao tema em análise, decidir entre entrevistas abertas, que dão aos inquiridos mais espaço para expressarem as

suas opiniões ou oferecerem dados e factos interessantes sem estarem completamente acorrentados às perguntas pré-preparadas, ou entrevistas fechadas, que produzem informação menos variável, e consequentemente muito mais fácil de analisar e comparar entre si.

Há, no entanto, ainda outro modelo de entrevista a considerar, a entrevista semidirigida ou semiestruturada. Esta é sucintamente descrita no *Manual de Investigação em Ciências Sociais*:

“...certamente a mais utilizada em investigação social (...), o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. (...) Tanto quanto possível, “deixará andar” o entrevistado para que este possa falar abertamente (...) O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos” (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 194).

Assim, este tipo de entrevista procura unir alguns dos benefícios das entrevistas abertas e fechadas. Como referido por Ghiglione e Matalon (1993, p. 97), a entrevista semiestruturada é considerada adequada para “...aprofundar um determinado domínio, ou verificar a evolução de um domínio já conhecido.” Este tipo de entrevista surge como uma alternativa para extrair informação em profundidade do entrevistado, que permita obter um conhecimento mais vasto e contínuo do objeto em estudo, conservando ainda a capacidade de extrair dados comparáveis como na entrevista fechada. Este modelo permite ao entrevistador conduzir a entrevista, introduzindo os temas e a ordem da sua discussão de modo a manter o foco da entrevista em tópicos relevantes, enquanto se permite ao entrevistado alguma flexibilidade para quebrar o guião da entrevista para expressar algo que considere interessante ou relevante.

Atendendo aos objetivos e interesses deste estudo, foi escolhido o modelo de entrevista semiestruturada. Uma das finalidades deste trabalho é o de obter maior conhecimento sobre a realidade em estudo, o que vai ao encontro das características propostas por Ghiglione e Matalon (1993) como uma das especialidades da entrevista semiestruturada. Para tal foi considerado benéfico obter dados que pudessem ser comparados e contrastados, mas também permitir aos entrevistados alguma flexibilidade para quebrar a sequência da entrevista e das perguntas pré-preparadas para discutirem livremente o tópico de conversa, o que em múltiplas instâncias produziu informação

relevante e interessante que dificilmente se obteria numa entrevista mais rigidamente estruturada.

Os cinco indivíduos entrevistados foram escolhidos com base na sua disponibilidade, cargo, ou referência por outros entrevistados. Estes são:

- Entrevistado 1, arquiteto da Câmara Municipal de Torres Vedras
- Entrevistada 2, arquiteta paisagista da Câmara Municipal de Torres Vedras
- Entrevistado 3, arquiteto da Câmara Municipal de Torres Vedras (desenho urbano)
- Entrevistada 4, socióloga da Câmara Municipal de Torres Vedras
- Entrevistado 5, vereador da Câmara Municipal de Torres Vedras

As entrevistas seguiram um formato uniforme, com perguntas sobre as quatro áreas em estudo (Parque do Choupal, Jardim da Graça, Centro Histórico e Parque da Várzea), em que os entrevistados foram questionados acerca do contexto subjacente às requalificações destes locais, do conceito e dos objetivos principais, das estratégias aplicadas e desafios encontrados, e se consideram que a visão e objetivos das intervenções foram alcançadas. Adicionalmente, foram questionados acerca da sua perceção da receção destes projetos pela população. Houve também tópicos especificamente sobre a reação e envolvimento da população nestes projetos, e o seu impacto. Como mencionado anteriormente, os entrevistados foram encorajados a quebrar a estrutura da entrevista para discutir informações que julgassem interessantes, e foi-lhes permitido saltar tópicos das entrevistas se sentissem que não tinham muito a dizer sobre alguma área ou assunto.

4.2.2 As áreas de estudo

Na cidade de Torres Vedras foram selecionadas quatro áreas, com características diferentes, para estudar atendendo à qualidade do espaço público, intervenções realizadas e opinião dos utilizadores: Parque do Choupal; Centro Histórico da cidade; Jardim da Graça; Parque Verde da Várzea (fig. 6).



Figura 6 Espaços Urbanos em estudo na cidade de Torres Vedras (2022) (Adaptado de Google, (s.d) "Google Maps", acedido a 4 de março de 2023, <https://www.google.com/maps>) 1-Parque do Choupal / 2-Centro Histórico de Torres Vedras / 3-Jardim da Graça / 4-Parque Verde da Várzea

Parque do Choupal

O Parque do Choupal é um Parque Verde de Torres Vedras, localizado na margem direita do Rio Sizandro, perto do limite Norte da cidade. Ocupa uma área de aproximadamente 8,7 hectares de espaço verde, dividido por uma estrada. É um dos maiores Parques Verdes da cidade que representa um ponto de encontro de famílias e indivíduos de todas as idades para uma variedade de atividades em diferentes momentos do dia e da semana. No entanto, o Parque usufrui deste estatuto há relativamente pouco tempo, devido a um projeto promovido pela Câmara Municipal de Torres Vedras como parte do programa *Polis*. Antes desse projeto, o Parque do Choupal tinha perdido a atenção da população torriense, devido à gradual degradação do espaço.

O Parque do Choupal sofreu transformações durante a sua história, tendo o seu propósito sido alterado com o tempo e com as necessidades da população. Este era

inicialmente conhecido como bosque do Jardim, localizado na margem direita do Rio Sizandro perto do Aqueduto de São Miguel; como o nome indica, era um robusto e denso arvoredado de choupos, e sempre teve um papel importante na vida social da vila, como se pode ver pela presença do Chafariz de São Miguel, que se crê estar lá desde 1267.

Grande parte das árvores do local foram cortadas durante a construção das Linhas de Torres Vedras; no entanto, em 1823, o bosque terá sido reabilitado por iniciativa da Câmara Municipal e, em 1852, convertido num Parque Verde, levando-o a ser conhecido durante algum tempo como a Várzea pequena (em oposição à Várzea grande) (CMTV, 2014).

A transformação do bosque em Parque Verde potenciou o seu valor como espaço público e abriu a porta a uma maior valorização, que se manifestou na realização da Exposição Agrícola, Pecuária e Industrial no local (desde agosto de 1926), algo que não só trouxe mais pessoas ao parque, como também incentivou a construção de infraestruturas de apoio ao parque para fins de lazer. Isto incluiu a construção de baloiços, coretos e bancos de jardim, e a abertura de uma estrada ligando o parque ao Forte de São Vicente em 1937, melhorando a sua acessibilidade e fortalecendo a sua relação com o resto da vila. Em 1938 foram também adquiridos 2000 arbustos para vedar o parque e foi construída uma barragem no rio Sisandro (Silva e Nogueira, 2014).

A partir de 1975 o Choupal passou a disponibilizar um espaço para os jovens a partir da inclusão de um parque infantil e campo de jogos, levando à solidificação do desporto e atividades ao ar livre como uma parte importante do uso do parque pela população, e a realização de festa do 1º de Maio em 1976 teve um efeito semelhante para solidificar a música e a vida noturna como parte da cultura deste espaço verde (Gigante 2021).

Todas estas intervenções sobre o Choupal acabaram por torná-lo num elemento importante e central da vida social da vila, especialmente após a realocação da Exposição Agrícola, Pecuária e Industrial (hoje conhecida como Feira de S. Pedro) para o Parque da Várzea, o que permitiu um melhor aproveitamento do seu espaço e lhe concedeu uma maior centralidade, ganhando a atração como um parque verde. Contudo, desde o início do século XXI, o Parque do Choupal perdeu gradualmente capacidade para atrair população até à sua requalificação em 2015 (fig. 7). As razões para o declínio do Parque do Choupal são numerosas; no entanto, parece haver um consenso entre os

cidadãos inquiridos e os técnicos entrevistados para esta dissertação: a degradação paisagística e ambiental da área em discussão. A negligência sofrida por este parque verde era também amplificada pelo estado da Encosta do Choupal, anexa ao epónimo parque, que sofria semelhante degradação, e cuja (bastante necessária) restauração apenas ocorreu em 2020, cerca de cinco anos após a requalificação inicial do Parque do Choupal.



Figura 7 Figura de Diário Imobiliário (2020) Torres Vedras inaugura requalificação da Encosta do Choupal <https://www.diarioimobiliario.pt/Actualidade/Torres-Vedras-inaugura-requalificacao-da-Encosta-do-Choupal>

As questões relacionadas com a mobilidade estavam entre os maiores problemas do parque antes da sua requalificação. Os caminhos do parque e todos os seus acessos eram feitos através de caminhos de terra, o que levou a diversos problemas que dificultaram a mobilidade. Um destes era a estabilidade do piso. Este, sendo bastante desnivelado em alguns lugares, tornava a deslocação dentro do parque bastante incómoda, especialmente para idosos ou pessoas com mobilidade reduzida. Adicionalmente, sendo estes feitos de terra, não só faziam com que a deslocação fosse pouco higiénica e desagradável, como tornava a zona verde praticamente inutilizável durante ou após períodos de chuva, que transformava os caminhos do Choupal em longas poças de lama, não só pouco convidativas ao uso, como também perigosas devido ao risco de

escorregamento (fig. 8). Isto fazia com que o Parque do Choupal não fosse apelativo durante dias ou estações chuvosas.



Figura 8 Caminhos de Terra do Parque do Choupal antes da requalificação (Figura de marcelino's team. (2015). "Choupal (Torres Vedras) [Marc's 4]" <https://www.geocaching.com/geocache/GC63V26>)

Outra questão, ainda relacionada com o espaço do parque, tinha a ver com as árvores e a sua saúde. Antes da requalificação do Parque do Choupal as árvores estavam envelhecidas e em mau estado de saúde, o que representa diversos riscos para os utilizadores do espaço. O primeiro, e mais óbvio, tem a ver com a possibilidade de queda. Várias árvores apresentavam um perigo real de apodrecer e cair, podendo causar ferimentos graves ou até a morte.

Outro risco tinha a ver com a queda de folhas que, combinadas com os caminhos de terra, apresentavam um risco significativo de causar escorregamentos e consequentes ferimentos graves, especialmente em dias de chuva. A Entrevistada 2, arquiteta paisagística, refere este caso específico como um exemplo de uma desconexão entre a população e a câmara: as pessoas afirmavam gostar de ver as folhas a cair por cima dos caminhos de terra e no pavimento, e lamentaram e queixaram-se da remoção das árvores, sem consciência dos perigos que estes fatores representavam e de que estas seriam substituídas.

Creio que estas circunstâncias são emblemáticas das dificuldades de comunicação existentes entre a Câmara Municipal e a população, que surgem devido a vários fatores. Por um lado, a forma como este tipo de informação é disponibilizada pode torná-la difícil de aceder para grande parte dos cidadãos, estando “enterrada” em ficheiros específicos do site oficial ou disponível apenas em certos locais.

Por outro lado, a própria população pode por vezes apresentar alguma relutância em procurar ativamente este tipo de informação ou envolver-se ativamente com o tipo de oportunidades de comunicação aberta proporcionados pelo orçamento participativo da Câmara Municipal. Vários indivíduos entrevistados para esta dissertação afirmaram que os fóruns abertos realizados para a divulgação de informações e discussão sobre este tipo de acontecimentos e ações na cidade tiveram uma afluência bastante baixa ou até inexistente. Isto demonstra alguma dificuldade em manter uma comunicação clara e aberta entre a população e aqueles que governam a sua cidade, o que leva a desentendimentos entre as duas partes, e faz com que os cidadãos expressem a sua insatisfação sem ter todo o contexto e sem conhecer os planos para o futuro imediato. Esta falha de comunicação é algo que, de certa forma, é comum a todos os estudos de caso desta dissertação e até intervenções a uma menor escala, e é de resolução difícil, pois esta problemática surge pelas ações de ambas as partes desta equação.

Outros dos principais fatores que levou ao estado de desqualificação do Parque do Choupal teve a ver com o Rio Sizandro, que está adjacente ao parque, nomeadamente o seu nível de poluição. O rio desenvolveu uma reputação ao longo dos anos com base no seu elevado nível de degradação ecológica. O rio estava visivelmente poluído e emitia um odor muito desagradável, o que afetava a decisão dos cidadãos de Torres Vedras de frequentar o parque adjacente. Adicionalmente, o nível de poluição do Rio teve um claro efeito na biodiversidade da zona, na medida em que patos e outras espécies de aves deixaram de usufruir do rio.

Segundo os entrevistados, há algumas razões específicas pelas quais o Rio Sizandro sofreu a degradação referida. Segundo o vereador da Câmara Municipal (Entrevistado 5), um dos maiores problemas do rio é o seu caudal fraco, que afeta a sua capacidade de autodepuração (fig. 9). Um rio com um caudal maior terá mais facilidade em diluir substâncias poluentes ou nocivas, causando um processo de gradual purificação (Reis, 2009). Este efeito aumenta a resistência de um rio à poluição, e auxilia na sua

limpeza e manutenção. O Entrevistado 5 refere que o Rio Sizandro tem um caudal que não permite este processo de regeneração gradual, fazendo com que a poluição facilmente se acumule e dificilmente se dilua no rio. Isto deixa o rio dependente de ação humana no que toca aos seus níveis de poluição.



Figura 9 Rio Sizandro - Torres Vedras - Portugal. (Figura de Oliveira, V. (2013)). <https://www.flickr.com/photos/vitor107/11519129534/>

Outra das razões que explicam a degradação ecológica do rio foi referida por vários dos indivíduos entrevistados: crimes ambientais, ou seja, uma ação ilícita que danifica diretamente qualquer parte do meio ambiente, como os referidos no artigo 3º da Diretiva do Parlamento Europeu relativa à responsabilidade ambiental em termos de prevenção e reparação de danos ambientais (2008). É aqui sugerido que o Rio Sizandro é vítima de despejos e/ou descargas que aumentam o seu nível de poluição, danificando a qualidade da sua água e quaisquer habitats na sua proximidade. Em particular, o Entrevistado 1, arquiteto da Câmara Municipal, menciona que antes dos esforços de requalificação da área, era comum por parte de diversas fábricas da cidade despejar os seus dejetos no rio. O Entrevistado 5 chega até a afirmar que estas ações eram consideradas “normalizadas”. Isto, em conjunto com o anteriormente mencionado caudal fraco do Rio Sizandro, levou-o ao estado crítico em que esteve. O arquiteto (Entrevistado 3) refere também a presença de fertilizantes e pesticidas arrastados para o rio pela chuva.

A questão da poluição do Rio Sizandro relaciona-se com a forma como o Parque do Choupal se articulava com a parte norte da cidade, mais especificamente, com o matadouro aí localizado. Os dejetos e lixo do matadouro eram derramados numa linha de água que chegava ao Rio Sizandro, provocando um elevado nível de poluição. No entanto, estas descargas chegavam também ao Parque em si, contribuindo para uma aparência pouco apelativa, um odor desagradável, e piorando a anteriormente mencionada tendência dos caminhos de terra do parque para se tornarem escorregadios e molhados.

Um dos passos mais críticos do processo de requalificação deste local foi a resolução deste problema, em parte através da criminalização e fiscalização desta prática. Segundo o Vereador (Entrevistado 5), atualmente este tipo de crime ambiental é muito menos comum pois, quando acontece “é até notícia”. No entanto, este problema não está completamente extinto. Ainda existem descargas ilegais e ligações ilegais do esgoto ao rio, mas segundo a socióloga (Entrevistada 4), a câmara faz o que pode para os suprimir, mas não pode bloquear todas as ligações sem que a sua localização seja reportada.

Outro problema que ainda hoje assombra o Parque do Choupal é a estrada que passa ao lado da zona verde (fig.10). Esta estrada traz ao Parque do Choupal problemas que afetam o seu aproveitamento como espaço de lazer.

Em particular, a existência desta estrada, bastante movimentada, traz ao parque muita poluição, através dos produtos dos tubos de escape dos carros, poluição sonora, através da passagem de carros e do frequente uso de buzinas durante as horas de ponte, e poluição visual, especialmente à noite, através dos faróis dos carros. Adicionalmente, a estrada divide o parque, obrigando os seus utilizadores a atravessar a estrada para usufruir de todo o espaço, segregando a margem do Rio Sizandro do resto do parque.

Ao contrário de grande parte dos outros problemas atribuídos anteriormente ao Parque do Choupal, este persiste mesmo após os esforços de requalificação, devido a questões logísticas e de infraestrutura.

Segundo o Entrevistado 1 houve planos para desviar o trânsito da área, de modo a atenuar os fatores descritos neste parágrafo; no entanto, esta via de trânsito é bastante importante, ligando diversas partes da cidade e sendo crucial para a rotina diária de grande parte da população, levado a que esse projeto fosse posto de lado devido à dificuldade e custo de qualquer possível solução. Segundo a Entrevistada 4, existem esforços por parte

da Câmara Municipal que dão alguma esperança de que este projeto veja a luz do dia ainda nesta década, apesar dos obstáculos burocráticos e logísticos.



Figura 10 A estrada nacional adjacente ao parque do Choupal (Torres Vedras). (Figura de Direção Geral do Território, (s.d) “Portugal visto do céu” Acedido a 2 de abril de 2022, <https://geo2.dgterritorio.gov.pt/portugal-visto-ceu>)

Após a discussão de todos estes fatores, não deve ser surpreendente mencionar que o consenso entre os indivíduos entrevistados para esta dissertação é de que o Parque do Choupal estava em profunda necessidade de requalificação, e de que esta zona verde não tinha condições para servir adequadamente o seu propósito. Tornam-se, assim, claras as razões pelas quais este projeto foi em frente. O esforço de requalificação do Parque Verde do Choupal surgiu no âmbito do Programa Polis, que consistiu num conjunto de intervenções em vários pontos da cidade com o fim de promover a sua sustentabilidade e valorização ambiental, como aconteceu em outras cidades de Portugal (Fig. 11).

Atendendo ao Plano de Pormenor do Choupal e Áreas Envolventes (CMTV, 2009) conseguimos perceber o que fez com que o Programa Polis fosse aplicado a esta área da cidade. Entre as principais razões destacam-se:

- a presença de valores ambientais e patrimoniais pouco fruíveis e degradados nesta área da cidade.
- o significado afetivo desta zona para os torrienses.
- a necessidade de criar uma centralidade urbana que contrariasse a tendência natural de crescimento da cidade para sul.

Alguns dos técnicos entrevistados para esta dissertação oferecem pontos de vista que expandem os pontos acima. A Entrevistada 4 menciona que um dos principais impulsos por trás do envolvimento do Programa Polis foi a ideia de desenvolver programas de revitalização urbanística com base em questões ambientais. O Parque do Choupal é destacado como um dos alvos deste programa devido a algumas das suas características que representavam a sua degradação (um espaço obsoleto e inseguro, que tinha sido completamente abandonado pela população e caído em desuso).

As críticas levantadas ao Choupal pela Entrevistada 4 parecem coincidir com as ideias constantes no Plano de Pormenor, relacionadas com a degradação do Parque. No entanto, existe ainda outra questão a realçar, ou seja, a criação de uma centralidade, em contraponto à tendência de crescimento para Sul.

O vereador da Câmara Municipal (Entrevistado 5) admite que uma das preocupações internas que motiva a requalificação do Parque do Choupal, já desde pelo menos os anos 90, é a ideia de “unificação” da cidade. O Parque e o Rio Sizandro nos seus estados anteriores representavam uma “barreira” entre o norte e o sul da cidade, levando a uma “uma cidade partida em 2 por causa do rio”. O rio e o Parque representavam uma separação entre Torres Vedras Sul, a direção para onde a cidade cresceu e onde se desenvolveu mais, e Torres Vedras Norte, que foi gradualmente perdendo relevância e que pode ser considerada, na generalidade, como estando em pior condição que a parte sul da cidade.



Figura 11 Câmara Municipal de Torres Vedras (2014). “Requalificação da zona do Choupal”
<http://www.cm-tvedras.pt/artigos/detalhes/requalificacao-da-zona-do-choupal/>

Centro Histórico

O Centro Histórico de Torres Vedras apresenta problemas semelhantes a zonas antigas de outras cidades: com o passar do tempo, esta área, com acessos difíceis, viu as suas casas serem abandonadas e degradadas. As razões para este declínio são numerosas, e remontam aos tempos antigos da cidade. Houve uma ideia de que “para o sul é que é o progresso”, o que levou a que a cidade crescesse de “costas voltadas” para o seu centro histórico. Isto causou uma tendência de abandono do centro histórico, algo que continua até hoje.

Ainda hoje, com a abertura de supermercados e centros comerciais longe do centro histórico, o que está a resultar na morte do comércio tradicional perto do centro histórico, que, com exceção de bares e outros centros de entretenimento, se está, em grande parte, a movimentar em direção a estes novos centros de comércio. De momento, o centro histórico vive da sua restauração e entretenimento noturno.

De modo a responder a estes problemas, Torres Vedras candidatou-se em 2008 ao programa “Parcerias para a Regeneração Urbana” do Pólis XXI, levando posteriormente ao programa “Torres ao Centro”, que através do Plano de Pormenor de Requalificação do Centro Histórico de Torres Vedras (PPRCHTV), procurou trazer uma nova vida a este espaço, em parceria com uma variedade de instituições da cidade: a Associação Comercial, Industrial e Serviços da Região Oeste, o Atlético Clube Torreense, o Centro Social e Paroquial de Torres Vedras, a Cooperativa de Comunicação e Cultura, o Fórum de Associações Culturais de Torres Vedras, e o Transforma. Aqui verifica-se que desde o início do projeto, o envolvimento da população e das instituições foi algo desejado.

No processo de resolução foram identificados diversos problemas com o centro histórico, que foram abordados por este projeto, entre os quais a qualidade das ruas/estradas e da calçada, edifícios em degradação, falta de serviços e estabelecimentos comerciais e problemas de acessibilidade, especialmente ao castelo.

Uma parte significativa deste empenho de requalificação implica a restauração do património arquitetónico no núcleo central histórico. Uma das observações mais frequentes acerca desse ambiente histórico reside na dicotomia entre as áreas bem conservadas e certos edifícios que, negligenciados ao longo do tempo, entraram num processo de deterioração, chegando mesmo a uma completa desvalorização.

No entanto, este processo tem sido complicado por questões burocráticas. Para poder requalificar este imobiliário, a Câmara Municipal tem de o adquirir aos proprietários. O problema parece ser que muitos destes edifícios têm proprietários que pedem quantias que a câmara não consegue pagar, ou estão em nome desconhecido, devido a complicações com heranças ou outros fatores. Tudo isto, combinado com a relutância de várias organizações em participarem nestes projetos, faz com que diversas estruturas do centro histórico de Torres Vedras permaneçam num estado de degradação e abandonado.

Este facto é enfatizado pelos custos de licenciamento no centro histórico, que são mais caros do que em muitas outras partes da cidade. Além disso, o elevado nível de burocracia exigido pelo seu carácter histórico e patrimonial, leva muitos empresários e colaboradores a perderem a motivação para investir neste espaço. A natureza do local também significa que as regulamentações são mais exigentes para quaisquer obras que aí se pretendam realizar.

De acordo com a Entrevistada 4, houve uma tentativa de resolver a questão da aquisição dos imóveis ao trabalhar com as finanças para identificar proprietários e iniciar diálogos, e até ajudar a resolver questões de heranças. Houve uma esperança que uma aproximação amigável e negociações flexíveis levasse a que os donos destes imóveis se tornassem mais recetivos, e potencialmente até abordassem a câmara eles mesmos. Isto teve resultados mistos, na medida em que surtiu algum efeito, mas bastantes proprietários continuaram a recusar negociar, supostamente chegando até alguns a ignorar correspondência e evitar agentes da Câmara para não ter de lidar com estas situações. De acordo com a Entrevistada 4, há ainda uma falta de confiança na Câmara no que toca a estas questões, o que dificultou o processo. Acabou por ter de se ativar um aumento do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) deste espaço, de modo a pressionar estes indivíduos a vender ou recuperar as suas propriedades, algo que teve bastante sucesso.

Questões de heranças continuam a ser o maior entrave para este projeto pela forma como complicam a burocracia da aquisição dos imóveis. Muitas vezes edifícios herdados não são corretamente reportados às finanças, os herdeiros são indivíduos que vivem fora de Portugal, ou às vezes os próprios herdeiros nem chegam a saber que herdaram estas propriedades, ao ponto que os donos de algumas das propriedades que a Câmara quer requalificar são ainda desconhecidos, ou estão funcionalmente inacessíveis.

Apesar destas dificuldades, alguns edifícios foram requalificados com sucesso. Um dos melhores exemplos é o edifício do Espaço Transforma. De acordo com alguns dos entrevistados, este foi um dos imóveis com maior prioridade para serem recuperados, devido à sua função como promotor de eventos culturais, algo que tem sinergia com um dos principais propósitos do centro histórico, e com um dos objetivos da sua requalificação, sendo o de reforçar a capacidade deste espaço de projetar a identidade cultural de Torres Vedras.

Outro fator que desencoraja o investimento de grandes comerciantes e empresas é a falta de lugares de estacionamento. A escassez de espaços de estacionamento faz com que a maior parte dos utilizadores deste espaço tenham de o aceder pelo seu próprio pé, e se tiverem carro terão de o deixar a alguma distância do centro histórico, criando uma inconveniência para os cidadãos. Isto desencoraja a abertura de novos serviços ou estabelecimentos na medida em que afeta as condições de acesso a esta área, possivelmente diminuindo o número de utilizadores do espaço, e consequentemente a

quantidade de clientes que estes teriam. A dificuldade dos utilizadores em ter os seus veículos dentro do espaço pode afetar a sua decisão de efetuar ou não uma compra, na medida em que podem considerar inconveniente transportar os seus itens até ao seu carro, caso este esteja fora do centro histórico. O Vereador (Entrevistado 5) menciona que a mudança da Câmara Municipal, que antigamente estava integrada no centro histórico, para o centro da cidade, causou preocupações de que isto iria diminuir o número de pessoas que atravessam a área, criando dúvidas em comerciantes sobre os riscos e benefícios de operar no centro histórico. O Entrevistado 5 menciona ainda que o crescimento da quantidade e influência dos centros comerciais (como o Arena Shopping de Torres Vedras) diminuiu muito do interesse em abrir negócios ou espaços comerciais neste local. O vereador acrescenta ainda que o crescimento do comércio online e a chegada do COVID 19 criaram hábitos de compra que não se alinham com o comércio tradicional.

Houve uma tentativa de aliviar este problema através da requalificação do Mercado Municipal. Apesar de este já estar fora do centro histórico, está ainda dentro da área do programa “Torres ao Centro”, e tem bastante sucesso em dinamizar economicamente esta área da cidade, com uma esperança de que plante “sementes” para fortalecer este local como espaço de residência e incentivar maiores fluxos populacionais. O mercado municipal tem também sinergia com a nova localização do terminal rodoviário, tornando o centro histórico um local de passagem comum entre o centro da cidade e um dos serviços de transportes públicos mais utilizados (Martinho, 2015).

No que toca ao espaço público em si, alguns dos projetos mais notáveis foram a requalificação do Largo Infante D. Henrique e do Largo de Wellington, que foram inaugurados com sucesso em 2012, pouco depois do mercado municipal. De acordo com o Arquiteto (Entrevistado 1), esses locais foram priorizados, e houve muito cuidado na sua requalificação devido ao seu significado histórico e cultural. O aspeto cultural foi um dos mais importantes para orientar o projeto “Torres ao Centro”, o que pode também ser visto na Judiaria, que o Arquiteto (Entrevistado 3) menciona surgir de uma tentativa explícita de revitalizar culturalmente o centro histórico. O mesmo pode ser visto na promoção de eventos como o Festival Novas Invasões, ou a criação da Câmara Escura num imóvel previamente degradado. Todas estas são iniciativas que procuram promover a participação social da população e a sua interação com o centro, e construir uma identidade cultural para a cidade em torno da sua história e cultura.

As questões da mobilidade e acessibilidade foram também um foco da restauração do centro histórico, mas na prática os resultados foram mistos. O Vereador (Entrevistado 5) admite que o facto da maior parte das vias serem em calçada não é o melhor para a mobilidade, algo que motiva frequentes intervenções nas vias pedestres da cidade.

Esta problemática não se limita à calçada. Para chegar ao Castelo (ou à zona residencial à sua volta) os utilizadores do espaço têm de atravessar ruas com uma inclinação considerável (e calçada de pior qualidade que no resto do centro), algo que dificulta a acessibilidade desse local, particularmente para indivíduos de mobilidade limitada. Isto é enfatizado pela dificuldade em ter carros dentro ou perto deste espaço. Este problema é reconhecido pela Câmara Municipal, tendo o vereador (Entrevistado 5) admitido que o Transporte Porta a Porta (um serviço de transportes inicialmente dedicado a expandir a mobilidade dos habitantes do centro histórico, em particular para doentes com dificuldades de autonomia ou indivíduos de mobilidade reduzida, que recentemente foi alargado para todo o concelho de Torres Vedras durante a pandemia) foi criado para aliviar esta problemática, em conjunto com as Agostinhas (um serviços de aluguer de bicicletas). Há melhorias claras em termos de mobilidade, no entanto ainda há muito a melhorar, particularmente para os habitantes da zona residencial adjacente ao Castelo. Curiosamente, a Entrevistada 4 menciona que as inclinações das ruas a caminho do castelo são apelativas para os turistas. Supostamente, alguns afirmam que este elemento enfatiza o carácter histórico do centro.

Existem também preocupações de segurança, particularmente na zona residencial adjacente ao Castelo. Alguns residentes expressaram preocupação acerca da sinistralidade deste local, sobretudo durante o fim de semana, em que a afluência aos espaços de entretenimento atrai um maior número de utilizadores ao centro. Esta problemática ganha intensidade durante o famoso Carnaval de Torres Vedras, em que alguns habitantes reportam ver consumo e venda de droga ou até atividades sexuais perto das suas janelas. A Entrevistada 4 admite que estas questões não são uma surpresa, e que há planos para aumentar a iluminação noturna do centro e ter mais seguranças a patrulhar o espaço, mas em relação à situação específica do Carnaval, pouco se pode fazer devido à forma como o centro histórico está ligado a esse evento. Os habitantes, infelizmente, acabam por ter de viver com esta situação.

Os planos para o futuro deste espaço parecem estar bem estabelecidos. Vários entrevistados admitem que um dos projetos mais importantes para o centro histórico envolve a requalificação de imóveis degradados e tentar incentivar jovens estudantes a habitar o espaço durante os seus estudos, e com sorte fixarem-se lá depois dos mesmos. Estes imóveis teriam rendas controladas, de forma a serem apelativos para estudantes sem grandes meios, e para controlar o nível de inflação. Isto terá, potencialmente, um efeito revitalizador deste espaço a nível social e económico a longo termo.

Em termos de dificuldades destacam-se burocracias relacionadas com a natureza do centro histórico, e dificuldades com parcerias para efetuar as obras necessárias. O Arquiteto (Entrevistado 3) afirma que o carácter do património histórico do local leva a que o licenciamento seja mais caro e cria mais barreiras burocráticas, algo que desmotiva investidores e abranda muitos dos esforços de requalificação. Adicionalmente, a crise económica provocada pela pandemia teve um impacto negativo nestes esforços, na medida em que, a meio dos concursos públicos, empresas de construção quiseram retirar-se ou até entraram em falência.

Parque da Várzea

O Parque da Várzea surge como um caso muito diferente do Parque do Choupal. Segundo o Vereador (Entrevistado 5), os problemas do Parque do Choupal tinham de ser tratados para permitir o crescimento da cidade para Norte, enquanto o Parque Verde da Várzea nasceu da vontade comum da população e da câmara de terem um parque verde no centro da cidade.

Antes de renascer como um parque verde, o local era um descampado de terra e poeira, que no início dos anos 2000 albergava a Feira de São Pedro, entretanto deslocalizada para a área da Expotorres. Segundo o arquiteto (Entrevistado 3), este local era pouco apelativo, tinha imensos buracos e, quando chovia, era lamacento. Na opinião da arquiteta paisagista (Entrevistada 2) “O espaço não oferecia nada às pessoas quando não havia feira”. (Fig. 12)



Figura 12 Feira de São Pedro no atual Parque da Várzea (s.d),

<https://www.facebook.com/TorresVedrasAntiga/photos/a.1641133216103806/2056382374578886/?type=3>

Outra parte do parque que necessitava requalificação era a Vala do Alpilhão, descrita pelo Arquiteto (Entrevistado 3) como “um esgoto a céu aberto”, devido ao que, na altura era considerado banal e comum, ou seja, as descargas do sistema de saneamento na vala, poluindo-a e tornando o local ainda menos apelativo.

Todas estas questões tornaram ainda mais urgente o processo de requalificação, que acabou por tomar a forma que tem hoje. Houve muitos desafios no processo inicial de requalificação, entre os quais o tratamento das linhas de água, poluídas em grande parte pelo matadouro a Norte da cidade. Adicionalmente, o solo estava extremamente compactado. O Arquiteto (Entrevistado 3) enfatizou especificamente a requalificação da Vala do Alpilhão como um passo importante para a higiene do espaço. Estes fatores levaram à implementação de uma operação de limpeza de águas, e ao desvio dos esgotos para diminuir descargas nos corpos de água do parque. Alguns desafios fitossanitários permanecem ainda hoje, como descargas ocasionais no Rio Sizandro, ou a necessidade de regular as regas do parque em função das secas cada vez mais frequentes.

Um dos principais ideais por trás do projeto de requalificação do Parque de Várzea foi o de consolidar um novo centro. Devido à forma como Torres Vedras cresceu de costas voltadas para a zona Norte, a cidade acabou por ganhar uma forma irregular, com um

centro pouco definido. A requalificação do parque acaba por contribuir para o reforço de uma nova centralidade, trazendo uma maior coerência à estrutura da cidade.

Nas palavras da arquiteta paisagista (Entrevistada 2), “As pessoas precisavam do parque”, e a prova disso está no facto de o espaço ter sido adotado com grande rapidez pelos habitantes de Torres Vedras, que começaram a usá-lo para desenvolver atividades sociais, desportivas, festas, entre outros, como ainda hoje fazem.

Este projeto de requalificação teve resultados para além do que era esperado pela câmara municipal. A adoção do parque foi imediata, e alcançou diversos grupos sociais, para uma variedade de propósitos: pessoas de todas as idades a fazer exercício, pais ou avós a levar crianças a passear, jovens a fazer desporto ou a frequentar o *Roots*, um bar localizado dentro do parque.

De acordo com o Vereador (Entrevistado 5), após a sua intervenção inicial, o Parque da Várzea tem sofrido poucas alterações. Em vez disso, parece haver uma maior preocupação em manter o espaço relevante mesmo à medida que a cidade evolui. Um dos exemplos disso tem a ver com a requalificação do Parque do Choupal, na medida em que foram, e continuam a ser, pensadas formas para ambos os espaços verdes coexistirem, sem se “canibalizarem” um ao outro, ao manter a Várzea atualizada e moderna, e promover eventos que incentivem o uso de ambos os parques.

Uma das formas de manter o Parque da Várzea relevante é a reinvenção e a manutenção do espaço. A Câmara Municipal está constantemente à procura de formas de reconverter espaços do parque em versões melhores de si, ou adaptá-los a diferentes usos ou eventos. Um exemplo disto é o Centro de Educação, que foi realocado em 2013 para a sua nova sede, construída num espaço previamente subaproveitado do parque, e que tem tido bastante sucesso, especialmente com escolas. O vereador (Entrevistado 5) considera este um dos melhores exemplos do tipo de reinvenção que a Câmara procura para manter este espaço relevante.

Em termos de desafios que o Parque ainda enfrenta, destacam-se os problemas de segurança, sobretudo no período noturno. Apesar dos esforços para reduzir este problema através de iluminação noturna e de funcionários a garantirem a segurança, ainda persistem algumas situações e incidentes isolados que preocupam os utilizadores. Notavelmente, de acordo com a Arquiteta Paisagista (Entrevistada 2), há conhecimento de que no Verão

aumentam o número de incidentes relacionados com comportamentos impróprios em cantos mais recônditos do parque, algo que leva a um aumento de vigilância. Mesmo assim, há confiança no que toca à segurança daquele parque, visto que, de acordo com o vereador (Entrevistado 5), há uma variedade de funcionários que servem o Parque diariamente, com funções diversas que permitem manter o local seguro e limpo. O vereador considera que atualmente o Parque é bastante seguro, e não existem problemas de sinistralidade.

Outro desafio tem a ver com questões ecológicas. De acordo com a Arquiteta Paisagista (Entrevistada 2), o gradual aumento das temperaturas devido ao aquecimento global tem levado a uma necessidade de aumentar a quantidade e frequência das regas, de modo a evitar que a relva fique seca ou até pegue fogo. Isto, tendo em conta a dimensão considerável do parque, leva a um gasto elevado de água. Este é um problema que não passa despercebido à Câmara Municipal, e há um interesse em encontrar alternativas, mas por enquanto este custo ambiental não pode ser evitado.

Importa ainda referir que existem planos para ligar o Parque do Choupal ao centro da cidade e aos outros parques da cidade através de um “Corredor Ecológico”. Este terá o objetivo de tornar o centro da cidade mais coeso, de acordo com a nova centralidade mencionada anteriormente, impulsionar o uso de ambos os espaços verdes, e incentivar os cidadãos a atravessar a cidade a pé e apreciar a verdura da cidade, em vez se deslocarem exclusivamente de carro. Este é mencionado pelo Vereador (Entrevistado 5) e a Arquiteta Paisagista (Entrevistada 2) como o próximo grande passo para os parques verdes da Várzea e do Choupal.

Jardim da Graça

O Jardim da Graça (fig.13), localizado no centro da cidade, perto da Câmara Municipal, tem uma longa história, tanto em termos de processos de requalificação, como em relação à sua importância para a cidade.

Na atualidade o Jardim é usado para uma variedade de funções: espaço social para jovens, onde pais podem levar os filhos e avós podem passear os netos, um espaço de repouso para idosos, um espaço de passagem e lazer após a missa da Igreja da Graça,

imediatamente adjacente ao Jardim, entre outros. No entanto, este nem sempre foi assim, nem sempre foi o canto verde como era conhecido.



Figura 13 Jardim da Graça (Torres Vedras). *Figura de Bussola PT (s.d) "Grace Garden", <https://bussola-pt.com/263927/grace-garden>*

Inicialmente, o espaço hoje conhecido como Jardim da Graça era apenas um espaço adjacente ao Convento da Graça, construído num monte equiparado àquele em que o Castelo se encontra. Devido à sua distância da cidade, este espaço era usado para conter e tratar indivíduos que padeciam de lepra.

Até 1954 o local não tinha árvores nem o seu icónico obelisco; era apenas um espaço acessório à igreja. Algum tempo após essa data começou a ser convertido num espaço verde, e depois de 1974 ficou conhecido como Praça 25 de Abril.

Segundo o vereador (Entrevistado 5), o projeto de requalificação mais recente do Jardim da Graça foi feito para “devolver o jardim às pessoas”. Isto manifestou-se em intervenções para facilitar a mobilidade, a conveniência e a experiência do uso do jardim pelo cidadão comum. De acordo com o Arquiteto (Entrevistado 3), um dos objetivos deste projeto foi o de transformar o Jardim da Graça de um espaço de transição, para um espaço de estadia. De acordo com a arquiteta paisagista (Entrevistada 2), esta intervenção teve também o objetivo de modernizar, devido a um receio que, entre a requalificação do Parque do Choupal e a força centralizadora do Parque da Várzea, o Jardim da Graça fosse deixado para trás, desatualizado em comparação com os outros espaços verdes de Torres Vedras. O vereador (Entrevistado 5) refere que uma das ideias por trás da requalificação, no sentido de distinguir o Jardim da Graça dos espaços anteriormente mencionados, foi desenhar uma experiência mais “íntima” para os seus utilizadores, aproveitando a menor dimensão do espaço em questão. A ideia foi a de criar um espaço onde os cidadãos fossem convidados a descontraír, a sentar-se num banco com amigos e conversar à sombra das árvores, em contraste com os usos mais variados da Várzea e do Choupal. As alterações incluíram a substituição dos assentos do Jardim por outros mais confortáveis, de modo a facilitar a estadia e o relacionamento entre os seus utilizadores; também foi possível afastar mais a estrada do jardim, já que, segundo o arquiteto (Entrevistado 3), os utentes se queixavam de “sentir os carros nas costas”, implicando a presença e proximidade como condicionante da experiência do Jardim da Graça. Para este fim, foi inclusive cortada uma via de trânsito que passava entre a Igreja da Graça e o Jardim da Graça, que teve também o efeito de dar mais espaço aos peões, especialmente para entrar e sair da igreja em dia de missa. No entanto, isto teve o efeito secundário de reduzir significativamente o número de lugares de estacionamento junto ao Jardim, o que trouxe muitas queixas da população.

Outras alterações relacionadas com a mobilidade e conveniência, procuraram responder a necessidades de pessoas com dificuldades de locomoção. Segundo o vereador (Entrevistado 5), uma deficiência ou incapacidade nunca é causa para discriminação, qualquer pessoa deve poder conseguir entrar no espaço por onde todos entram, o que incentivou a intervenção no Largo da Graça, resolvendo diversos problemas. Isto levou à remoção do gradeamento que rodeava o Jardim, inicialmente construído para o proteger,

e a supressão de alguns degraus à entrada da igreja e dentro do jardim, também para facilitar a mobilidade dentro do espaço. De acordo com o vereador, a remoção dos obstáculos que dificultavam o acesso à igreja foi um dos grandes objetivos desta requalificação, visto que estes foram, alegadamente, lá colocados de propósito para dificultar o acesso de indivíduos de mobilidade reduzida à igreja.

Ainda em termos de acessibilidade, podemos destacar a instalação de corrimões nas escadas do jardim de modo a facilitar o seu uso por indivíduos de mobilidade reduzida, e foram retiradas as sebes e arbustos que dificultavam a navegação dentro do jardim.

A escolha de pavimentos também foi feita tendo em conta a minimização de problemas de mobilidade, assim como a diminuição de degraus no espaço do jardim. O conforto dos utilizadores foi também considerado, com a substituição dos antigos bancos de pedra por novos, semelhantes, mas mais cómodos, algo que reforça a ideia de que este seria um espaço onde os seus utilizadores poderiam estar e conversar confortavelmente.

Também foram feitas alterações a nível de saneamento, que em conjunto com a redução de estacionamento e o fecho de uma via de trânsito, levaram a uma redução significativa da poluição do local.

A remoção anteriormente mencionada dos arbustos e sebes teve também o efeito de reduzir a sinistralidade do espaço. Segundo a Entrevistada 2, estes cortavam as linhas visuais do jardim, o que não só diminuía a sua qualidade como espaço de “estar”, como também aumentava a sinistralidade do jardim, ao ocultar parcialmente o que ocorria dentro desta área. A Entrevistada 2 adiciona que anteriormente, apesar do seu posicionamento no centro da cidade, o jardim demonstrava uma surpreendente sinistralidade, algo que informou não só a decisão de remover estas barreiras, mas todo o projeto.

Os resultados desta intervenção parecem ter sido mistos, pelo menos de acordo com a opinião de alguns dos entrevistados. O arquiteto (Entrevistado 3) admite que a proximidade dos carros ao jardim continua a ser condicionante para a qualidade da experiência, e que a requalificação não parece ter levado a um aumento significativo de tráfego pedestre, opinando que esta continua a ser maioritariamente uma zona de passagem, especialmente quando as diversas esplanadas ao seu redor servem mais

naturalmente como zonas de estadia. O (Entrevistado 5) admite também que as partes do projeto que afetaram o espaço em redor do café Havaneza não foram inteiramente bem conseguidos, sendo disruptivos para os pedestres, e deixando a calçada irregular e danificando alguns equipamentos sanitários subterrâneos, levando a outra intervenção disruptiva posterior para corrigir esta problemática. A Entrevistada 4 admite também que o corte da via de trânsito da Praça 25 de Abril levou a um aumento de trânsito veicular para o qual a zona não estava preparada, e sugere que uma intervenção está a ser preparada.

O vereador (Entrevistado 5) considera que após todo este processo, o Jardim da Graça está numa posição melhor que nunca para servir como um pequeno pulmão verde no centro da cidade, e que este espaço ganhou um propósito importante como espaço de estadia, de lazer, e de socialização mais íntimo, que o distingue dos outros espaços verdes da cidade.

4.2.3 Os espaços públicos na perspetiva dos seus utilizadores

Como discutido anteriormente, os inquéritos foram feitos a partir de uma amostra de conveniência, que resultou na recolha de 62 respostas. Apesar de esta amostra não ser necessariamente representativa, acaba por ir ao encontro dos principais objetivos destes inquéritos, sendo os de obter uma ideia generalizada das opiniões da população em relação à qualidade dos espaços públicos da cidade, sobre os esforços de requalificação urbana em Torres Vedras, e sobre que partes ou aspetos da cidade acham que estão a ser negligenciados.

Os inquéritos foram maioritariamente realizados entre fevereiro e dezembro de 2021, com apenas alguns (menos de dez) sendo realizados posteriormente. Estas respostas foram recolhidas por uma variedade de meios, desde a abordagem de pessoas na rua, à partilha do inquérito em redes sociais.

Os resultados não devem ser entendidos como uma representação perfeita da população de Torres Vedras. No entanto, as respostas vêm de indivíduos que habitam diversas partes da cidade, com uma diversidade de empregos e que frequentam as suas diversas áreas com uma variedade de frequências. A diversidade dos participantes do inquérito enfatiza o valor destes dados como algo que, apesar de não representarem a

população na sua totalidade, oferecem uma visão valiosa (mas geral) de como a população se sente em relação aos tópicos em discussão.

Caraterização dos participantes no inquérito

Na aplicação dos inquéritos, houve a preocupação de garantir, dentro do possível, um equilíbrio entre os géneros dos participantes dos inquéritos. No entanto, como mencionado anteriormente, estes inquéritos foram feitos a partir de uma amostra de conveniência, aceitando os indivíduos que se mostrassem dispostos e disponíveis para participar. Isto resultou num ligeiro desequilíbrio de género, resultando em 62 participantes, 53.2% (33) do género masculino, e 46.8% (29) do género feminino (Fig.14).

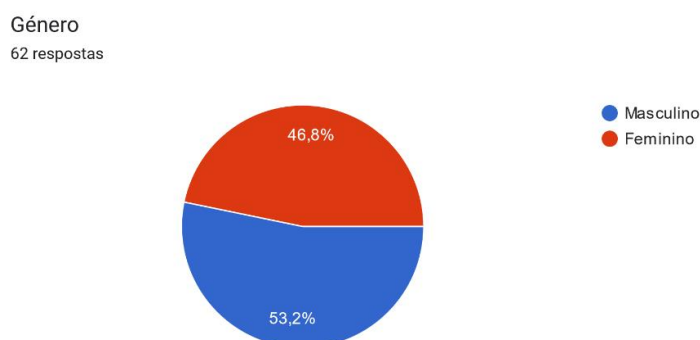


Figura 14 Género dos participantes do Inquérito Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

A distribuição etária dos participantes aproximada à da cidade de Torres Vedras. Um número modesto de jovens, seguido de indivíduos em idade ativa, que dominam esta amostra, tal como se manifestam como a maioria da população da cidade, de acordo com os censos de 2021, concluindo com um número modesto de idosos. Os participantes dos 16 aos 34 anos preencheram os inquéritos digitalmente, encontrando-os através de partilha nas redes sociais, ou ao consentirem em receber uma ligação aos mesmos através de email ou serviços de contacto digital. Indivíduos dos 35 aos 50 anos tiveram uma abordagem mais mista entre os meios mencionados anteriormente, ou um preenchimento através de uma cópia impressa do inquérito, que foi posteriormente reproduzida manualmente no formulário online, ou por forma de entrevista, ao fazer oralmente as

perguntas do questionário e introduzir as respostas através do telemóvel ou computador do entrevistador. Indivíduos com mais de 50 anos ofereceram as suas respostas maioritariamente através deste segundo método, em particular participantes com 60 ou mais anos (Fig. 15).

Idade (Até ao dia 1 de Março de 2021)

62 respostas

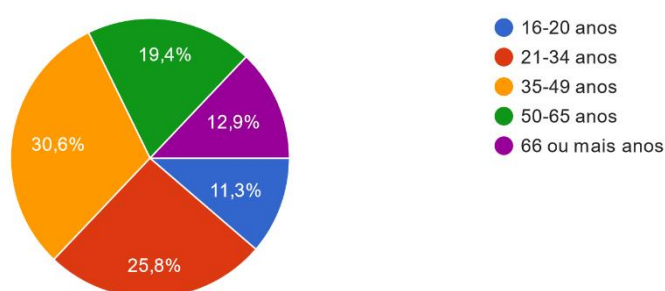


Figura 15 Faixas etárias dos participantes do Inquérito Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

As fig. 16 e 17 mostram as habilitações literárias e a situação profissional que, tal como as faixas etárias, podem ser comparadas com as da população de Torres Vedras de acordo com os Censos de 2021 (elevado peso da população com o ensino secundário e superior; grande peso dos trabalhadores por conta de outrem e estudantes). Isto demonstra que esta amostra, apesar de ter algumas limitações, tem ainda valor como uma representação bastante aproximada da população da cidade.

Habilitações literárias

62 respostas

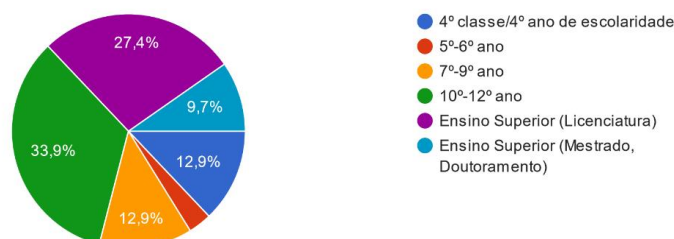


Figura 16 Habilitações literárias dos participantes do inquérito. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

Qual é a sua situação perante o trabalho?

62 respostas

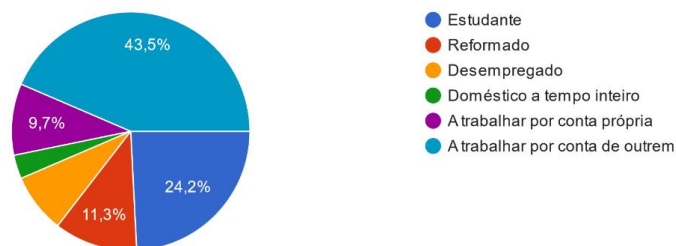


Figura 17 Situação perante o trabalho dos participantes no inquérito. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

Opinião dos participantes do inquérito sobre as áreas de estudo

Parque do Choupal

Na parte da manhã (das 10 às 13 horas) o Parque do Choupal tem pouca afluência, exceto um número extremamente limitado de idosos a usufruir do espaço verde. Entre as 14 e as 16 horas o espaço começa a ganhar movimento, com algumas pessoas a frequentar o café Xeirinho, ou indivíduos entre os 50-64 anos de idade a usufruir dos equipamentos de lazer após o trabalho ou a passar tempo com familiares mais jovens. Isto continua entre as 16 e as 18 horas, em que estudantes com 13 a 18 anos saem da escola e vão passar tempo ao parque com amigos ou lanchar ao café, e indivíduos entre os 25 e 45 anos de idade saem do trabalho e vão usufruir dos espaços de lazer e tomar café. Este movimento perdura depois das 18 horas, porém, o parque vai-se esvaziando lentamente até às 20 horas, quando os utilizadores o abandonam para ir jantar. A partir das 21 horas o parque vê uma presença modesta de indivíduos entre os 20 e 45 anos, primariamente a frequentar o café Xeirinho até ao seu fecho à meia-noite. Durante este dia, uma parte significativa dos utilizadores do parque consistiu em cidadãos que habitam a parte Norte da cidade, devido à proximidade do parque às suas habitações ou locais de trabalho.

Entre os participantes do inquérito uma percentagem elevada avalia as ações de requalificação no Parque do Choupal como 4 ou 5, numa escala de 1 (negativo) a 5 (positivo) (Fig. 18). Isto reflete a receção do projeto do Parque do Choupal, sendo um dos esforços de requalificação urbana mais bem recebidos da cidade. Consequentemente, os

adjetivos que os participantes usam para descrever este espaço são maioritariamente positivos, sendo alguns dos mais populares “bonito”, “agradável” e “tranquilo”. Estes resultados parecem coincidir com algumas opiniões recolhidas verbalmente: Os utilizadores do espaço consideram que o Parque do Choupal é agora um espaço bastante convidativo e agradável, que proporciona uma atmosfera e um contacto com a natureza que permitem ao indivíduo usufruir de uma tranquilidade e lazer que beneficia da distância deste parque ao centro da cidade (Fig. 19).

Os percursos pedonais dentro do parque são um ponto de discórdia. Esteticamente são elogiados, tendo uma coloração que combina com a estética do parque e lhe confere um ar mais moderno; no entanto, a sua implementação é criticada. Mais do que um utilizador afirmou que a forma como estes percursos estão implementados é questionável. Nomeadamente, são criticados por criarem um risco de tropeço devido à forma como estão colocados, criando um “degrau” acima da relva. Adicionalmente, um utilizador afirma que estes percursos são escorregadios, admitindo inclusive que já sofreu uma queda ao caminhar aqui quando estes ainda estavam molhados devido à chuva. Estes riscos são enfatizados pela falta de corrimões na maior parte do percurso pedonal.

Uma crítica ao parque que surge no inquérito é a forma como o projeto de requalificação trata alguns dos pontos de interesse que estiveram no parque mesmo no seu estado anterior. Na questão em que se pede que o participante refira 2 aspetos em que a intervenção da Câmara Municipal, ao nível dos espaços públicos, tem falhado, há a resposta: “Integração dos objetos ou estruturas anteriores nos projetos que realizaram, como por exemplo o coreto no parque do Choupal e o miradouro na encosta de São Vicente. (...)”. De facto, o antigo Parque do Choupal tinha como um dos seus aspetos mais apelativos um coreto que foi eliminado durante o projeto de requalificação, e parece haver alguma confusão sobre o porquê de esse ser o caso, especialmente sendo algo que distinguia o Parque do Choupal dos outros espaços verdes da cidade. Parece haver um sentimento semelhante em relação às árvores que foram cortadas durante o projeto, tornando o arvoredo do Parque menos denso do que na sua versão anterior. No entanto, esta crítica foi abordada diretamente pela Entrevistada 2 na sua entrevista, explicando isto como algo necessário de modo a reduzir risco para os utilizadores, visto que muitas das árvores já tinham uma idade avançada e corriam o risco de cair.

Outras críticas surgem a elementos que tecnicamente não fazem parte do Parque do Choupal, mas que lhe estão intimamente ligados e afetam a sua utilização: a estrada e o Rio Sizandro. A estrada que “corta” o Parque do Choupal ao meio acaba por ter várias implicações na capacidade dos cidadãos de usufruir deste espaço verde, nomeadamente através do barulho produzido pelos carros, que interfere com a atmosfera tranquila do parque e pela poluição produzida pelos mesmos, e por obrigar os utilizadores a atravessarem a estrada para frequentar espaços diferentes do parque, criando uma considerável inconveniência e introduzindo riscos desnecessários durante a utilização normal do parque. No entanto, a maior crítica a este espaço, mencionada tanto nos inquéritos como em abordagens verbais, prende-se com o rio Sizandro. Apesar dos esforços para o recuperar, o rio é ainda alvo de críticas devido ao seu nível de poluição e ao seu caudal gradualmente enfraquecido pelas alterações climáticas.

Apesar destes aspetos problemáticos, é importante enfatizar mais uma vez que o projeto de requalificação urbana do Parque do Choupal parece ser um sucesso, e as opiniões acerca do mesmo permanecem bastante positivas. Indivíduos abordados verbalmente no local de estudo manifestaram a sua apreciação do parque, e o mesmo se pode verificar nos resultados do inquérito, sendo o Parque do Choupal uma das áreas mais bem avaliadas da cidade. Parece haver um consenso de que a requalificação deste espaço trouxe vitalidade e qualidade ao que era antes um local esquecido pela população, e traz um “pulmão” e um espaço de lazer mais acessível à parte norte da cidade.

Como avalia a ação da Câmara Municipal sobre as seguintes áreas da cidade? (De 1 a 5, sendo 1 o mais negativo, e 5 o mais positivo)

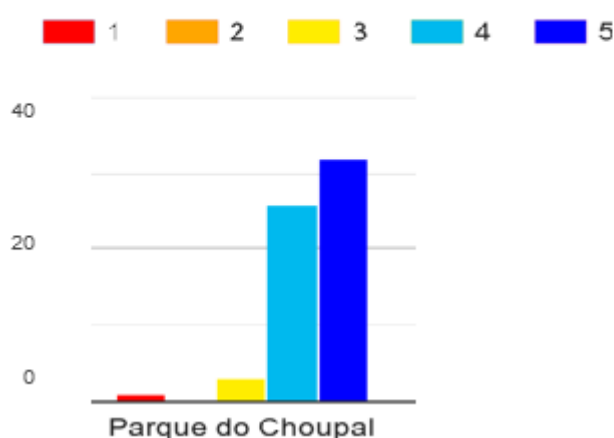


Figura 18 Avaliação de 1 a 5 dos participantes do inquérito acerca das ações de requalificação urbana no Parque do Choupal. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

Escolha até 3 adjetivos (marcando com um X) que melhor se adaptam a cada uma das seguintes áreas da cidade.

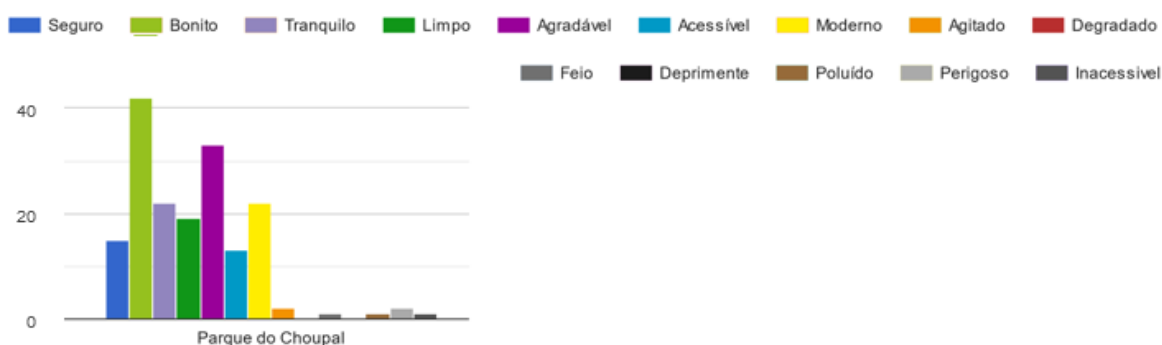


Figura 19 Adjetivos usados pelos participantes do inquérito para descrever o Parque do Choupal.
Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

Centro Histórico

Na parte da manhã (das 10 às 13 horas) o Centro Histórico de Torres Vedras tem pouca atividade com a exceção de movimentos pendulares e indivíduos de idades entre 25-60 anos a frequentar os vários cafés. Entre as 14 e as 16 horas, a afluência permanece modesta, mas aumenta um pouco, sendo as alterações mais notáveis um maior número de estudantes, maioritariamente entre as idades de 14-18 anos, a atravessar a área para uma variedade de propósitos, só alguns usufruindo dos serviços deste espaço, e outros indivíduos de idade mais avançada, mais de 60 anos, a frequentar cafés, em particular o Pipo e a Havaneza. Entre as 16 e 18 horas, a atividade começa a aumentar e, particularmente em torno dos cafés e bares desta área. A faixa etária dos clientes varia de acordo com o estabelecimento, por exemplo, o Pipo é frequentado primariamente por indivíduos com 40-45 anos ou mais, em comparação com o Vinil, que apesar de usufruir de uma clientela de uma variedade de faixas etárias, tendencialmente atrai clientes mais jovens, entre 20 e 40 anos. A esta hora começa também a haver movimento em torno da Escola de Dança Movimento, particularmente por indivíduos entre os 14 e 25 anos, e da igreja de São Tiago, à medida que indivíduos também dos 14 aos 18 anos vão frequentar a catequese. Entre as 18h e 21h, este movimento mantém-se, mas a população vai gradualmente dissipando, partindo para as suas residências, com os restantes utilizadores concentrados nos restaurantes deste espaço. Após as 21 horas, os utilizadores, sobretudo entre os 25 e 40 anos, parecem concentrar-se no bar Vinil, tomando cafés e bebidas e socializando. Devo, no entanto, enfatizar que durante o dia inteiro, as diversas ruas do

centro histórico permanecem vazias fora de movimentos pendulares, sendo a sua atividade concentrada nos seus serviços.

Nos inquéritos, o Centro Histórico aparece como a mais divisiva das quatro áreas de estudo desta dissertação, sendo frequentemente classificada como 3 e 4, e com um número considerável de avaliações de 2 (Fig. 20) Esta divisão manifesta-se também nos adjetivos escolhidos para descrever este espaço, que apesar de maioritariamente divididos, permanecem variados. Adjetivos positivos incluem “agradável”, “tranquilo” e “bonito” (Fig. 21). A maior parte dos participantes parece ter uma opinião positiva deste local, algo partilhado pelas abordagens verbais, muitas das quais consideram-no um espaço prazeroso, e utilizando frequentemente os seus serviços ou usufruindo do património nele presente. No entanto, surgem aqui mais adjetivos negativos do que nas outras áreas de estudo, entre os quais “degradado” e “deprimente”. Curiosamente, parece haver uma divisão entre participantes que consideram o centro “acessível”, e uma minoria que o considera “inacessível”.

A presença do adjetivo “degradado” pode ser referida a uma das críticas mais frequentes ao centro histórico, que persiste mesmo após imensas intervenções urbanas: a qualidade de certos edifícios. Este espaço acaba por demonstrar uma dualidade indesejável, no contraste da maioria do espaço claramente modernizado, cuidado através de várias requalificações e dos bares, cafés e restaurantes da zona que são alguns dos mais populares e apelativos da cidade, com alguns dos edifícios, que foram deixados ao abandono e à mercê da passagem do tempo, e ficando gradualmente mais degradados. Estes criam uma clara discrepância com o restante espaço, afetando negativamente a estética do centro histórico. Isto não só é mencionado nos inquéritos por vários participantes como um aspeto em que a câmara municipal tem falhado, mas foi mencionado nas abordagens verbais a utilizadores como algo que afeta a sua relação com o espaço. Um indivíduo afirma inclusive que estes edifícios arruinam a sua perceção do centro histórico, pois o seu estado atual contrasta tanto com o resto do espaço que acaba por estragar a sua imagem, dando-lhe um ar mais degradado e envelhecido do que realmente é.

Outra crítica surge na falta de serviços e atividades na área, havendo inclusive um participante dos inquéritos que considera haver um “subaproveitamento do centro histórico”. Parece haver uma ideia de que não há muito para fazer neste espaço,

excetuando os anteriormente mencionados cafés e restaurantes. Um indivíduo abordado verbalmente comentou até que considera que esta área seria perfeita para comércio mais tradicional. Um participante do inquérito menciona especificamente a Praça da Batata como um espaço desperdiçado, espaço maioritariamente quase sempre vazio, apesar do seu potencial para albergar uma variedade de pontos de interesse.

Um ponto de discórdia acerca do Centro Histórico tem a ver com o estado do espaço. Existem queixas sobre a higiene, nomeadamente na calçada, em que frequentemente se encontram cigarros descartados e fezes de cão. Uma residente desta área comentou que frequentemente encontra fezes perto da sua porta, e que a rua onde vive fica com bastante lixo no chão todos os fins de semana, presumidamente devido às pessoas que frequentam os vários bares e cafés deste local, que atraem muito movimento durante os fins de semana. A higiene do Centro Histórico parece ser inconsistente, particularmente com o movimento dos fins de semana, que pode atrair utilizadores com comportamentos menos cívicos, especialmente durante a noite. Segundo uma habitante deste espaço, este período traz também muita poluição sonora ao Centro Histórico, perturbando a paz noturna e trazendo um sentimento de insegurança para os habitantes, o que explica a presença considerável do adjetivo “inseguro” no inquérito.

No entanto, o maior ponto de contestação no que toca ao Centro Histórico tem a ver com a área residencial na encosta do Castelo, algo mencionado tanto nos inquéritos como verbalmente por alguns utilizadores do espaço. Calçada de Má Qualidade, combinada com a considerável inclinação das ruas cria um grande problema de acessibilidade, sobretudo para os idosos que residem neste local, e este problema é enfatizado pela falta paragens de transportes públicos na sua proximidade. Há uma tentativa de compensar isto através de um serviço de mobilidade para idosos; no entanto, este é um serviço com horários que, de acordo com o testemunho de um habitante deste local, não é satisfatório, e acaba por deixar os idosos deste local “presos” à sua casa. Adicionalmente, esta zona habitacional não aparenta ter quaisquer pontos de interesse ou serviços para atrair utilizadores ou auxiliar os habitantes e, mais que no resto do Centro Histórico, vê muitos dos seus edifícios e habitações num estado de degradação intenso que o separa do resto da cidade. Assim, não é surpreendente que este local seja um dos mais mencionados nos inquéritos como uma área ou aspeto da cidade em que a Câmara Municipal e os vários projetos de requalificação urbana falharam ou ignoram.

Assim, as opiniões sobre o Centro Histórico de Torres Vedras permanecem divididas, sendo o projeto de requalificação mais controverso dos quatro em que esta dissertação se foca. Apesar de não haver falta de juízos positivos em relação a este local, e de haver um consenso de que houve melhorias no espaço requalificado, parece claro que ainda há problemas a resolver, e que esta área está a ser pouco aproveitada. Alguns problemas não são de fácil resolução, nomeadamente a questão dos edifícios devido a dificuldade em adquirir o imobiliário necessário, como discutido na secção das entrevistas, mas torna-se claro que há ainda muito a fazer nesta zona.

Como avalia a ação da Câmara Municipal sobre as seguintes áreas da cidade? (De 1 a 5, sendo 1 o mais negativo, e 5 o mais positivo)

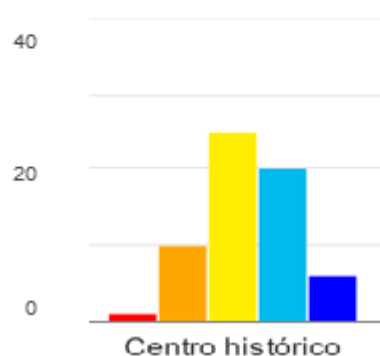


Figura 20 Avaliação de 1 a 5 dos participantes do inquérito acerca das ações de requalificação urbana no Centro Histórico. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

Escolha até 3 adjetivos (marcando com um X) que melhor se adaptam a cada uma das seguintes áreas da cidade.

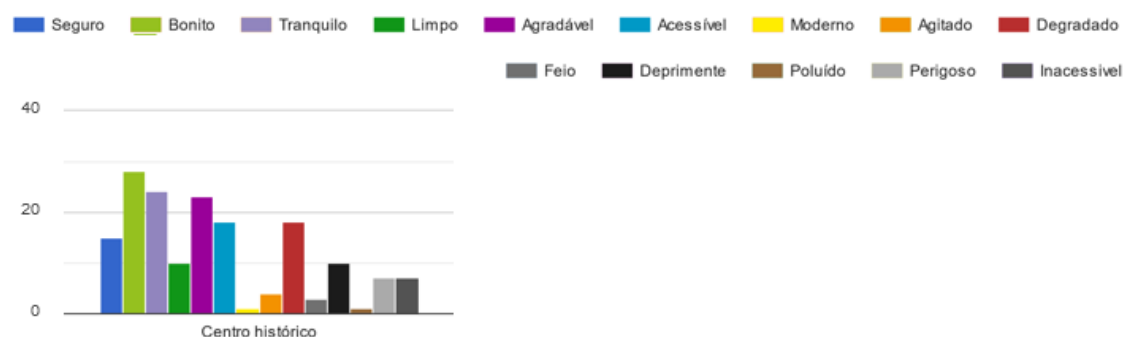


Figura 21 Adjetivos usados pelos participantes do inquérito para descrever o Centro Histórico. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

Parque da Várzea

Desde as 10h da manhã até às 13h da tarde a afluência ao Parque da Várzea é já considerável, principalmente para praticar exercício. Desde pouco depois do nascer do sol, vários cidadãos de Torres Vedras que residem perto do parque deslocam-se até aí para fazer exercício físico, sendo este uma caminhada, *jogging*, ou algo apoiado pelos equipamentos de exercício do parque, e esta atividade continua até à hora de almoço, principalmente por indivíduos dos 20 aos 40 anos. Depois das 13 horas o movimento aumenta ainda mais, à medida que o restaurante *Roots* começa a atrair clientela para o almoço, e que os jovens saem da escola e começam a utilizar o espaço. Entre as 13h e 18h, o espaço é habitado por vários grupos etários: jovens de 14-20 anos usufruem do café, jogam futebol na relva e frequentam o parque de *skate*, idosos de mais de 60 anos passeiam no parque com os seus netos, e indivíduos maioritariamente de 20-30 anos relaxam e socializam, com indivíduos de 30-50 anos a entrarem gradualmente no parque à medida que a tarde avança. Entre as 18 e 21 horas muito do movimento da tarde continua, com a adesão de, mais uma vez, indivíduos dos 20-40 anos a fazer exercício depois do trabalho, e pais e filhos a passear. Com o avançar das horas, o parque vai-se lentamente esvaziando, à medida que os seus utilizadores vão para casa ou para um restaurante jantar. Após as 9 horas, o parque fica vazio, exceto um pequeno número de indivíduos, geralmente entre os 18 e 30 anos, que o atravessam e aí socializam.

Como podemos ver pela fig. 22, a opinião que os 62 participantes do inquérito têm do Parque Verde da Várzea é bastante positiva, havendo maioritariamente classificações de 4 ou 5. À semelhança do Parque do Choupal, o Parque Verde da Várzea, no seu estado atual, é provavelmente um dos projetos de requalificação mais bem recebidos e reconhecidos pela população de Torres Vedras.

Abordagens verbais a utilizadores do espaço verde permitem compreender algumas das razões pelas quais este local é tão apreciado. Como podemos ver na fig. 23, um dos adjetivos mais usados para descrever este local é “bonito”. Este sentimento foi expresso pela maioria dos utilizadores abordados, descrevendo-o como um dos espaços públicos esteticamente mais apelativos da cidade de Torres Vedras, em particular pela presença dos seus elementos naturais. As árvores, os largos “tapetes” de relva, a ponte

que atravessa um corpo de água habitado por patos, e a variedade de espécies de aves que habitam o parque, são elementos que elevam o parque, na perspetiva destes indivíduos, a um local verdadeiramente belo, e que proporciona aos seus utilizadores uma experiência sensorial difícil de replicar na cidade de Torres Vedras. Isto explica também a frequência do adjetivo “agradável”, visto que a beleza do espaço fortalece o seu potencial como espaço de lazer. Alguns dos utilizadores abordados confirmam esta ideia, ao nomear o Parque Verde da Várzea como um dos espaços mais agradáveis e tranquilos (explicando a frequência desse adjetivo) na cidade.

Em adição aos adjetivos mencionados, surgem também frequentemente os adjetivos “limpo”, “seguro”, “acessível” e “moderno”, fortalecendo mais uma vez os juízos geralmente positivos para com este espaço. A população parece, na sua generalidade, sentir que o Parque Verde da Várzea é um espaço bem cuidado, esteticamente apelativo, e que pode ser apreciado de diversas maneiras, através do lazer, contacto com a natureza, exercício físico, ou socialização.

Nesta investigação não foram encontradas muitas críticas ao Parque Verde da Várzea. O único adjetivo negativo que tem alguma presença no inquérito para este local é “perigoso”. Um utilizador do parque abordado verbalmente menciona sentir-se inseguro em algumas partes do parque, especialmente à noite, sentindo que não há iluminação noturna suficiente e que o espaço devia ser mais bem vigiado, especificando sentir-se desconfortável com alguns grupos que vê quando passa pelo parque à noite, suspeitando que estejam alcoolizados ou a consumir substâncias ilícitas.

Outra crítica, desta vez mencionada por alguns dos participantes dos inquéritos, tem a ver com riscos presentes no uso pedonal do Parque da Várzea. Duas das respostas à questão *“Na sua opinião, refira 2 aspetos em que a intervenção da Câmara Municipal, ao nível dos espaços públicos, tem falhado.”*, mencionam *“Percursos pedonais irregulares na Várzea...”* e *“Várzea: Passeios pedestres e na relva são perigosos e arriscam tropeço...”*. Isto é uma referência aos percursos pedonais do parque, e alguns elementos presentes no seu relvado. Os percursos pedonais são feitos de terra, e repletos de pequenas pedras que podem induzir escorregamento ou tropeço no utilizador, algo enfatizado pela forma como estes percursos não são planos, com a maior parte dos mesmos tendo irregularidades, manifestando-se em pequenas inclinações nas suas arestas. Em relação aos riscos de tropeçamento na relva, isto parece ser uma referência a pequenas tampas

escondidas na relva, pequenos buracos do sistema de rega, raízes de árvores, entre outros. Um utilizador admite já ter tropeçado numa destas tampas enquanto jogava futebol com amigos, o que parece validar esta preocupação.

Relevante ainda para o espaço do parque em si, um participante do inquérito criticou o número de bancos presentes no espaço. Esta crítica ganha justificação com a elevada presença de idosos. A quantidade de bancos pode ser suficiente para indivíduos de outros grupos etários, mas para utilizadores com mais de 60 anos, que muitas vezes têm necessidade de se sentar com maior frequência, isto pode ser problemático, especialmente em certas partes do parque em que os bancos têm alguma distância entre si, o que pode, circunstancialmente, ser inconveniente para utilizadores mais velhos.

Outra crítica que surge a este espaço tem a ver com a recente implementação de ciclovias em várias zonas da cidade, o que inclui a Rua António Leal de Ascensão, adjacente ao Parque da Várzea. Um participante do inquérito ofereceu esta afirmação: “...2: O traçado das ciclovias veio reduzir a calçada pedonal que serve o edificado junto à várzea, pondo em causa a leitura de avenida. Poderia antes passar pelo parque”. Esta crítica parece argumentar que as ciclovias reduzem o espaço útil que os pedestres podem usar para navegar a rua, e podem inclusive reduzir a capacidade de um utilizador de captar com clareza a composição deste espaço, potencialmente dificultando o seu entendimento das vias de trânsito e de como alcançar o seu destino.

Apesar destas críticas, os resultados do inquérito e abordagens verbais sugerem que este espaço verde é um dos mais apreciados em Torres Vedras, e que o projeto de requalificação foi bem-sucedido.

Como avalia a ação da Câmara Municipal sobre as seguintes áreas da cidade? (De 1 a 5, sendo 1 o mais negativo, e 5 o mais positivo)



Figura 22 Avaliação dos 62 participantes do inquérito acerca das ações de requalificação urbana no Parque da Várzea e Rua António Leal de Ascensão. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

Escolha até 3 adjetivos (marcando com um X) que melhor se adaptam a cada uma das seguintes áreas da cidade.

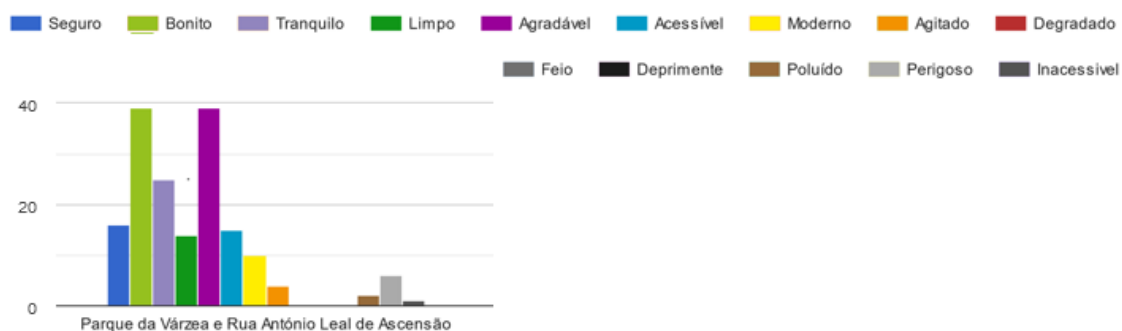


Figura 23 Adjetivos usados pelos 62 participantes do inquérito para descrever o Parque Verde da Várzea e a Rua António Leal de Ascensão. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

Jardim da Graça

Entre as 10h e 13 horas, o Jardim da Graça tem pouco movimento, estando quase sempre vazio, fora um ou outro indivíduo que usufrui de um dos cafés desta zona. A partir das 13 horas, indivíduos maioritariamente dos 20 aos 40 anos começam a atravessar este espaço, para alcançar os cafés e restaurantes dispersos pelo centro da cidade. A partir das 15 horas, indivíduos com mais de 60 anos começam a ocupar o espaço público. O Jardim da Graça é uma área muito frequentada por indivíduos deste grupo etário, tanto para fins de lazer, para passar tempo com os seus netos ou para frequentar o café Havaneza, que é

bastante popular para este grupo etário. Ao longo da tarde, começando aproximadamente às 15 horas e atingindo o seu pico às 18 horas, jovens, entre os 13 e 18 anos começam a atravessar e a frequentar o jardim à medida que saem da escola e se movimentam para o centro da cidade. O Jardim da Graça e os estabelecimentos à sua volta são bastante populares para este grupo etário, e a sua presença durante a tarde é um dos aspetos mais importantes para caraterizar os utilizadores deste espaço. Por volta das 17 e 18 horas, indivíduos dos 25 aos 50 anos começam a sair dos seus empregos e a atravessar este espaço, tanto como parte dos seus movimentos pendulares, como para, como os jovens e idosos durante a tarde, chegar aos estabelecimentos perto do jardim. A missa da Igreja da Graça, às 19h, cria mais movimento, particularmente por indivíduos com 50 anos ou mais, mas a partir das 20 horas a maior parte do movimento dissipa, à medida que os cidadãos de Torres Vedras começam a ir para casa, e os estabelecimentos perto do jardim começam a fechar. Depois das 21h, o movimento no jardim é quase inexistente, fora o ocasional indivíduo ou casal que o atravessa a caminho de outro local.

As fig. 24 e 25 revelam um claro consenso sobre o Jardim da Graça, na medida em que os participantes do inquérito avaliaram generosamente a sua requalificação, com uma qualificação de 5 (a mais positiva) sendo a mais comum, seguida de 4, e um modesto número de classificações 3, com poucas de 1 e 2. Parece que apesar da requalificação deste espaço ter uma escala menor que a das outras áreas de estudo, foi mesmo assim bem recebida pela população. Um utilizador opinou que gosta das mudanças, apesar da forma como o espaço é utilizado e a sua estrutura serem bastante semelhantes. Isto pode indicar uma das razões pela qual alguns dos participantes do inquérito têm uma opinião tão positiva deste projeto: uma área bastante apreciada da cidade passou por um processo que preservou todos os seus aspetos positivos, corrigiu alguns dos seus problemas e introduziu algumas mudanças que tornam o uso do espaço mais cómodo. O indivíduo mencionado anteriormente não foi o único a expressar este tipo de sentimento, outros utilizadores fizeram afirmações semelhantes, como uma senhora que descreveu o local como “Basicamente igual a como era antes, mas um bocado mais...organizado, acho eu”.

Este consenso positivo pode ser visto também nos adjetivos usados para descrever o Jardim da Graça, sendo maioritariamente positivos. Como no Parque da Várzea, “bonito”, “tranquilo” e “agradável” aparecem como os mais comuns, oferecendo uma ideia sólida das razões pela qual o espaço é apreciado. Este espaço é um pequeno núcleo verde no centro da cidade, proporcionando aos cidadãos de Torres Vedras um local de

lazer de proximidade a vários serviços e pontos de interesse como cafés, uma igreja, e museus, que fortalecem a natureza deste local como um em que os seus utilizadores podem relaxar ou passar algum tempo de qualidade com a família. A sua localização no centro da cidade faz com que um grande número de cidadãos atravesse este espaço, ou passe perto dele nos seus movimentos pendulares, encorajando-os a usufruírem de alguns momentos de calma. Isto pode ser visto na forma como os idosos frequentam este espaço durante a tarde, ou estudantes socializam no parque ou usufruem dos serviços à sua volta ao fim da tarde.

O efeito tranquilizador deste espaço público, refletido através dos adjetivos usados para o descrever, está bastante relacionado com os seus elementos naturais. A abundância de árvores cria uma manta de sombras que permite aos utilizadores refugiarem-se do sol e atrair aves, que através dos seus cantos e simples presença trazem um sentimento de proximidade à natureza ao centro da cidade. O monumento no centro do jardim, que tem também a função de fonte, fortalece o laço dos utilizadores do parque com a cultura e história do país, ao fazer uma homenagem aos combatentes da Guerra Peninsular. A decisão tomada no processo de requalificação de transformar uma estrada da Praça de 25 de Abril (especificamente aquela que ligava o jardim à Igreja da Graça) numa via pedestre facilita a utilização do espaço, reduz o risco de acidentes e melhora a acessibilidade. Algo semelhante foi feito na Praça da República, em que o espaço de estacionamento adjacente ao jardim foi redesenhado e limitado, de forma a aumentar as dimensões da via pedestre ligada a este espaço e inclusive instalar alguns bancos.

Apesar desta avaliação positiva, foram ainda encontradas algumas críticas ao Jardim da Graça. Alguns participantes dos inquéritos ofereceram comentários que realçam problemas com este espaço, mesmo após o projeto de requalificação. Um dos primeiros problemas mencionados (por vários participantes) sobre este jardim tem a ver com a calçada, que é considerada de má qualidade e irregular, e uma extensão do que parece ser uma das queixas mais comuns sobre Torres Vedras. Adicionalmente, surgem alguns comentários que criticam a higiene do espaço, algo que pode ser visto na forma de cigarros e outros tipos de lixo encontrados pelo parque, assim como penas e fezes de pássaro devido à grande quantidade de pombos que “habitam” o centro da cidade.

Um comentário oferecido por um participante do inquérito levanta uma questão interessante “...Graça: Tem uma calçada em mau estado, bancos perto da estrada.”. Este

participante levanta uma questão importante, ao apontar a proximidade dos bancos da Praça da República (adjacentes ao parque) à estrada e ao parque de estacionamento da rua. Apesar de estes estarem posicionados de modo que os seus utilizadores estejam virados para o parque, ouvir os carros a passar tão perto, e senti-los a estacionar mesmo atrás de si pode perturbar quaisquer sentimentos de lazer que os bancos possam proporcionar. Uma utilizadora do parque, admitiu que tinha usado esses bancos apenas algumas vezes, porque ouvir os carros a passar tão perto das suas costas, deixava-a desconfortável.

Uma das principais queixas ao projeto de requalificação em si surge na forma como este afetou as vias de trânsito. Nas palavras de um participante do inquérito “O projeto do jardim da Graça foi estranho, preguiçoso, e afetou negativamente as vias de trânsito...”. Esta requalificação, como mencionado anteriormente, fechou parte da estrada da Praça de 25 de Abril, o que resultou também numa inversão do sentido de trânsito da Rua Brigadeiro Neves Costa. Isto teve algumas consequências, particularmente ao tornar a navegação temporariamente confusa para os cidadãos, e potencialmente piorar o trânsito desta área.

A requalificação do Jardim da Graça parece ter sido bastante bem recebida; no entanto, há claramente alguns problemas a resolver. Resta apenas saber se a Câmara Municipal de Torres Vedras reconhece estas críticas e está disposta a trabalhar para as contornar, de modo a tornar um dos locais mais apreciados da cidade numa versão ainda melhor de si mesma.

Como avalia a ação da Câmara Municipal sobre as seguintes áreas da cidade? (De 1 a 5, sendo 1 o mais negativo, e 5 o mais positivo)

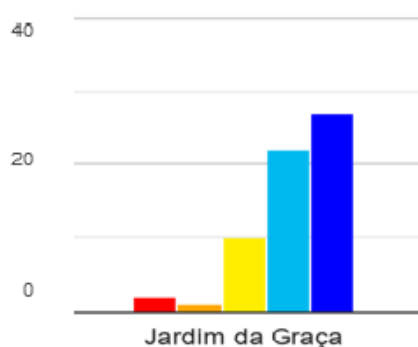


Figura 24 Avaliação dos 62 participantes do inquérito acerca das ações de requalificação urbana no Jardim da Graça. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

Escolha até 3 adjetivos (marcando com um X) que melhor se adaptam a cada uma das seguintes áreas da cidade.

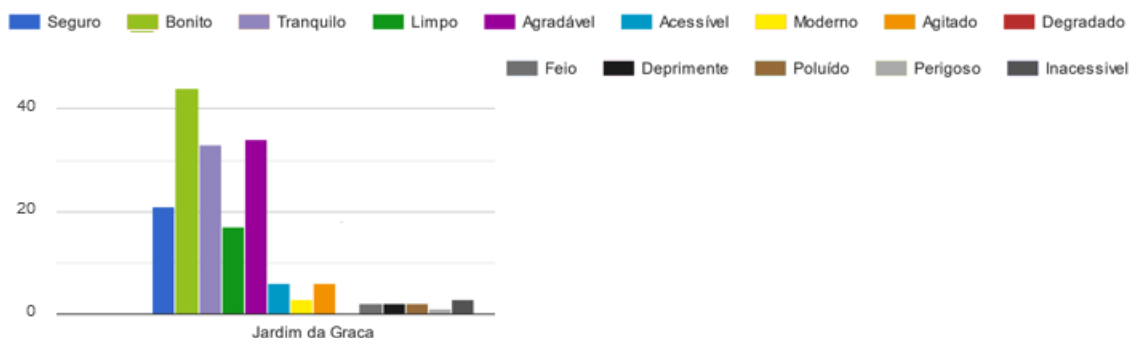


Figura 25 Adjetivos usados pelos 62 participantes do inquérito para descrever o Jardim da Graça. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

Observações Gerais

Após uma discussão focada nas quatro áreas, importa ainda partilhar outros resultados obtidos através dos inquéritos, acompanhados por algumas observações que se podem extrair dos dados obtidos.

As opiniões acerca dos espaços públicos de Torres Vedras parecem ser bastante positivas, tanto em qualidade quanto em quantidade. Em termos de qualidade, os participantes deste inquérito ofereceram primariamente classificações de “Satisfatórios”, a segunda melhor classificação, seguidas de uma grande quantidade de “Razoavelmente Satisfatórios” e “Bastante Satisfatórios”. Apenas dois participantes manifestaram uma classificação negativa, o que contribui para a ideia de que existe um considerável grau de satisfação sobre a qualidade dos espaços públicos (Fig. 26). Em relação à quantidade de espaços, a avaliação mais comum parece ser “3”, a mediana. Apesar das respostas serem maioritariamente positivas, sendo as avaliações de “4” e “5” as mais comuns a seguir a “3”, a quantidade de respostas medianas leva a admitir a possibilidade de criar espaços públicos (Fig. 27).

Qual é a sua opinião em relação à qualidade dos espaços públicos da sua cidade?

62 respostas

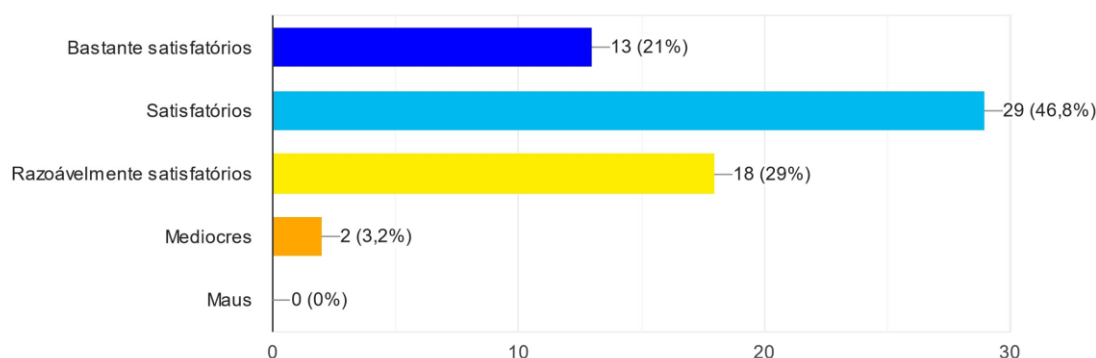


Figura 26 Opinião dos participantes do inquérito sobre a quantidade de espaços públicos em Torres Vedras. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

De 1 (escassos) a 5 (abundantes) qual é a sua opinião acerca do número de espaços públicos na sua cidade?

62 respostas

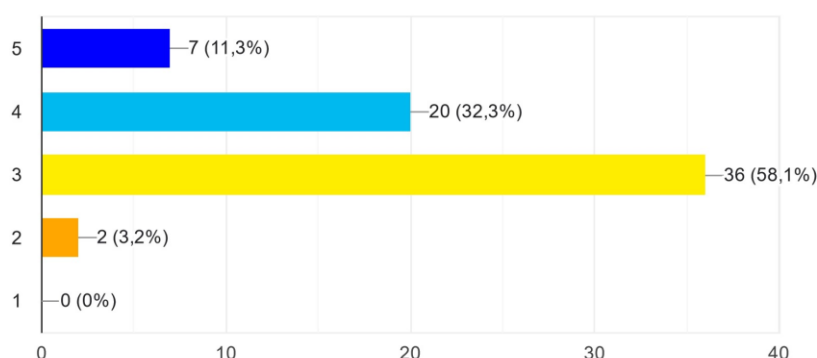


Figura 27 Opinião dos participantes do inquérito sobre a quantidade dos espaços públicos de Torres Vedras. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

As tendências de respostas positivas mantêm-se nestas questões acerca dos projetos de requalificação urbana em si. 22.6% dos participantes afirmam que estes projetos foram Muito Positivos, 37.1% classifica-os como Positivos, 33.9% como Razoáveis, e apenas 6.5% escolheu a classificação “Negativo”, sem quaisquer classificações de “Muito Negativo” (Fig. 28). Cerca de 60% dos participantes fizeram uma avaliação positiva, o que sugere uma grande satisfação com os projetos urbanos em Torres Vedras; no entanto, o facto de um terço dos participantes escolherem “Razoável”,

pode causar alguma preocupação. Isto pode indicar alguma ambivalência acerca destes projetos, ou um sentimento de que estes não trazem melhorias suficientes. Apesar de esta amostra ser limitada e, portanto, não poder ser diretamente generalizável à totalidade da população de Torres Vedras, esta não deixa de ser uma possibilidade que deve ser explorada.

79% dos participantes do inquérito afirmam que os projetos de requalificação urbana de Torres Vedras têm contribuído para o seu bem-estar e satisfação, o que está em linha com as respostas a questões anteriores (Fig. 29). Em contraste, 21% dos participantes responderam negativamente a esta questão, e consequentemente foi-lhes pedido para explicarem brevemente a sua insatisfação. Os comentários oferecem uma variedade de razões, com a maioria a apontar aspetos da cidade que creem estar a ser ignorados (como a calçada, a estrada e os transportes públicos), mas alguns oferecem críticas mais específicas. Um participante explicou a sua insatisfação com o seguinte comentário: “Na medida em que estas iniciativas não contribuíram para o reforço do tecido empresarial local (por exemplo, através do fomento do comércio tradicional), incidindo de forma mais premente na alteração do traçado urbano para uma configuração que dificulta o acesso e circulação pela cidade (por exemplo, por meio de veículo automóvel) por parte dos locais e visitantes.”, argumentando que estes projetos de requalificação não tiveram um impacto significativo na economia e comércio locais, e que alguns destes tiveram um impacto negativo na estrutura, e na sua navegação, sendo estas críticas comuns levantadas à implementação das ciclovias e às alterações às estradas feitas na requalificação do Jardim da Graça. Outro participante comentou “Em alguns aspetos contribuíram bastante, nomeadamente no Parque do Choupal porque houve uma franca melhoria, mas pecaram bastante pelo corte de demasiadas árvores e por não integrar os objetos anteriores na intervenção”, fazendo referência a uma situação em que os projetos de requalificação não representam uma melhoria completa sobre a versão anterior do espaço. Um dos comentários mais reveladores é “A zona onde moro é negligenciada”. Isto é representativo da ideia de que, para muitos cidadãos, muito do seu interesse por estas intervenções se resume à forma como afetam as áreas da cidade que lhe são próximas. É importante ter esta possibilidade em mente quando se procura entender as opiniões da população sobre tópicos que afetam maiores escalas.

Como avalia as iniciativas de requalificação urbana promovidas pela CMTV na sua cidade?

62 respostas

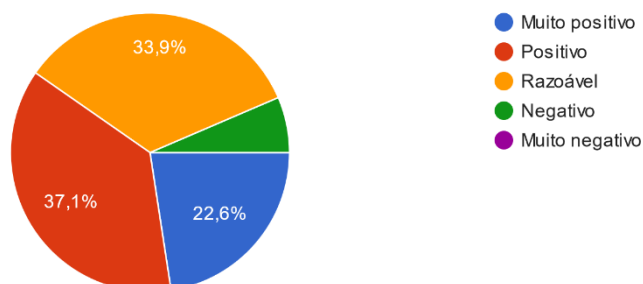


Figura 28 Opinião dos participantes do inquérito sobre as iniciativas de requalificação urbana de Torres Vedras. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

As iniciativas de requalificação urbana promovidas pela autarquia têm contribuído para o seu bem estar e satisfação?

62 respostas

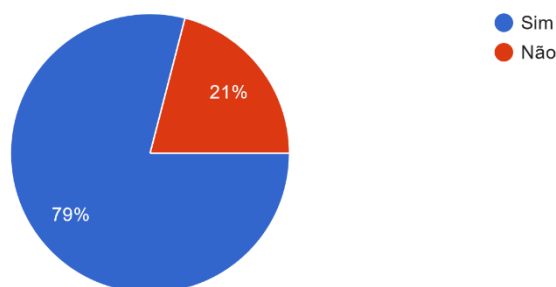


Figura 29 Questão sobre se as iniciativas de requalificação urbana de Torres Vedras contribuem para o bem-estar e satisfação dos participantes do inquérito. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

Na fig. 30 podemos ver as áreas da cidade mais frequentadas pelos 62 participantes do inquérito. Esta pergunta básica oferece alguns dados interessantes sobre tendências de utilização de diferentes espaços, entre os quais a forma como a proximidade de um local ao centro da cidade afeta a sua capacidade para gerar movimento. Espaços perto do centro da cidade, como o Jardim da Graça, o parque da Várzea e a Avenida 5 de Outubro, usufruem de visitas com maior frequência do que espaços mais afastados. Um exemplo disto é o Parque do Choupal, que apesar de ser um dos locais mais bem avaliados

pelos participantes, regista poucas visitas diárias ou semanais em comparação com locais mais centrais.

Duas zonas que merecem atenção pela variação da frequência com que os participantes as frequentam são a Zona Industrial de Arenes e a Zona da Expotorres. Isto parece estar relacionado com as funções específicas destes espaços, como a estação rodoviária da Zona da Expotorres, ou alguns dos serviços da Zona Industrial de Arenes, na medida em que a necessidade de cada indivíduo aí aceder dita a frequência com que frequenta estes locais. Por exemplo, alguns estudantes de Ensino Superior que participaram neste inquérito afirmam visitar a Zona da Expotorres diariamente ou várias vezes por semana, provavelmente para apanharem um autocarro para chegar à sua Universidade. Uma ideia semelhante parece afetar a frequência dos vários bairros representados na fig. 30, como o Bairro do Inocência, em que indivíduos que não habitam nestes bairros, essencialmente zonas residenciais, terão menos razão para os visitar.

A Encosta de São Vicente, apesar da sua ligação ao Parque do Choupal, é das áreas menos frequentadas de todas as disponíveis na questão em discussão. Isto deve-se a uma variedade de fatores, como a falta de pontos de interesse na área, a acessibilidade difícil, a existência de riscos criados em parte pela considerável inclinação das suas vias, ou a qualidade dos edifícios da área. Parte da razão será semelhante àquela discutida no caso dos bairros, em que este local é sobretudo residencial e, portanto, indivíduos que não o habitam terão pouca razão para o frequentar, mas talvez a próxima figura ofereça uma explicação mais detalhada.

Costuma frequentar estas áreas da sua cidade?

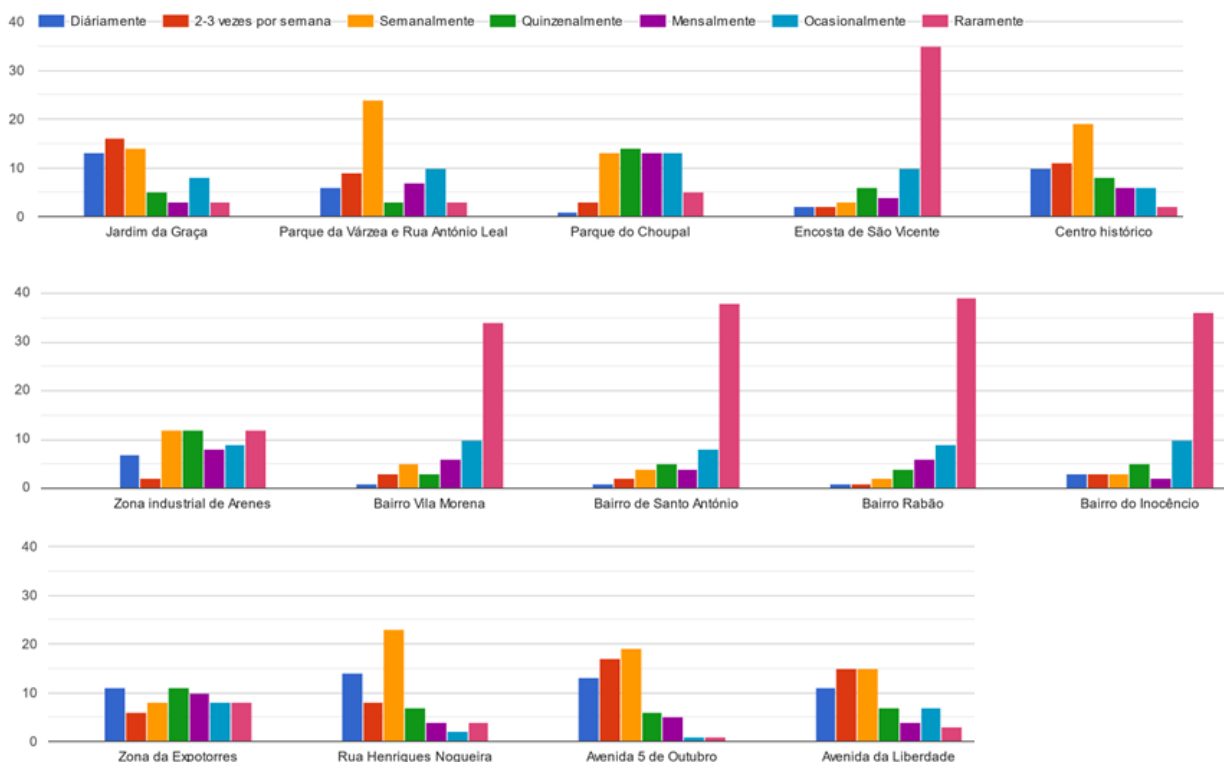


Figura 30 Frequência da utilização dos espaços públicos de Torres Vedras pelos participantes do inquérito. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

Nestas questões, os participantes tiveram de usar até três adjetivos, positivos e negativos, para descrever a área em questão, com o objetivo de obter uma ideia geral da forma como estes locais são vistos pela população, e dos seus aspetos mais apreciados ou desprezados, e foram também pedidos para classificar, de 1 (negativo) a 5 (positivo). (Fig. 31) As quatro áreas em estudo nesta dissertação (Jardim da Graça, Parque da Várzea, Parque do Choupal e Centro Histórico) e os adjetivos que as descreveram foram discutidos anteriormente, mas há ainda observações interessantes a extrair de alguns dos restantes espaços. (Fig. 32)

A Encosta de São Vicente, mencionada anteriormente como um dos locais menos frequentados pelos participantes deste inquérito, aparece aqui descrito por uma variedade de adjetivos. O local é descrito positivamente como “bonito”, “tranquilo” e “agradável”, algo que se pode parcialmente explicar pela sua natureza como uma zona residencial com poucos pontos de interesse e afastada do centro da cidade, mas estes são contrastados por alguns adjetivos negativos, particularmente a presença notável de “inacessível”. Este

local é caracterizado pela inclinação considerável das suas vias de trânsito e pedonais, o que dificulta o acesso pedonal a indivíduos de mobilidade reduzida, e introduz riscos na sua navegação através de veículos, particularmente quando unido à fraca visibilidade de algumas das curvas do percurso. Esta problemática é enfatizada pela falta de acessos alternativos a esta área, sobretudo para pedestres, cujos acessos consistem apenas em ruas íngremes ou longas escadarias. Estes fatores, em conjunto com uma falta de pontos de interesse (com exceção do Forte de São Vicente) e progressiva degradação de alguns dos edifícios da área explica porque é que os participantes deste inquérito não frequentam muito este local.

A Zona Industrial de Arenes e a Zona da Expotorres mais uma vez aparecem com avaliações relativamente semelhantes. Os adjetivos escolhidos mais frequentemente para as caracterizar foram “acessível”, “moderno” e “agitado”. Isto pode ser ligado à forma como estes espaços foram discutidos na secção anterior, na medida em que são espaços com pontos de interesse muito específicos (estação rodoviária e pavilhões na zona da Expotorres, e os vários serviços da zona industrial de Arenes) que atraem utilizadores especificamente para os usufruir. O adjetivo “agitado” parece ser uma referência ao movimento intenso que estes espaços têm em certas partes do dia, como a estação rodoviária durante a manhã e final de tarde, e na Zona Industrial em que, após as 17 horas, muitos utilizadores começam a frequentar o espaço para ir ao supermercado, visitar uma das várias lojas de decoração ou organização domiciliária, ou qualquer um dos variados serviços deste espaço. Em contraste, a presença do adjetivo “tranquilo” em ambas a área pode vir de participantes que frequentam estas áreas fora das suas horas de maior movimento.

Os quatro bairros abordados apresentam várias semelhanças nas suas avaliações, o que talvez decorra das limitações desta metodologia. Alguns participantes do inquérito admitiram que, devido a não residirem nestes bairros, visitavam-nos poucas vezes, e sentiam que pouco tinham a dizer sobre eles, admitindo ainda que consequentemente tinham opiniões semelhantes sobre os quatro bairros. Adicionalmente, estes quatro bairros foram as áreas em que mais participantes escolheram menos de três adjetivos para as caracterizar. O domínio dos adjetivos “tranquilo”, “seguro” e “agradável” parece refletir algo discutido na secção anterior, na medida em que indivíduos que não residem nesses espaços têm pouca razão para os visitar, levando a que estes sejam espaços geralmente tranquilos e pouco movimentados. Há também que notar a presença considerável de

classificações de “inacessível”. Apesar das suas estruturas variadas, estes bairros incluem, em intensidades e extensões variadas, ruas inclinadas e escadarias, o que pode apontar para uma necessidade de visitar estes espaços menos centrais com uma atenção especial à forma como a população se desloca através dos mesmos.

Por fim, temos a Avenida General Humberto Delgado, Avenida 5 de Outubro, e Avenida da Liberdade, estas também tendo avaliações com algumas semelhanças. Parece haver um foco nos adjetivos “seguro”, “acessível”, “limpo” e “agitado”. Isto parece surgir do facto de estes espaços serem, em essência, caracterizados por longas vias pedonais e de trânsito onde os utilizadores podem aceder a uma variedade de serviços, contêm espaços residenciais no meio desses serviços, e no caso da Avenida General Humberto Delgado e Avenida 5 de Outubro, têm uma tendência a registar engarrafamentos de tráfego. A Avenida da Liberdade destaca-se por ser considerada muito menos “limpa” que as outras avenidas, possivelmente por estar mais afastada do centro da cidade, mais próxima de uma zona industrial, e ser maioritariamente composta por uma via de trânsito, levando a uma perceção deste local como sendo mais poluído.

Como avalia a ação da Câmara Municipal sobre as seguintes áreas da cidade? (De 1 a 5, sendo 1 o mais negativo, e 5 o mais positivo)

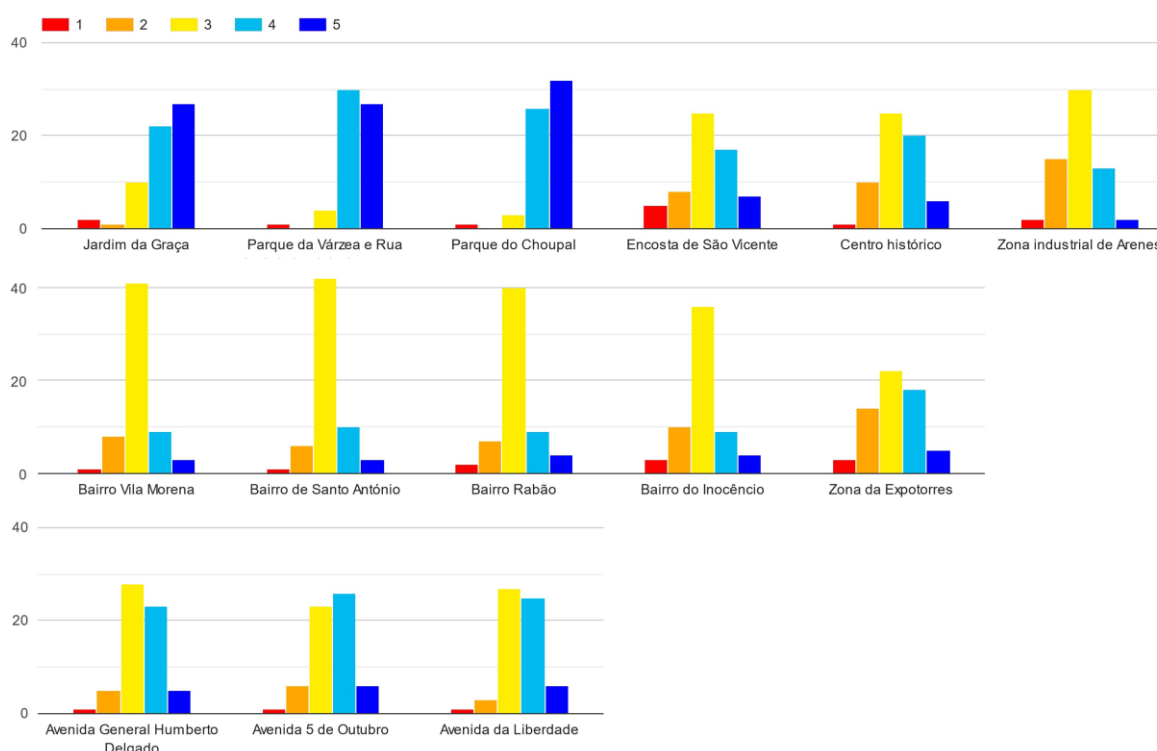


Figura 31 Avaliação de 1 a 5 dos espaços públicos de Torres Vedras pelos participantes do inquérito. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

Escolha até 3 adjetivos (marcando com um X) que melhor se adaptam a cada uma das seguintes áreas da cidade.

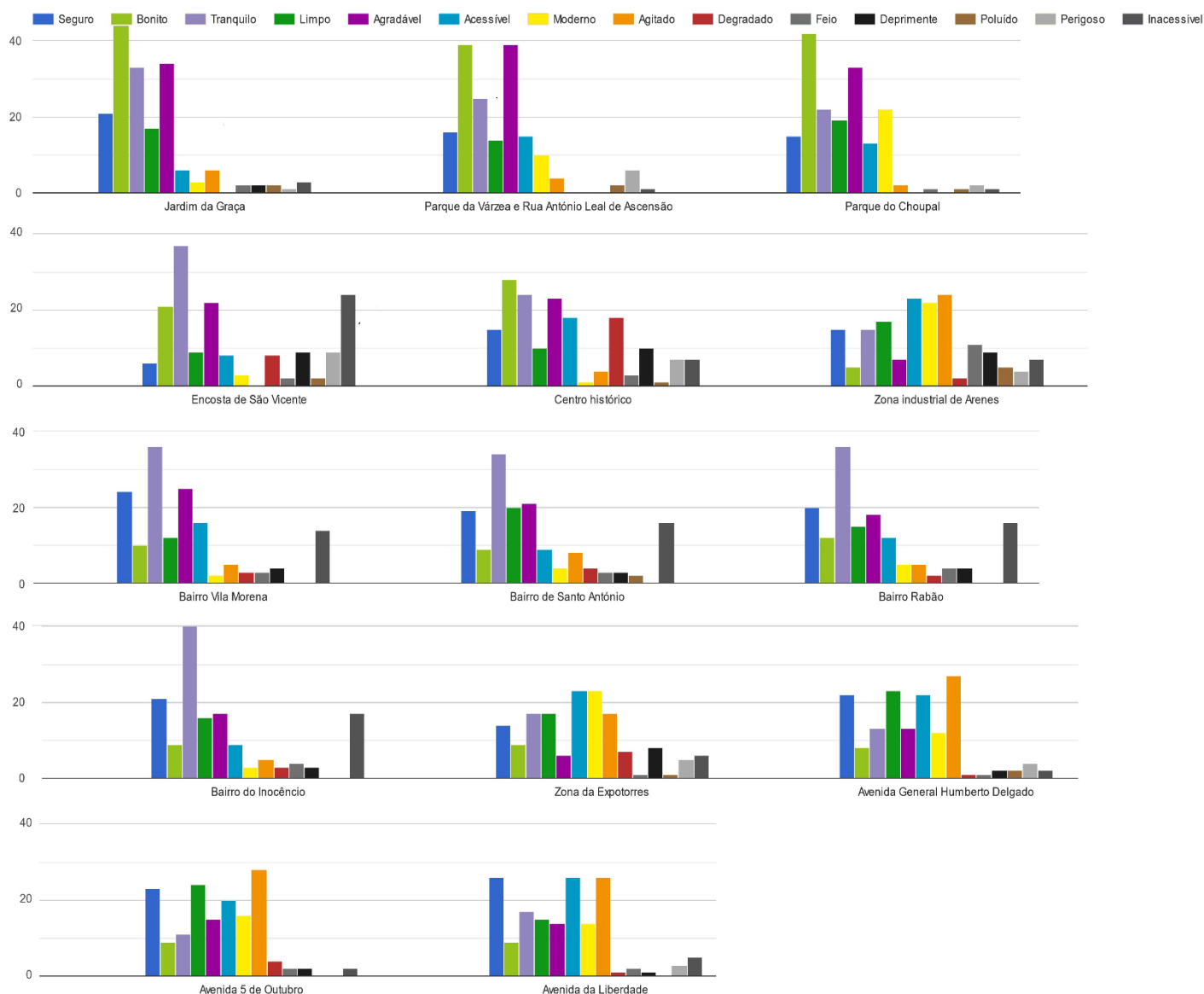


Figura 32 Adjetivos usados pelos participantes do inquérito para descrever vários espaços públicos de Torres Vedras

Como podemos ver na fig. 33, a maior parte dos aspetos da cidade são bem recebidos pelos participantes do inquérito, e há poucos que têm uma receção decididamente negativa. Um dos aspetos com avaliações mais negativas é a “Qualidade de Transportes Públicos”. Este sentimento é fortalecido pelas perguntas de resposta livre do inquérito, em que alguns participantes reforçaram a sua insatisfação para com este serviço. Os maiores problemas dos Transportes Urbanos de Torres Vedras e dos autocarros que transportam utilizadores para fora da cidade incluem horários

inconsistentes (especialmente durante o verão, com menor frequência) e a disponibilidade, em que certas áreas da cidade não têm tanto acesso a paragens, comprometendo a sua acessibilidade. Um dos exemplos foi discutido a propósito dos inquéritos relativos ao Centro Histórico, particularmente na área residencial da encosta do Castelo, onde não existem paragens, obrigando os seus residentes a procurá-las fora desta área, uma tarefa agravada pelos problemas de acessibilidade desse local, algo que afeta especialmente idosos e indivíduos de mobilidade reduzida. Esta problemática estende-se à Linha do Oeste, que serve Torres Vedras, entre outras cidades, com horários inconsistentes e pouco frequentes, carruagens de baixa qualidade, e viagens de duração longa o suficiente a ponto de se tornarem inconvenientes, desincentivando o seu uso em comparação com as alternativas oferecidas pelos serviços rodoviários.

Outro aspeto com uma avaliação menos positiva é o “Traçado das ciclovias da cidade”. A implementação recente destas ciclovias foi controversa, por razões que podem ser resumidas por uma resposta a uma das perguntas de resposta aberta do inquérito, “2: O traçado das ciclovias veio reduzir a calçada pedonal que serve o edificado junto à Várzea, pondo em causa a leitura de avenida. Poderia antes passar pelo parque”. Parece haver receios de que a implementação destas ciclovias adicionaria confusão à navegação dos espaços em que foram introduzidas. Adicionalmente, a presença destas ciclovias em combinação com percursos pedestres e vias de trânsito pode criar riscos, ao possibilitar conflito de ciclistas com pedestres e veículos motorizados.

“Acessibilidade para indivíduos com mobilidade reduzida” é um aspeto que tem avaliações mais mistas, apesar de serem geralmente positivas. Isto parece surgir devido a algumas áreas específicas da cidade que carecem de mecanismos de acessibilidade, como a anteriormente mencionada encosta do Castelo, cuja elevada inclinação e calçada de má qualidade criam um ambiente pouco amigável a indivíduos com mobilidade limitada. Existe também uma falta de opções como rampas para aceder a certos serviços ou pontos de interesse da cidade. Um exemplo disto perto do centro de Torres Vedras é a Igreja de São Pedro, cuja entrada principal é acessível apenas através de um lanço de escadas, acabando por bloquear a entrada a indivíduos em cadeiras de rodas.

Por fim, “Estado de conservação das zonas de circulação pedonal” e “Estado de conservação ou ordenamento das ruas/estradas”, aspetos que afetam a capacidade dos utilizadores de navegarem a cidade e os seus diferentes espaços públicos. As avaliações

no que toca à conservação das estradas são mistas, o que parece ser uma referência a algumas ruas da cidade, onde a qualidade das vias de trânsito não é a melhor. Um exemplo disto é a Avenida João Luís de Moura, com pavimento em calçada, tornando a sua navegação inconveniente, e possivelmente nociva para os veículos. Para um exemplo mais tradicional temos a Rua Fernando Vicente, em que o pavimento está bastante danificado em certos pontos, criando lombas e altos desconfortáveis de atravessar. Por outro lado, na Rua Manuel Arriaga, temos problemas semelhantes à anteriormente mencionada, que recentemente (alguns meses antes da finalização desta dissertação) foi requalificada, mostrando que a Câmara Municipal parece estar ciente de que algumas das ruas da cidade estão em mau estado. Relevante às ruas/estradas, há ainda uma queixa que tem a ver com o trânsito e o ordenamento das vias em Torres Vedras. Em suma, uma queixa comum sobre a cidade, é a tendência de certas áreas, como a rotunda da Rua Dias Neiva ou a Avenida General Humberto Delgado, gerarem trânsito intenso e engarrafamentos, especialmente ao fim da tarde. Um participante do inquérito atribui esta ocorrência a “rotundas mal desenhadas”, uma ideia que tem credibilidade pelo menos no caso da Rua Dias Neiva, em que, durante os momentos de maior trânsito, a maior parte dos utilizadores procura ir para duas saídas específicas, criando uma disrupção no fluxo esperado da rotunda, em que vários utilizadores são forçados a esperar para ter uma oportunidade para entrar em circulação.

Por outro lado, temos o estado de conservação das zonas de circulação pedonal, que tem avaliações semelhantes, mas ainda mais negativas que as das ruas/estradas. A qualidade da calçada de Torres Vedras (ou falta dela) é potencialmente um dos maiores problemas da cidade, e que pode ser observado subtilmente por quase todos os espaços públicos da mesma. Não é difícil encontrar peças de calçada desniveladas, com elevações irregulares, fendas e buracos, criando vias pedonais com um elevado risco de tropeçamento, ou simplesmente desagradáveis de utilizar. Esta problemática tem sido abordada ao longo dos anos, mas ainda há muito que resolver, tanto em pequenas falhas espalhadas pela calçada da cidade, como em áreas como o Centro Histórico, em que ruas inteiras têm calçada de qualidade extremamente baixa.

Como avalia, de 1 a 5 (sendo 1 o mais negativo, e 5 (o mais positivo) estes aspetos da cidade de Torres Vedras?

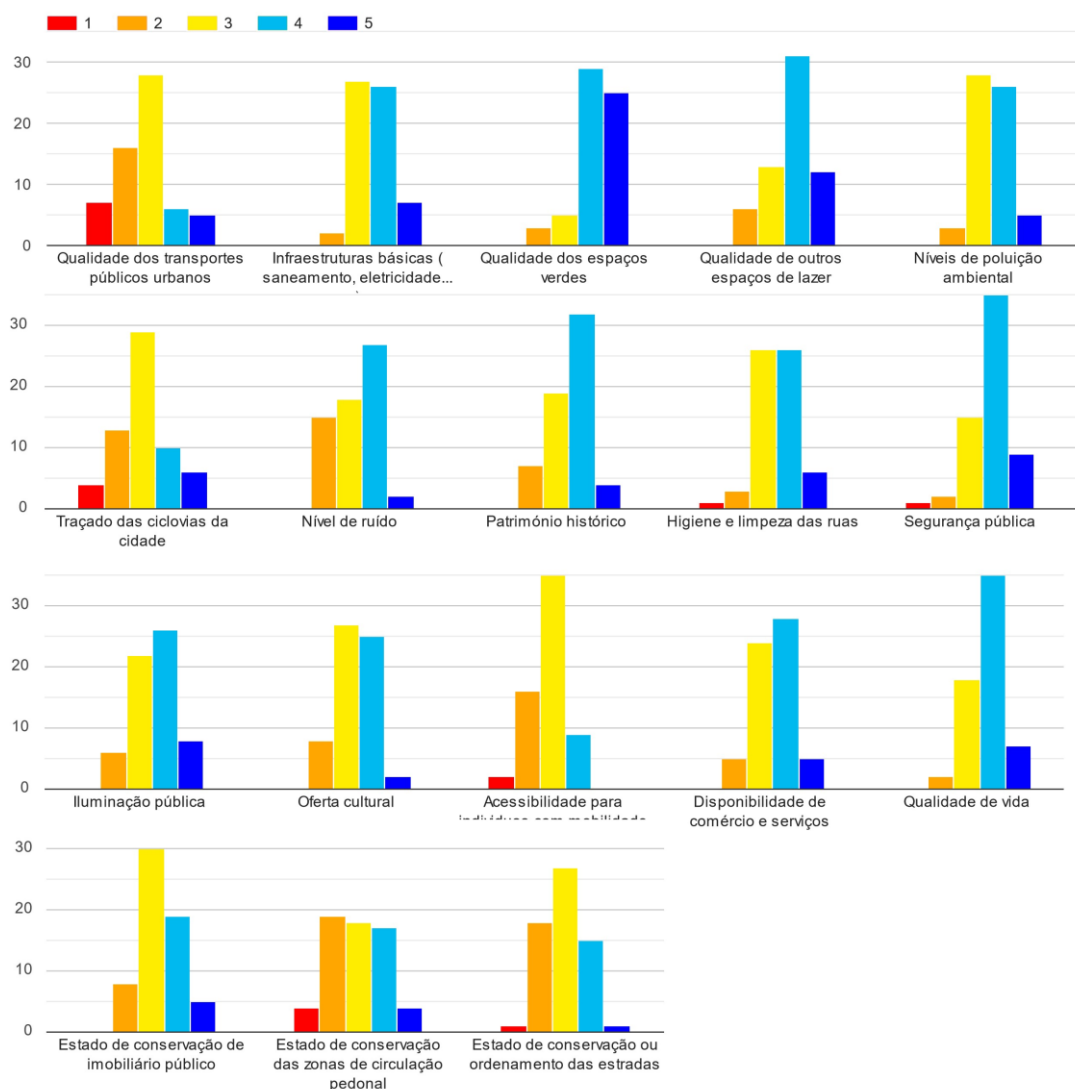


Figura 33 Avaliação de 1 a 5 de vários aspetos da cidade de Torres Vedras pelos participantes do inquérito. Fonte: Inquérito aos utilizadores, 2021

5. Conclusão

Desde os primórdios da humanidade que as pessoas viveram em comunidade. Como criaturas sociais, é parte do nosso instinto atuar em conjunto para sobreviver, o que nos leva a partilhar espaços com aqueles que nos são culturalmente semelhantes. Isto é algo que durante muitos séculos permaneceu relativamente estático, mas, à medida que a

experiência humana ganhou complexidade, a forma como nos relacionamos e pensamos os locais onde vivemos mudou muito e cada vez mais rapidamente.

A Revolução Industrial teve um efeito potente na forma como pensamos o espaço urbano e iniciou uma expansão do mesmo sem precedentes. No entanto, todos os interesses económicos e sociais subjacentes a esta expansão impulsionaram-na em direções que, em retrospectiva, não se pode dizer que foram sempre benéficas para os cidadãos, aqueles que usufruem destes espaços diariamente.

Desde então, a capacidade dos governos para gerir o espaço urbano ao serviço dos cidadãos revela incoerências. Muitas vezes, as suas ações são condicionadas pelas agendas de entidades exteriores ou pelos seus recursos, levando a que as necessidades e opiniões da população nem sempre sejam atendidas na definição da política urbana.

Esta realidade inspirou uma questão muito importante: Será que os cidadãos de Torres Vedras estão satisfeitos com a forma como os espaços urbanos da sua cidade são geridos? Será que sentem que os múltiplos projetos de requalificação urbana das últimas décadas têm contribuído para a sua felicidade e satisfação com a sua cidade? O que tem a Câmara Municipal em consideração no planeamento destes projetos, e quais são os seus desafios?

Estas questões justificaram uma análise do estado da arte da Requalificação Urbana, e uma breve exploração do programa POLIS, onde vimos alguns exemplos de requalificações urbanas de sucesso em Portugal. Isto informou as entrevistas com s técnicos envolvidos nos projetos de urbanismo em Torres Vedras, e os inquéritos à população para desvendar as suas opiniões sobre as intervenções no espaço público da cidade.

As entrevistas foram bem-sucedidas, proporcionando uma vasta quantidade de informações sobre as quatro áreas em estudo. Além disso, foram abordados os contextos subjacentes às suas requalificações, bem como questões relacionadas com a política interna e os desafios enfrentados ao longo desses projetos. Também foram discutidos aspetos nos quais os participantes das intervenções acreditam que houve falhas, bem como os planos futuros para as quatro áreas em estudo e para a cidade em geral. Com base nestas entrevistas, é possível inferir que os processos de requalificação das áreas em

destaque encontraram numerosos obstáculos, mas, no final, foram considerados bem-sucedidos, pelo menos de acordo com a perspectiva dos entrevistados.

Os inquéritos, de uma forma geral, revelaram opiniões extremamente positivas em relação a Torres Vedras e aos esforços em prol da Requalificação Urbana. Existe um consenso de que as intervenções urbanas realizadas nas últimas décadas tiveram êxito, contribuindo para uma melhor fruição dos espaços públicos por parte dos cidadãos. Contudo, isso não significa que não haja desafios a serem enfrentados. Algumas áreas não receberam avaliações tão positivas por parte dos participantes em comparação com a maioria, e surgiram críticas consideráveis em relação a aspetos da cidade, como a qualidade das calçadas, ou a determinados locais específicos, como a zona residencial adjacente ao Castelo. Estes problemas, no entanto, apresentam oportunidades para a contínua melhoria e desenvolvimento.

Esta análise foi elucidativa acerca do que parece trazer mais satisfação à população de Torres Vedras no que toca à política urbana. Em geral, parece haver uma tendência para um apreço pelas áreas com mais espaços de estar, como esplanadas. Há uma tendência para valorizar espaços onde os utilizadores possam descontraírem-se, e os projetos de requalificação que se focaram neste aspeto foram bem-sucedidos, como o Parque do Choupal, que foi transformado num dos espaços de lazer mais apreciados da cidade. Notam-se também respostas mais positivas a melhorias estéticas e de mobilidade, por exemplo no Jardim da Graça, que usufruiu de ambas. Os participantes nos inquéritos parecem valorizar bastante o facto de os espaços públicos serem bem tratados e apelativos, relaxantes e acessíveis.

A informação recolhida e tratada também nos revela alguns aspetos que devem ser evitados, ou corrigidos. Quaisquer fatores que dificultem a mobilidade parecem ser recebidos negativamente pela população, como se pôde ver não só nas frequentes queixas sobre a calçada e o pavimento das ruas/estradas, mas também na forma como o trânsito é gerido. A requalificação do Jardim da Graça, por exemplo, gerou bastantes críticas sobre o aumento de trânsito que o projeto gerou, e a questão da estrada adjacente ao Parque do Choupal o que sugere que estes aspetos devem ser mais bem considerados em futuras intervenções. Isto ocorre também na implementação controversa das ciclovias, criticadas em bastantes comentários dos participantes nos inquéritos. Adicionalmente, imóveis públicos degradados parecem ser algo a ter em atenção, como se pôde ver na resposta à

requalificação do Centro Histórico, potencialmente pela forma como danificam a imagem dos espaços urbanos, algo que os participantes parecem levar bastante em conta.

Resumindo, é possível inferir que os empreendimentos de requalificação urbana em Torres Vedras têm desempenhado um papel crucial na promoção do bem-estar da sua população, logrando êxito ao fomentar tanto os aspetos económicos como culturais das zonas afetadas e da cidade como um todo. Esperamos que as conclusões desta dissertação, especialmente as análises das facetas menos positivas da cidade, sirvam como orientações para as entidades responsáveis na formulação de futuros projetos de planeamento urbano.

Referências Bibliográficas

Almeida, P. M. C. P. (2008). Requalificar e revitalizar as cidades: o Programa Polis: Cacém, Covilhã e Marinha Grande. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/84968>.

Borja, J., e Muxí, Z. (2003). “El espacio público: ciudad y ciudadanía.” Barcelona: Diputació de Barcelona Electa.

Brandão, P. (2008). A identidade dos lugares e a sua representação coletiva: Bases para concepção, qualificação e gestão do espaço público. Lisboa: Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Campenhoudt, L. V. e R. Quivy. (1992). Manual de Investigação em Ciências Sociais: Gradiva. Lisboa, Portugal.

Castells, M. e Cardoso, G. (2005). A sociedade em rede: do conhecimento à acção política. Lisboa: Imprensa Nacional.

Cotrim, I. (2005). Do projeto ao objeto: manual de boas práticas de mobiliário urbano em centros históricos. 2ª Ed.. Centro Português de Design.

Domingues, A. (2006). Cidade e Democracia 30 Anos de transformação urbana em Portugal. Lisboa: Argumentum.

Foddy, W. (1996). Como Perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários. Oeiras: Celta Editora.

- Gall, M. D. e Borg W. R. (2002). *Educational Research: An Introduction*. Longman.
- Gaspar, J., Fernandes, J. M, Janeiro, M. de L., Lacerda, M. e Caldas, J. V. (1992). *VALIS, Valorização de Lisboa, 1990-1992*. 1ª ed. Lisboa: CEDRU.
- Gato, M. A., Ferreira, V. e Lucas (1999). Requalificação Urbana ou Reconversão Urbanística? In Vítor Matias Ferreira, Francesco Indovina (Ed.), *A Cidade da Expo'98, Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?* Lisboa: Bizâncio.
- Ghiglione, R. e Matalon, B. (1993). *O Inquérito – Teoria e Prática* (2ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Gigante, C. M. D. S. (2021). Importância dos Jardins e Parques no Bem-estar das Populações. Estudo de Caso: Cidade de Torres Vedras. Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/23848>
- Gobbi, S. (1997). Atividade física para pessoas idosas e recomendações da organização mundial de saúde de 1996. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde* 2 (2): 41–49. <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.2n2p41-49>.
- Gehl, J. (2013). *Cidade para as pessoas*. (vol 2) São Paulo: Editora Perspectiva S.A.
- Lynch. K. (2011). *A imagem da cidade*. 3ª edição. WMF Martins Fontes.
- Martinho. B. M. C. (2015). Avaliação crítica do crescimento urbano de Torres Vedras desde a sua génese à atualidade - Integração com a estrutura ecológica. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/11028>
- Mons, A. (1998). *A Metáfora Social: Imagem, Território, Comunicação*. Rés.
- Moreira, M. D. G. D. S. A. (2007). Requalificação urbana. Alguns conceitos básicos. *Artitextos*, (05). <http://hdl.handle.net/10400.5/1802>
- Nascimento. E. J. P. D. (2008). O papel das políticas de requalificação urbana e ambiental: o caso do programa Polis em Bragança, Chaves e Viana do Castelo. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/442>
- Nutsford. D., Pearson. A. L. e Kingham. S. 2013. An Ecological Study Investigating the Association between Access to Urban Green Space and Mental Health. *Public Health* 127 (11): 1005–1011.

Pereira, M. (2016). 40 Anos de Reconfigurações Territoriais n(d)o Portugal Democrático (1974-2014). *GeoINova*, 13,9–35.

Pinto, A. (1998). Estação do Oriente: Plataforma intermodal de efeitos urbanos marcantes. In CENTRALIVROS.org - Estação do Oriente. Lisboa: Livros e Livros.

Portas, N., Domingues, A. e Cabral, J. (2003). Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Portugal. Presidência do Conselho de Ministros (1967). III Plano de Fomento para 1968–1973. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Reis, I. (2009). Construção de biobarreiras em zonas urbanas para controlo da poluição por águas pluviais. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Sat C., e Trigueiros.L. (1998). Expo '98 Exposição Mundial de Lisboa 1998: Arquitectura. Lisboa: Blau.

Silva, A. M. R. (2011). Requalificação urbana: o exemplo da intervenção POLIS em Leiria. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra.
<http://hdl.handle.net/10316/19941>

Silva, J., & Nogueira, H. (2014). Contributo dos espaços verdes para o bem-estar das populações–estudo de caso em Vila Real. *Cadernos de Geografia*, (33), 117-121.

Soares, J. (1998) - Lisboa, cidade mágica. In Centralivros (org). Estação do Oriente. Lisboa: Livros e Livros.

Teles, V. Q. N. G. (2016). Expo'98: Lisboa cidade e requalificação. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa.
<http://hdl.handle.net/11067/2512>

Tillmann. S.,Tobin. D., Avison. W., e Gilliland. J. (2018). Mental health benefits of interactions with nature in children and teenagers: a systematic review. *Journal of Epidemiology and Community Health* 72 (10): 958. <https://doi.org/10.1136/jech-2018-210436>.

Ulrich, R. (2002). Health Benefits of Gardens in Hospitals. In Paper for conference, Plants for People International Exhibition Floriade (Vol. 17, No. 5, p. 2010).

Velez, J. (2008). Expo '98: história de um território reinventado. Lisboa: Parque Expo 98.

Whyte, W. H. (2001). The Social Life of Small Urban Spaces. Nova Iorque: Project for Public Spaces; 8th ed.

World Health Organisation Regional Office for Europe. (2016). Urban Greenspace and Health: Intervention, Impacts and Effectiveness. Report of a meeting Bonn, Germany.

Referências da net

Agência Investir, (s.d) Torres Vedras, Acedido a 2 de Abril de 2022. <https://www.investir-tvedras.pt/torres-vedras>.

Câmara Municipal de Torres Vedras. (2009), Plano de Pormenor do Choupal e Áreas Envolventes. <https://www.cm-tvedras.pt/ordenamento/ambito-municipal/planos-de-pormenor/ppcae>

Câmara Municipal de Torres Vedras. (s.d), Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras. Acedido a 28 de maio de 2021. <https://www.cm-tvedras.pt/ordenamento/ambito-municipal/planos-de-pormenor/pprchtv>

Câmara Municipal de Torres Vedras. (s.d) Demografia. Acedido a 20 de Junho de 2022. <https://www.cm-tvedras.pt/municipio/concelho/informacao-geografica/demografia-geo>

CCDR-LTV (s.d) Fazer com as pessoas - Critérios de Avaliação de Projetos de Desenho de Espaço Público. Acedido a 5 de Março de 2022. <http://www.ccdrlvt.pt/files/54ef121756e234aaec998d8782bcd0>».

Comissão Europeia (2020). New Leipzig Charter—The Transformative Power of Cities for the Common Good. https://urbact.eu/sites/default/files/2023-05/new_leipzig_charter_final.pdf

Fundação Francisco Manuel dos Santos (2014) PORDATA - Estatísticas, gráficos e indicadores <https://www.pordata.pt/>

Instituto Nacional de Estatística (s.d). Censos 2021. Acedido a 23 de novembro de 2022, https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_main&xpid=CENSOS21&xlang=pt

PROAP (s.d). Parque do Tejo e do Trancão. Acedido a 3 de novembro de 2022, <http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/parque-do-tejo-e-do-trancao-2/>.

Prefeitura de São Paulo. (2014). .Projeto Centro Aberto - Experiências na escala humana. <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/150512-Caderno-Centro-Aberto-tela-72.pdf>

Anexo 1: Estrutura da Entrevista

Entrevista

A presente entrevista insere-se no âmbito da dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos (FCSH-UNL) e incide sobre a perceção da população residente em Torres Vedras relativamente às principais intervenções da CMTV nos espaços públicos da cidade. Os objetivos principais da dissertação são:

- a) Selecionar e analisar alguns dos principais espaços urbanos em Torres Vedras;
- b) Conhecer o grau de satisfação dos cidadãos em relação a esses espaços e de que forma foram afetados pelos mesmos;
- c) Sugerir potenciais contributos para a melhoria da qualidade de vida urbana na cidade.

Perfil do Entrevistado:

Formação académica de base: _____

Função na CMTV: _____

Há quantos anos exerce esta função na CMTV? _____

Funções que exerceu anteriormente na CMTV? _____

Áreas de intervenção em estudo:

- a) Parque do Choupal
- b) Centro Histórico
- c) Parque da Várzea
- d) Jardim da Graça

Questões:

1. Parque do Choupal

- 1.1. Ano do início das intervenções da CMTV nesta área: 2014
- 1.2. Fases nessas intervenções. 1
- 1.3. Qual o conceito subjacente a essa intervenção?
- 1.4. Como foram definidas as estratégias de intervenção neste caso?
- 1.5. Quais foram os objetivos desta intervenção?
- 1.6. Quais eram, na perspetiva da CMTV, os maiores problemas com o Parque do Choupal, antes da intervenção?

- 1.7. Quais foram os maiores problemas com que a Câmara se deparou na concretização desta intervenção?
- 1.8. Quais foram os principais desafios encontrados no planeamento desta intervenção, e como foram ultrapassados?
- 1.9. Quais eram os resultados esperados desta intervenção?
- 1.10. Considera que os objetivos desta intervenção foram alcançados?
- 1.11. Existe algum conhecimento sobre a forma como a população está a reagir a esta intervenção?
- 1.12. Durante a semana/fim de semana quando é que o parque é mais utilizado pela população? Há variações no perfil do utilizador durante a semana/fim de semana?
- 1.13. Existem projetos para novas intervenções nesta área? Em caso afirmativo quais serão as principais alterações?
- 1.14. O Parque do Choupal encontra-se adjacente ao Rio Sizandro, que permanece alvo de críticas devido aos seus problemas de poluição. Há algum plano para resolver este problema? Em caso afirmativo, que tipo de intervenção e para quando?

2. Centro Histórico

- 2.1. Ano do início das intervenções da CMTV nesta área: 2010
- 2.2. Fases nessas intervenções. 1
- 2.3. Qual o conceito subjacente a essa intervenção?
- 2.4. Como foram definidas as estratégias de intervenção neste caso?
- 2.5. Quais foram os objetivos desta intervenção?
- 2.6. Quais eram, na perspetiva da CMTV, os maiores problemas com o Centro Histórico, antes da intervenção?
- 2.7. Quais foram os maiores problemas com que a Câmara se deparou na concretização desta intervenção?
- 2.8. Quais foram os principais desafios encontrados no planeamento desta intervenção, e como foram ultrapassados?
- 2.9. Quais eram os resultados esperados desta intervenção?
- 2.10. Considera que os objetivos desta intervenção foram alcançados?
- 2.11. Existe algum conhecimento sobre a forma como a população está a reagir a esta intervenção?
- 2.12. Durante a semana/fim de semana quando é que o centro histórico é mais utilizado/visitado pela população? Há variações no perfil do utilizador durante a semana/fim de semana?
- 2.13. Existem projetos para novas intervenções nesta área? Em caso afirmativo quais serão as principais alterações?
- 2.14. Os mapas que exibem a delimitação desta área de intervenção incluem a zona residencial da colina do castelo de Torres Vedras, cujos residentes expressam ainda insatisfação sobre o seu estado de conservação, acessibilidade e higiene.

Face a estas críticas, e à ausência desta área nos mapas de intervenção aprovados pela Câmara em 2020, crê que a intervenção foi suficiente?

3. Parque da Várzea

- 3.1. Ano do início das intervenções da CMTV nesta área?
- 3.2. Fases nessas intervenções. 1
- 3.3. Qual o conceito subjacente a essa intervenção?
- 3.4. Como foram definidas as estratégias de intervenção neste caso?
- 3.5. Quais foram os objetivos desta intervenção?
- 3.6. Quais eram, na perspetiva da CMTV, os maiores problemas com o Centro Histórico, antes da intervenção?
- 3.7. Quais foram os maiores problemas com que a Câmara se deparou na concretização desta intervenção?
- 3.8. Quais foram os principais desafios encontrados no planeamento desta intervenção, e como foram ultrapassados?
- 3.9. Quais eram os resultados esperados desta intervenção?
- 3.10. Considera que os objetivos desta intervenção foram alcançados?
- 3.11. Existe algum conhecimento sobre a forma como a população está a reagir a esta intervenção?
- 3.12. Durante a semana/fim de semana quando é que o parque é mais utilizado pela população? Há variações no perfil do utilizador durante a semana/fim de semana?
- 3.13. Existem projetos para novas intervenções nesta área? Em caso afirmativo quais serão as principais alterações?
- 3.14. A população levanta queixas frequentes sobre a falta de segurança no parque, especialmente à noite. Existe algum plano para resolver este problema?

4. Jardim da Graça

- 4.1. Houve intervenções importantes no Jardim da Graça desde 1974, que possam de alguma forma ter alterado a sua função na cidade?
- 4.2. Fases nessas intervenções.
- 4.3. Qual o conceito subjacente a essa intervenção?
- 4.4. Como foram definidas as estratégias de intervenção neste caso?
- 4.5. Quais foram os objetivos desta intervenção?
- 4.6. Quais eram, na perspetiva da CMTV, os maiores problemas com o Centro Histórico, antes da intervenção?
- 4.7. Quais foram os maiores problemas com que a Câmara se deparou na concretização desta intervenção?
- 4.8. Quais foram os principais desafios encontrados no planeamento desta intervenção, e como foram ultrapassados?
- 4.9. Quais eram os resultados esperados desta intervenção?
- 4.10. Considera que os objetivos desta intervenção foram alcançados?

- 4.11. Existe algum conhecimento sobre a forma como a população está a reagir a esta intervenção?
- 4.12. Durante a semana/fim de semana quando é que o parque é mais utilizado pela população? Há variações no perfil do utilizador durante a semana/fim de semana?
- 4.13. Existem projetos para novas intervenções nesta área? Em caso afirmativo quais serão as principais alterações?
- 4.14. Está neste momento a ocorrer uma nova intervenção no Jardim da Graça, que parece ter como objetivo os espaços de estacionamento e o passeio, à custa de uma redução do espaço verde. Por que foi tomada essa opção? Como pensa que a população vai reagir a essa intervenção?

5. **População**

- 5.1. A população de Torres Vedras foi, de alguma forma, consultada/envolvida nestas intervenções? Como?
- 5.2. As sugestões e críticas da população foram ouvidas durante a fase de planeamento?
- 5.3. Em caso afirmativo, que tipo de intervenções e sugestões foram feitas pela população e efetivamente incluídas nos projetos?
- 5.4. Os projetos incluíram com o bem-estar e segurança da população? Em caso afirmativo, refira exemplos
- 5.5. Os projetos incluíram preocupações com o bem-estar e segurança de grupos especiais de população (idosos; crianças, pessoas com mobilidade reduzida, ...)? Em caso afirmativo, refira exemplos.

6. **Parcerias**

- 6.1. Foram estabelecidas parcerias com entidades exteriores à CMTV para a concretização destes projetos? Em caso afirmativo que parcerias e com que fim?
- 6.2. Em caso afirmativo, que dificuldades ou entraves apresentaram essas parcerias?

7. **Impacto das intervenções**

- 7.1. Estimativa dos custos anuais associados à manutenção destes espaços.
- 7.2. Nº de empregos (diretos e indiretos) associados a estas intervenções.
- 7.3. Como avalia o impacto destas intervenções a nível económico, social, ecológico e para o bem-estar da população?
- 7.4. Existem outros projetos de criação/ampliação de espaços públicos na cidade? Em caso afirmativo, quais e para quando está previsto o início das obras?

Muito Obrigado!

Anexo 2: Estrutura do Inquérito

Projetos de Urbanismo na cidade de Torres Vedras

O presente inquérito insere-se no âmbito da dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos (FCSH-UNL), sobre a perceção da população residente em Torres Vedras relativamente às principais intervenções de reabilitação urbana na cidade. Agradeço desta forma algum do seu tempo, e a sua disponibilidade para explorar algumas das suas opiniões acerca dos espaços públicos de Torres Vedras e das intervenções da CMTV. A sua participação neste inquérito será anónima, e as suas respostas serão confidenciais.

* Indica uma pergunta obrigatória

Caraterização do inquirido

1. Género *

Marcar apenas uma oval.

☐ Masculino

☐ Feminino

2. Idade (Até ao dia 1 de Março de 2021) *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 16-20 anos
- ☐ 21-34 anos
- ☐ 35-49 anos
- ☐ 50-65 anos
- ☐ 66 ou mais anos

3. Em que rua de Torres Vedras reside? (escreva apenas a rua, sem indicar número de porta ou outros detalhes) *

4. Habilitações literárias *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 4º classe/4º ano de escolaridade
- ☐ 5º-6º ano
- ☐ 7º-9º ano
- ☐ 10º-12º ano
- ☐ Ensino Superior (Licenciatura)
- ☐ Ensino Superior (Mestrado, Doutoramento)

5. Qual é a sua situação perante o trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Estudante
- ☐ Reformado
- ☐ Desempregado
- ☐ Doméstico a tempo inteiro
- ☐ A trabalhar por conta própria
- ☐ A trabalhar por conta de outrem
- ☐ Outra: _____

6. Se respondeu "A trabalhar por conta própria" ou "A trabalhar por conta de outrem" na questão anterior, por favor especifique a sua ocupação.

Avançar para a pergunta 7

Opinião sobre espaços públicos

7. Como avalia, de 1 a 5 (sendo 1 o mais negativo, e 5 (o mais positivo) estes aspetos da cidade de Torres Vedras?

*

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Qualidade dos transportes públicos urbanos	☐	☐	☐	☐	☐
Infraestruturas básicas (saneamento, eletricidade...)	☐	☐	☐	☐	☐
Qualidade dos espaços verdes	☐	☐	☐	☐	☐
Qualidade de outros espaços de lazer	☐	☐	☐	☐	☐
Níveis de poluição ambiental	☐	☐	☐	☐	☐
Traçado das ciclovias da cidade	☐	☐	☐	☐	☐
Nível de ruído	☐	☐	☐	☐	☐

Património histórico	☐	☐	☐	☐	☐
Higiene e limpeza das ruas	☐	☐	☐	☐	☐
Segurança pública	☐	☐	☐	☐	☐
Iluminação pública	☐	☐	☐	☐	☐
Oferta cultural	☐	☐	☐	☐	☐
Acessibilidade para indivíduos com mobilidade reduzida	☐	☐	☐	☐	☐
Disponibilidade de comércio e serviços	☐	☐	☐	☐	☐
Qualidade de vida	☐	☐	☐	☐	☐
Estado de conservação de imobiliário público	☐	☐	☐	☐	☐
Estado de conservação	☐	☐	☐	☐	☐

**das zonas de
circulação
pedonal**

**Estado de
conservação
ou
ordenamento
das estradas**

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

8. De 1 (escassos) a 5 (abundantes) qual é a sua opinião acerca do número de espaços públicos na sua cidade? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ 5
☐ 4
☐ 3
☐ 2
☐ 1

9. Qual é a sua opinião em relação à qualidade dos espaços públicos da sua cidade? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Bastante satisfatórios
☐ Satisfatórios
☐ Razoavelmente satisfatórios
☐ Mediocres
☐ Maus

Opinião sobre intervenções da Câmara Municipal

10. Como avalia as iniciativas de requalificação urbana promovidas pela CMTV na sua cidade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito positivo
- ☐ Positivo
- ☐ Razoável
- ☐ Negativo
- ☐ Muito negativo

11. As iniciativas de requalificação urbana promovidas pela autarquia têm contribuído para o seu bem estar e satisfação? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

12. Se respondeu "Não" à questão anterior, porquê?

13. Costuma frequentar estas áreas da sua cidade? *

Marcar apenas uma oval por linha.

[illegible]

**Bairro de
Santo
Antônio**

**Bairro
Rabão**

**Bairro do
Inocência**

**Zona da
Expotorres**

**Avenida
General
Humberto
Delgado**

**Avenida 5
de
Outubro**

**Avenida
da
Liberdade**

14. Como avalia a ação da Câmara Municipal sobre as seguintes áreas da cidade? (De 1 a 5, sendo 1 o mais negativo, e 5 o mais positivo) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Jardim da Graça	☐	☐	☐	☐	☐
Parque da Várzea e Rua António Leal de Ascensão	☐	☐	☐	☐	☐
Parque do Choupal	☐	☐	☐	☐	☐
Encosta de São Vicente	☐	☐	☐	☐	☐
Centro histórico	☐	☐	☐	☐	☐
Zona industrial de Arenas	☐	☐	☐	☐	☐
Bairro Vila Morena	☐	☐	☐	☐	☐
Bairro de	☐	☐	☐	☐	☐

**Santo
Antônio**

**Bairro
Rabão**

----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

**Bairro do
Inocência**

----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

**Zona da
Expotorres**

----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

**Avenida
General
Humberto
Delgado**

----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

**Avenida 5
de
Outubro**

----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

**Avenida
da
Liberdade**

----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

15. Escolha até 3 adjetivos (marcando com um X) que melhor se adaptam a cada uma das seguintes áreas da cidade. *

Marcar tudo o que for aplicável.

[illegible]

**Avenida 5
de
Outubro**

☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐

**Avenida
da
Liberdade**

☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐

16. Na sua opinião, refira 2 aspetos em que a intervenção da Câmara Municipal, ao nível dos espaços públicos, tem falhado. *

17. Refira 2 áreas da cidade que na sua opinião não têm merecido a devida atenção da Câmara Municipal em termos de intervenção nos espaços públicos. *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários